INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

ENTRE RESISTIR E PERSISTIR: A LUTA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO NA MATA DOS COCAIS FRENTE À ONDA NEO-EXTRATIVISTA DO MATOPIBA

SÓCRATES FURLAN

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

ENTRE RESISTIR E PERSISTIR: A LUTA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO NA MATA DOS COCAIS FRENTE À ONDA NEO-EXTRATIVISTA DO MATOPIBA

SÓCRATES FURLAN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Teixeira Delgado

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

SÓCRATES FURLAN

ENTRE RESISTIR E PERSISTIR: A LUTA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO NA MATA DOS COCAIS FRENTE À ONDA NEO-EXTRATIVISTA DO MATOPIBA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Teixeira Delgado
UNILA

_____
Profa. Dra. Karen dos Santos Honório
UNILA

_____
Profa. Dra. Paula Daniela Fernández
UNILA

Foz do Iguaçu, 08 de agosto de 2025.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

Arroz deu cacho e o feijão floriô,
Milho na palha, coração cheio de amor.
Povo sem terra fez a guerra por justiça.
Visto que não tem preguiça este povo
de pegar cabo de foice, também cabo de enxada, para poder fazer roçado e o Brasil se alimentar.
Com sacrifício, debaixo da lona preta.
Inimigo fez careta, mas o povo atravessou.
Romperam cercas que cercam a filosofia
de ter paz e harmonia para quem planta o amor. (Extrato da música Floriô - As Encantadeiras)

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

AGRADECIMENTOS

O verbo agradecer considera todos aqueles que contribuíram, direta e indiretamente, na construção da presente pesquisa, e participaram de algum modo no processo, na vida ou na academia, seja por meio de diálogos, indicações de textos, leituras prévias e comentários.

Agradeço primeiramente a todos aqueles que vieram antes de mim, as ancestralidades e as forças do divino das quais acredito e tenho devoção, por me proporcionarem a vida, e explorar o toque, a escuta, o sabores, os cheiros e o olhar.

Agradeço aos meus avós, paternos e maternos. A minha avó materna, Dona Adelina, que crescida no sertão maranhense e com família constituída na cidade de Buritirana, atendeu a dúvida que pairava sua mente e abandonou a vida rural para morar nos subúrbios de Imperatriz, por acreditar que a única viabilidade para alcançar certa qualidade de vida seria através da educação. Na outra ponta do Brasil, nos confins da serra gaúcha, minha *nonna* Vitória aumentava seus ganhos no campo para possibilitar a realização do sonho de um dos seus oitos filhos.

Gratidão a minha família, tios e tias, primos e primas, madrinhas e padrinhos, por todo acolhimento e experiências. Aos meus pais, por terem me direcionado à escola desde a pequenez, ensinando o valor da educação como ponte para uma vida mais digna. Ao meu pai Domingos Furlan por ter ensejado o espírito e regado a semente outrora plantada por sua mãe, subsidiando essa pesquisa e incentivando-a. A minha mãe Maria José pelo alicerce emocional, as várias incursões nos interiores do Brasil e a realização de vários sonhos desde o começo da faculdade. Ainda menciono meus irmãos Glauco, Georgea, Tales e Piero pelo companheirismo e contribuírem para a minha formação.

Em sequência, expresso meu amor pela educação e crença enquanto agente transformador vital para a humanidade, assim estendo meu sincero muito obrigado a todos os professores do infantil, fundamental, médio e superior, que fomentaram a existência dessa pesquisa. Também declaro minha admiração pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana e todas as implicações que carrega sua proposta. Ainda menciono todos os encontros e desencontros vivenciados na localidade de Foz do Iguaçu, e aos aprendizados transversais da Tríplice Fronteira.

Quanto à graduação, agradeço a todo o corpo docente único e inovador que tornam possíveis outras miradas acerca das Relações Internacionais e Integração,

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

em especial, Karen dos Santos Honório, Micael Alvino e Felipe Cordeiro.

Agradeço à minha orientadora Ana Carolina Teixeira Delgado e a paixão sentenciada quando mencionei a problemática deste trabalho. Toda minha apreciação pelas aulas, reuniões de extensão, orientações e conversas, das quais obtive os ensinamentos necessários para entender os vieses da pesquisa e do pesquisador acadêmico, sobretudo pela generosidade, paciência, incentivo, confiança e amorosidade essenciais para o encaminhar da pesquisa.

Agradeço às amizades e amigos que a vida me presenteou, Cau, Lela, Ana Beatriz, Maria Eduarda e Kailanny. Aos colegas de turma e amigos que conheci, dividi os corredores da universidade e estiveram presentes em muitos momentos, Ana Luiza, Bruna, Glenda, Lucas, Luana, Luiz, Jennifer e Makoto. Um agradecimento especial àqueles que contribuíram em dado momento para o enriquecimento desta pesquisa, Chiara Goulart, Gabi Couto e Juliana Salomão. Também estendo um abraço apertado a todos os veteranos do qual tive o prazer de estabelecer trocas, aos demais amigos de outros institutos e campi, bem como as relações de trabalho desenvolvidas na Itaipu Binacional no período em que estagiei na Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos (RHDD).

Também agradeço ao Sócrates Furlan, do passado, por se permitir apaixonar e alimentar seus sonhos, pela insistência e curiosidade de convergir diversas esferas na pesquisa acadêmica, realizando um dos desejos de amalgamar as problemáticas de sua localidade como devolução das experiências vividas, sempre carregando sua identidade e aprendendo com todos aqueles supracitados.

Dedico esse trabalho a todas as quebradeiras de coco babaçu que resistem e persistem na luta pelo “Babaçu Livre”, por uma precificação do coco babaçu mais justa, pela defesa dos babaçuais, e que continuam na articulação política através do MIQCB, também dedico a toda comunidade científica, a Educação e às Relações Internacionais, sobretudo aos pesquisadores humanizados que pensam a área desde uma ótica interdisciplinar, dispostos ao diálogo, do convite à observação, escuta e aprendizado, que consideram as lutas políticas permanentes para a construção de um mundo harmonioso com a natureza e de solidariedade entre os povos.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

RESUMO

A alternância entre a valorização e a repentina superexploração da matéria prima, consolidaria a inerência do perfil extrativista aos ciclos econômicos brasileiros. Com a crise do empresarial seringalista na Amazônia, entre 1911 e 1913, marcaria o redirecionamento estatal para a exploração comercial da amêndoa do babaçu para fins industriais na Mata dos Cocais. A desenvoltura da nova cadeia produtiva estabelece uma conjuntura repleta de tensões sociais. Com isso, as quebradeiras de coco adotam estratégias de r-existências frente ao pacote pragmático expansionista vigorado pelo estado brasileiro. O coco babaçu, disposto geograficamente entre o Cerrado e a Mata dos Cocais, abrigaria os territórios futuramente negociados descendentes do fenômeno da financeirização e estrangeirização de terras estabelecida na virada do século XXI. Adjacente a conformação da governança global de terras, o recrudescimento das políticas neoextrativistas resultaria na implementação do MATOPIBA, acrônimo para Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A pesquisa visa compreender como o movimento social das quebradeiras de coco resistiu e renovou suas práticas frente às transformações políticas neoextrativistas na Mata dos Cocais desde a virada do século XXI. Para isso, o emprego de técnicas de investigação como, o caráter bibliográfico e entrevista em profundidade, são realizados, a fim de delinear as transformações da questão agrária. O levantamento bibliográfico parte de uma ótica interdisciplinar Pombo, (2016); para isso mobilizo as contribuições de Svampa (2019), Acosta (2016), Aráoz (2016), ao classificar a lógica depredatória do extrativismo como motor de sustentação das economias latinoamericanas, tanto no modelo de substituição de importações quanto na formação do mercado global de terras, comparados por Morsch (2020) e Delgado (2012), quanto à formação da economia política do babaçu, o debate técnico-empresarial de Amaral (1989) e o revisionismo de Almeida (2019).

Palavras-chave: Extrativismo; Quebradeiras de coco babaçu; MIQCB; MATOPIBA; Resistência.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

RESUMEN

La alternancia entre la valorización y la repentina sobreexplotación de la materia prima consolidó la inherencia extractivista en los ciclos económicos brasileños. Con la crisis del empresariado del caucho en la amazonia, entre 1911 y 1913, marcó el redireccionamiento estatal hacia la explotación comercial del coco babasú con fines industriales en la Mata dos Cocais. El desarrollo de esta nueva cadena productiva generó una coyuntura cargada de tensiones sociales. Ante esto las quebradoras de coco adoptaron estrategias de r-existencia frente al paquete pragmático expansionista impulsado por parte del estado brasileño. El coco babasú, ubicado geográficamente entre el Cerrado y la Mata dos Cocais, albergaría territorios que serían posteriormente negociados como consecuencia del fenómeno de financiarización y extranjerización de tierras, alrededor del siglo XXI. Junto con la conformación de una gobernanza global de tierra, el recrudecimiento de las políticas neoextractivistas dio lugar a la implementación del MATOPIBA acrónimo de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahía. Esta investigación busca comprender como el movimiento social de las quebradoras de coco resistió y renovó sus prácticas frente a las transformaciones políticas neoextractivistas en la Mata dos Cocais desde el cambio del siglo XXI. Para ello se emplean técnicas de investigación de carácter bibliográfico, así como el muestreo por conveniencia, con el fin de captar los cambios en la cuestión agraria. El levantamiento bibliográfico parte de una óptica interdisciplinaria Pombo (2016), movilizando las contribuciones de Svampa (2019), Acosta (2016), Aráoz (2016), para clasificar la lógica depredadora del extractivismo como motor de sustentación de las economías latinoamericanas, tanto en el modelo de sustitución de importaciones como en la conformación del mercado global de tierras. Estos enfoques son comparados con los de Morsch (2020) y Delgado (2012) en lo relativo a la economía política del babasú, y se complementan con el debate técnico-empresarial de Amaral (1989) y el revisionismo de Almeida (2019).

Palabras clave: Extractivismo; Quebradoras de coco babasú; MIQCB; MATOPIBA; Resistencia.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

ABSTRACT

The alternation between the valorization and sudden overexploitation of the raw material would instruct the extractive immanence in Brazilian economic cycles. The crisis of the rubber industry in the Amazon, between 1911 and 1913, led to the redirection of the state and the commercial exploitation of babassu kernels for industrial purposes. The development of the new production chain establishes a situation full of social tensions, with the coconut breakers adopting strategies of r-existence in the face of the pragmatic expansionist package put in place by the Brazilian state. The babassu coconut, geographically located between the Cerrado and the Mata dos Cocais, is home to the territories that will be negotiated in the future as a result of the financialization and foreignization of land established at the turn of the 21st century. Together with the shaping of global land governance, the upsurge in neo-extractivist policies would result in the implementation of MATOPIBA. The research aims to understand how the social movement of coconut breakers has resisted and renewed its practices in the face of neo-extractivist political transformations in the Mata dos Cocais since the turn of the 21st century. To this end, research techniques such as bibliography and convenience sampling are used to capture changes in the agrarian question. The bibliographic survey is based on an interdisciplinary perspective to identify how the prerogatives of the case study were designed. For this, the contributions of Svampa (2019), Acosta (2016), Aráoz (2016), in classifying the depredatory logic of extractivism as the engine that sustains Latin American economies, both in the import substitution model and in the formation of the global land market, compared by Morsch (2020) and Delgado (2012), regarding the formation of the political economy of babassu, the technical-business debate of Amaral (1989) and the revisionism of Almeida (2019).

Key words: Extractivism; Babassu coconut breakers; MIQCB; MATOPIBA; Resistence.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura organizativa do MIQCB 50
Figura 2 – Plano Estratégico 2023-2028 do MIQCB 52

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Delimitação geográfica oficial do MATOPIBA 34
Mapa 2 – Disposição das regionais de atuação do MIQCB 49
Mapa 3 – Delimitação territorial e informações da Resex Ciriaco 69

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMQCB	Associação das Mulheres Quebradeiras do Coco Babaçu
AMIQCB	Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
ASSEMA	Associação em Áreas de Assentamento do Estado Maranhão
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CNP	Conselho Nacional do Petróleo
CNPT	Conselho Nacional de Populações Tradicionais
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
COOPALJ	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco
COSIPLAN	Conselho de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENIDS	Eixos de Integração Nacional e Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IIRSA	Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MATOPIBA	Acrônimo para a fronteira agrícola entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIL	Programa de Investimento em Logística
PIN	Programa de Integração Nacional
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento Integrado para o Nordeste do Brasil

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

POLONOROESTE	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PRODEAGRO	Programa de Desenvolvimento do Agronegócio
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PROFIR	Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
REBRIP	Rede Brasileira pela Integração dos Povos
RESEX	Reserva Extrativista
RI	Relações Internacionais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TEIA	Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO..... 12

2. NEOEXTRATIVISMO E SUAS IMBRICAÇÕES.....19

2.1 DA EXTRAÇÃO AO (NEO)EXTRATIVISMO..... 20

2.2 O DESENVOLVIMENTISMO E A BASE EXTRATIVISTA..... 25

2.3 GANHOS DO NEOEXTRATIVISMO, PARA QUEM?.....31

3. QUEBRADEIRAS DE COCO, SABERES E RESISTÊNCIAS 36

3.1 ABORDAGEM DESDE OS MOVIMENTOS SOCIAIS 36

3.2 BABAÇU: CULTURA E CONFLITO.....39

4. MATOPIBA: RENOVAÇÃO DE UM PACTO..... 58

4.1 AGRONEGÓCIO, LAND GRABB E MATOPIBA.....59

4.2 REVERBERAÇÕES DESDE A RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO ... 67

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....76

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 79

APÊNDICES.....88

ANEXOS..... 104

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

1 INTRODUÇÃO

Desde o início da década de 1970, os conflitos agrários se intensificaram em diversas regiões do Brasil, como consequência da aplicação de diversas políticas institucionalizadas desde a formação da República. A expansão da fronteira agrária na Amazônia Oriental e no Cerrado, empregado com o lema de desenvolvimento, colidiu com os modos de vida das comunidades tradicionais residentes nos territórios. Décadas antes, a derrocada da empreitada seringalista na Amazônia, entre 1911 e 1913, redirecionou as atividades extrativistas prioritárias do estado brasileiro para a amêndoa do babaçu, especificamente nos estados de grande disposição da matéria-prima como o Maranhão e Piauí. Paralelo a esse processo as extrativistas locais, também conhecidas como quebradeiras de coco babaçu adotaram estratégias de (re)existências frente às forças político-capitalistas engendradas pelo Estado brasileiro desde então.

Por conseguinte, a intensificação da atividade extrativa do coco babaçu passou a integrar o desenvolvimento econômico das regiões com babaçuais. Localizada na porção mais ao norte dos estados do Maranhão e Piauí, está situada a Mata dos Cocais, configurada como uma floresta transicional aberta, caracterizada por uma alta densidade de palmeiras como açaí, macaúba, buriti, buritirana, licuri e carnaúba (Franciosi, 2022). Para a extração da amêndoa do coco, decorre-se antes o trabalho de quebra, função exercida majoritariamente pelas populações residentes da região.

O reconhecimento do coletivo enquanto detentor dessa prática, inicialmente fora amparado pelo termo de “populações tradicionais” empregado em 1988 no Brasil pelo Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT). Ainda em 1988, o processo constituinte reconheceria o pluralismo étnico e cultural brasileiro, possibilitando às comunidades tradicionais a capacidade de reclamar direitos desde suas territorialidades específicas. Paralelamente, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) utilizou da concepção de “comunidades tradicionais” para referir-se aos “segmentos nacionais com identidade e organização próprias, cosmovisão específica e relação especial com a terra que habitam”. (Convenção 169, 2011, p. 8). Para além das proposições teóricas, a definição proposta parece fazer alusão às populações tradicionais detentoras da prática de extração do coco, que ao incorporar a categoria de “comunidades tradicionais”, unificará forças do que tornar-se-ia a identificação por quebradeiras de coco, e posteriormente, resultante das lutas coletivas formaria o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco (MIQCB).

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

A reconfiguração jurídica das comunidades tradicionais foi resultado do crescente protagonismo global das questões ambientais, na esfera internacional a Conferência de Estocolmo (1972) provocaria a inserção de problemáticas como a interdependência dos países, soberania e cooperação nas negociações ambientais globais. A conscientização promovida durante a conferência, para Peter Haas (1989), teria influência do relatório publicado pelo Clube de Roma[1] intitulado "*Limits to Growth*" de 1972. O estudo destacava a possível insuficiência de recursos naturais para suprir a existência do padrão capitalista de produção e consumo vigentes da época. Adjacente a esse cenário, as décadas dos anos 70 e 80 registrariam por todo o globo a germinação de diversos movimentos sociais, ao pensar "*O Movimento ecológico no Brasil, 1974-1986: do ambientalismo à ecopolítica*", o teórico Eduardo Viola (1987) analisa as particularidades restritas ao território brasileiro e os conformes da internalização dos aspectos em debate na esfera internacional.

Soma-se a consolidação das temáticas ambientais, o escopo de análise proposto por Finnemore e Sikkink (1998) em relação às normas (visões, culturas, doutrinas, etc.) criadas e propagadas por Organizações Não Governamentais (ONG 's) e organizações internacionais, aplicadas como instrumentos de poder para conquistar mudanças políticas e transformações no sistema internacional. Porquanto, os preceitos ambientais resultantes da Conferência de Estocolmo, engendraram uma dinâmica de "emergência de normas" aglutinadas na "cascata de normas", que por sua vez na internalização, representariam o êxito de aplicação das normas cristalizadas em legislações e políticas em cada Estado.

O etapismo supracitado proposto pelas autoras tornar-se-ia uma dinâmica recorrente em muitos espaços de negociação das organizações internacionais. Para além dos Princípios de Estocolmo, a dialética de Finnemore e Sikkink, tem respaldo amplamente difundido no campo intelectual nas Relações Internacionais, por retratar um paradigma clássico das RI, ao evidenciar a força das dinâmicas do sistema internacional em influenciar e transformar as políticas domésticas dos estados (Barbé, 2007). Para além disso, Gohn (1997); Santos (2008) e Maldonado (2008) serão utilizados para situar as conceitualizações de caráter político, contestação política e identidade coletiva, para

[1] O Clube de Roma era composto por um grupo de empresários, diplomatas, cientistas, educadores, economistas dentre outras figuras que se reuniam para debater uma gama de assuntos relacionados à política, economia internacional, sobretudo, ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. A organização foi fundada em 1968 pelo industrial italiano Aurelio Peccei, presidente honorário da empresa italiana de automóveis FIAT, e pelo cientista escocês Alexander King.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

compreensão do movimento social estudado, e dos efeitos da globalização convergir a ação sociopolítica com a política global.

Por outro lado, as adversidades inerentes ao perfil socioeconômico brasileiro e a herança colonial são enclaves basilares para Furtado (1959), ao versar acerca da lógica agroexportadora característica dos ganhos advindos das matérias primas. Temática abordada por um conjunto de autores latinoamericanos como Acosta (2016), Aráoz (2016), e Gudynas (2018), ao atribuírem a concepção de extrativismo a modalidade de acumulação sedimentada na extração e apropriação de recursos naturais, para atender demandas de exportação de matéria-prima. No panorama brasileiro, a diversidade de matérias primas possibilitaria alternados ciclos de valorização, no quesito florestal iniciados com o pau-brasil, araucária, jacarandá, aroeira, mogno, eucalipto; no minério, o ciclo do ouro nas Minas Gerais, depois com a Serra Pelada e os garimpos ilegais do Vale do Javari; quanto aos combustíveis, o óleo de baleia, a descoberta do pré-sal e as recentes flexibilizações para exploração da margem equatorial. Ainda, rememoramos as plantações de café e cana de açúcar[2], como ilustração da ciclicidade em considerar as matérias primas como eixo de crescimento e desenvolvimento.

As políticas de industrialização nacional proteladas ainda na primeira gestão de Getúlio Vargas (1928 - 1933) sinalizariam o prenúncio do primeiro momento de políticas desenvolvimentistas, continuados com Juscelino Kubitschek (1956 - 1961) e endurecidos durante o período de Ditadura Militar (1964 – 1985), (Milanez, 2021). Acerca desse período, Laschefski e Zhouri (2019) apontam a assimilação de florestas como “espaços vazios” incorporada a lógica de desenvolvimento propagada, que irá convergir com o viés econômico extrativista colonial. Posto isso, despontam uma série de políticas expansionistas, como a criação de programas de desenvolvimento e o investimento em modais de transporte, no intuito de fomentar a extração de matérias-primas. Ao adensar a literatura que estuda os dilemas da infraestrutura e integração nacional, utilizaremos as proposições de Santos (2019) em *“As veias abertas para a expansão do capital: tensões territoriais no projeto de transformação do Tapajós em corredor logístico”* ao revisionar os projetos de corredores logísticos que se multiplicariam desde o Brasil Central, sobretudo em direção ao Cerrado e a Amazônia, como será tratado no decorrer do trabalho.

Dos quais proliferam-se inúmeros conflitos ambientais no Brasil, Santos (2019) trata que a abertura de vias de escoamento traduziam estratégias de ocupação e

[2] Para conhecer as heranças dos sistemas de plantation nas dinâmicas sociais, KILOMBA, G. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 244p. 2019.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

produção do espaço, sem considerar os limites e as vidas das populações que viviam nos territórios. Décadas seguintes, o espectro do neo-extrativismo iria remontar ao modelo primário-exportador característico da formação histórica colonial inerente aos países latino-americanos. Esse processo toma robustez com a consolidação da economia política do agronegócio e a influência do "*boom das commodities*", assim regurgita-se a intencionalidade dos projetos de desenvolvimento. A institucionalização do MATOPIBA em 2015, acrônimo para a parceria dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, com o lema de "última fronteira agrícola do país", segundo Morsch (2020), verteria sob o mesmo espectro das lógicas mencionadas, ao atender os interesses dos atores que movimentam as cadeias globais de valor, desde a financeirização global do setor alimentício até a financeirização da infraestrutura.

Os escritos de Berno de Almeida (2004; 2019) para tratar dos ciclos de escalas de valor, da detenção dos meios de produção pelas elites dominantes e os instrumentos jurídicos legislados sobre a questão agrária dos territórios abarcados, são vértices essenciais para a constituição de um regime de servidão com baixa agregação de valor para aquelas que extraem a amêndoa do coco babaçu. A partir do MIQCB, 300 mil mulheres se conectaram e unificaram a luta, utilizando a denominação de "terras tradicionalmente ocupadas" , conjecturando ações políticas para a manutenção da cultura de quebra do coco e comunidades tradicionais.

A internacionalização da reivindicação pelo "Babaçu Livre" popularizou a temática da atividade extrativista do coco babaçu, e a pequenos passos estabeleceu uma comunidade epistêmica[3] capaz de mensurar os desdobramentos dessa temática. Por conseguinte, a formação de um campo intelectual, Bourdieu (1983; 2004) celebra as diversas formas do pensar, mas reconhece as relações de poder permeadas na prática científica. Ademais, as interpretações de Pombo (2006) serão utilizadas para abordar o potencial da interdisciplinaridade, sobretudo ao intermediar diálogos entre as diversas áreas do conhecimento, neste caso, como alicerce interpretativo para os modos de vida e as memórias das quebradeiras de coco.

Através da conjuntura exposta, esse trabalho está situado no debate que analisa as implicações da progressão do capitalismo e das políticas extrativistas, na qual o movimento das quebradeiras de coco resistiu e resiste sistematicamente. Práticas de resistência quanto aos instrumentos jurídicos institucionalizados pelo Estado brasileiro, a

[3] Para Haas (1992), comunidades epistêmicas representaria uma rede de conhecimento estabelecida por experts de diferentes áreas, vocalizados em uma determinada convicção política.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

territorialização dos monopólios empresariais e agroexportadores, as práticas de arrendamento de terras e as subordinações do *land grabbing*[4]. De modo que o movimento social das quebradeiras de coco ocupa a rebeldia de ainda permanecer nas terras ao persistir na preservação da cultura de quebra do coco, adjacente às ações políticas do MIQCB. Vale ressaltar que as categorias de análise, consideram a dimensão macropolítica na qual os atores estão inseridos, sem incorporar abordagens de gênero, raça e classe.

A pesquisa questiona como a resistência do movimento social das quebradeiras de coco revela a persistência frente às transformações políticas neoextrativistas na Mata dos Cocais no século XXI (2015 - 2024). Na hipótese de que através de práticas tradicionais aliadas à renovação de suas estratégias, as quebradeiras de coco exercem uma resistência contínua ao extrativismo, relacionado às transformações do próprio extrativismo que, no século XXI alia-se ao capital financeiro materializado no MATOPIBA. Acerca da abrangência geográfica do trabalho, consideramos a delimitação territorial do MATOPIBA, com exceção do Estado da Bahia, haja vista a baixa disposição do coco babaçu e da ausência de participação do Estado nas cooperativas e movimentos interestaduais, estando limitado à área de atuação do movimento social.

Diante disso, preferiu-se por viés metodológico qualitativo, conjugado por técnicas de investigação como, o caráter exploratório bibliográfico, procedido com uma ampla revisão dos trabalhos já publicados sobre as áreas adjacentes da pesquisa; e amostragem por conveniência, com entrevistas em profundidade, a partir de uma observação não participante. A análise de conteúdo (Bardin, 2011), não categorial, para aproveitamento integral dos dados coletados que coaduna com as transformações vividas no cotidiano das quebradeiras de coco.

Sobre a pesquisa de campo, privilegiamos a amostragem não-probabilística intencional para que os sujeitos escolhidos considerassem determinados critérios e estivessem relacionados com as hipóteses do tema, neste caso, a categoria de quebradeira de coco. A técnica escolhida, de amostragem por caso único de variante não convencional, possibilita uma abordagem de enredo incluindo um universo de análises multi-ramificado e segmentado. Nesse sentido, o corpus da pesquisa não pretende ser unicamente representativo, respeitando as variações internas, em

[4] Define Pereira (2019, p.72), ao balizar "[...]como processo de apropriação do território –multidimensional e multiescalar– por agentes (trans)nacionais, cujo objetivo é a alienação do território para atender as demandas do capital externo e para a garantia de sua acumulação".

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

opiniões, atitudes, estereótipos, cosmovisões, comportamentos, práticas da vida social, ideologias, hábitos, e crenças.

Para Richardson (2014), a entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas, sobre as normas da entrevista, aderimos às sugestões de Ander-Egg (1982). Por conseguinte, a escolha dos argumentos para realização da entrevista seria ético-político para conhecimento das contradições enfrentadas pelos atores sociais. Desse modo, proferimos por entrevistas em profundidade, realizadas com encontros, gravação consentida e transcrição, para Marconi e Lakatos (2004) esse método, tem a finalidade de obter informações de qualidade e detalhadas, para a análise qualitativa em questão. O tipo de entrevista selecionada seria a guiada, com um roteiro de temas a ser explorado durante o transcurso da entrevistas, e como critério de análise para seleção das entrevistadas deveriam ser mulheres que exerceram ou ainda exercem liderança na regionalidade da Reserva Extrativista do Ciriaco[5] e do MIQCB. Ainda mencionamos, que a observação não participante, versada por Richardson (2014) foi utilizada, haja vista que o pesquisador não detinha conhecimento específicos do grupo a ser pesquisado, considerando estritamente aos objetivos de pesquisa, por meio do roteiro de temáticas.

A realização das entrevistas, acompanha as técnicas de análise de conteúdo. Nesse âmbito, emprestamos as categorias de Bardin (2011) para mensurar os resultados da riqueza e heterogeneidades, advindos das entrevistas. Embora, para Bardin (2011) propõe o desmembramento do texto e agrupados em unidades ou categorias, em função do conteúdo obtido de caráter densamente descritivo e reflexivo, proferimos pela não aglutinação em estrututuras analiticas (categorias), respeitando as fases de leitura flutuante, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretações. No que se refere à pesquisa exploratória bibliográfica, prezou-se por materiais imbuídos por um viés crítico, para proporcionar contribuições horizontalizadas acerca da temática. Para acesso de relatórios locais foram acessadas a “Biblioteca Josué Montello – IFMA Campus Imperatriz”, a “Biblioteca Pública Benedito Leite”, a “Biblioteca João do Vale – Campus Imperatriz" e para levantamento bibliográfico a “Biblioteca Paulo Freire – Parque Tecnológico Itaipu”.

Em face disso, partimos da consciência que o movimento das quebradeiras de coco segue na contramão da reprimarização do capital, porquanto, objetiva-se colaborar para o enriquecimento do campo intelectual do movimento social

[5] Localizada na porção oeste do Maranhão, dividindo limitação territorial com Cidelândia e Imperatriz.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

das quebradeiras de coco, revisando determinados debates e construindo novos caminhos, por meio de uma simbiose dos Estudos Agrários, da Ciência Política, Antropologia, Sociologia, Geografia Política, História, e das Relações Internacionais Contemporâneas. Quanto a esta última, a produção teórica realizada nesta pesquisa parte do Sul Global, correlacionando conceitos ainda pormenorizados que adensam ao pluralismo teórico, crescente movimento crítico ao *mainstream* da disciplina como, das quais observa-se a emergência de temas antes silenciados pela academia, como o pluralismo da soberania de Manuela Picq (2013), pluriverso de Cristina Rojas (2019), pós-extrativismo de Acosta e Brand (2018), e sobre a função do movimento social como objeto de estudo Della Porta e Sidney Tarrow (2005).

Além desta Introdução, a monografia está organizada em mais três capítulos. O primeiro apresenta, de forma geral, as características do extrativismo, que no cenário brasileiro irá convergir com o desenvolvimentismo, tendo na virada do século XXI, a retomada da lógica extrativista, com o neoextrativismo. O capítulo seguinte aborda brevemente a literatura dos movimentos sociais, e na sequência se debruça a dimensionar as resistências vivenciadas pelas quebradeiras de coco na Mata dos Cocais, e como foram renovadas consecutivamente. No terceiro capítulo, tratamos do multifacetado processo regente da questão agrária brasileira, perpassando a consolidação da economia política do agronegócio, a conformação do mercado global de terras e a institucionalização do MATOPIBA, por fim, são apresentadas as considerações finais.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

2 NEOEXTRATIVISMO E SUAS IMBRICAÇÕES

No presente capítulo, será abordado como o extrativismo foi adensando as políticas institucionalizadas nos solos brasileiros, posteriormente renovadas com o neoextrativismo. Para isso, na primeira seção mencionamos uma parcela de autores latino-americanos dedicados a investigar as complexas dinâmicas do extrativismo e do neo-extrativismo, desde as implicações sociais, econômicas e ambientais, como Acosta (2016), Svampa (2013; 2019), Gudynas (2013; 2016). A execução de tais políticas, como a contínua expansão da fronteira agrícola, são questionadas pelo brasileiro Porto-Gonçalves (2006), ao considerar a dialética indissociável entre a sociedade e o território, que culmina na conceitualização de tensão de territorialidades. Para tratar do contraste entre os múltiplos modos de viver existentes nas sociedades latinoamericanas, recorremos ao caso boliviano com Linera (2012).

Seguimos com a análise do contexto brasileiro, na qual a racionalidade extrativista colonial, segue, e irá convergir com os ciclos desenvolvimentistas. Desse modo, as perspectivas de Furtado (1959) são fundamentais para assimilar como sucederá a execução das políticas de promoção para a exploração da área rural brasileira. Nesse sentido, a conturbada relação entre centros e periferias devido às guerras mundiais e a depressão dos anos 1930, propiciaria o surgimento do desenvolvimentismo, ações iniciadas brevemente com as ações de Getúlio Vargas, adensadas com modelo de substituição de importações, e continuadas no período da Ditadura Militar. Quanto a categoria ontológica de desenvolvimento utilizamos Edgar Lang (2016) e Laschefski e Zhouri (2019), acerca das tratativas do modelo econômico do desenvolvimentismo com Bresser-Pereira (2016) e Milanez e Santos (2013).

A partir do exposto, avançamos os debates do capítulo, com as categorias de análise de Santos (2019) para examinar as prerrogativas da intencionalidade desenvolvimentista, sobretudo das políticas expansionistas legitimadas pelo Estado brasileiro para aumento da disponibilidade interna de matérias-primas e alimentos dos mercados consumidores. Além disso, mencionamos brevemente uma das atribuições tradicionais ao extrativismo que perdurou certo tempo na literatura brasileira a obra de Godt e Sachs “Extrativismo na Amazônia Brasileira: Perspectivas sobre o desenvolvimento regional.” (1996) amálgama (Allegretti, 1996; Homma,1996; Lescure *et al*, 1996).

Na seção seguinte, exploramos os dilemas da convergência do

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

extrativismo com o desenvolvimentismo, como a financeirização do capital e o "*Consenso de commodities*", desencadearam o modelo econômico do neodesenvolvimentismo e a reprimarização das economias com o neoextrativismo que deságua na materialização do MATOPIBA. Nesse sentido, retomamos Aráoz (2016), Milanez & Santos (2013), e incrementamos Diniz (2011), para pensar os impactos da ascensão chinesa e as propostas do MATOPIBA, consideramos Moreno (2015), Morsch (2020) e Santos (2019).

2.1 DA EXTRAÇÃO AO (NEO)EXTRATIVISMO

Para tratar, de uma das concepções fundamentais que atravessa lógica desse estudo, Alberto Acosta (2016b, p. 49), interpreta o extrativismo como uma "modalidade de acumulação que começou a ser forjada em grande escala há quinhentos anos [...] determinada pelas demandas das metrópoles – os centros do capitalismo nascente" haja vista que esteve calcado na apropriação e utilização das matérias-primas, itens vitais para possibilitar o desenvolvimento e o bem-estar dos centros industriais. O período colonial seria para Acosta condizente a conformação da primeira etapa do sistema capitalista, e tal modelo tornou-se uma saída rentável e de retorno garantido para as regiões periféricas, habitando amplamente as esferas econômicas, sociais e políticas dos Estados. De modo que o modelo exploratório empregado seria vital para financiar e angariar saldos necessários para financiar o projeto de modernização do Norte Global (Acosta, 2016).

Tais preceitos convergem com as resoluções de Machado Aráoz (2016), ao classificar o extrativismo como um fenômeno estrutural inserido historicamente na era moderna do capitalismo, resultante da distinção e hierarquização inicial entre, os territórios coloniais e as metrópoles imperiais. A imposição geopolítica, estabeleceria aos primeiros como áreas de exploração e espólio, visando o suprimento das demandas das segundas. De modo que, para Aráoz (2016, p. 455) a "ideia de colonialidade da Natureza remete a esse dispositivo epistêmico por meio do qual o capital traçou uma trajetória de objetificação, cientificação e mercantilização da Natureza [...]". Assim o autor estabelece que o ideário colonial depredatório seria indissociável da temporalidade extrativista inerente à conformação dos territórios latino-americanos.

Concomitante a isso, Svampa (2019) considera que a categoria do extrativismo é dupla, isto é, ao mesmo tempo analítica e política, a exemplo do neoextrativismo, mesmo não enunciando diretamente as relações de poder, disputas em

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

jogo e conflitos, remete as assimetrias existentes nos estados. Acerca das proposições de Maristella Svampa, Costa (2020) evidencia que para a autora o extrativismo teria uma vértice histórico-estrutural, na qual a invenção do ideário europeu e a expansão do capital, estariam vinculados aos processos de invasão e genocídio coloniais. De modo que o extrativismo e a modernidade estariam vinculados, responsáveis por gerar processos de exploração, assim abalando a organização dos territórios latino-americano desde o século XV até a contemporaneidade. Além disso, segundo Costa (2020) o extrativismo desempenharia papel fundamental na construção e consolidação dos Estados-Nações latino-americanos em seus processos do século XX, durante a formação das repúblicas, tendo como herança as desiguais divisões de riquezas advindas da exploração extrativista.

A chegada do século XXI, para Svampa (2013) marcaria a ascensão de diversos governos progressistas na latinoamérica, pautados por políticas em exportação de larga escala de bens primários. Por conseguinte, estratégias de crescimento econômico seriam utilizadas para justificar o desenvolvimento, suscitando atividades extrativistas de baixo valor agregado, ao aliar-se às “vantagens comparativas”. Esse panorama para Svampa (2013), demonstraria a posição dos Estados latino-americanos na divisão internacional do trabalho enquanto exportadores de *commodities* e matérias-primas, mesmo reconhecendo a diversidade das economias latinoamericanas.

A ascensão de governos progressista”, a “onda rosa” ou *giro à esquerda*, parecia oportunizar uma ação conjunta de promoção da inserção competitiva dos estados latinoamericanos no mercado internacional, para a construção de soluções para questões domésticas, a exemplo a diminuição das desigualdades sociais (Dellasta; Bianconi, 2022). Embora, pode-se entender que esse fenômeno regurgitou a intensificação de práticas extrativistas e o recrudescimento de tensões sociais**,** denominado amplamente como neo-extrativismo. Na esfera internacional, o “*boom das commodities”*, jaz na força do exponencial crescimento da economia chinesa, ao originar uma crescente demanda por matérias-primas, suprida em grande parte pela América Latina (Dellasta; Bianconi, 2022).

Em face disso, Svampa (2016) alega que esse modelo de desenvolvimento extenuaria a reprimarização das economias latino-americanas, acrescentado ao fato de que para realizar o escoamento da produção fomentou-se a fortificação dos corredores logísticos já existentes e a construção de novas rotas para atender as demandas solicitadas. Ademais, o perfil neo-extrativista traçado por Svampa (2016), aproveita do fluxo de divisas gerado pelas exportações para promover e sustentar

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

um modelo de inclusão vinculado à consumação de bens, à ampliação do crédito e a programas de transferência de renda condicionada, incentivando, também, a figura do cidadão consumidor. A autora exemplifica,

> El neoextractivismo contemporáneo puede ser caracterizado como um modelo de desarrollo basado en la sobreexplotación de bienes naturales, cada vez más escasos, en gran parte no renovables, así como en la expansión de las fronteras de explotación hacia territorios antes considerados como improductivos desde el punto de vista del capital. El mismo se caracteriza por la orientación a la exportación de bienes primarios a gran escala, entre ellos, hidrocarburos (gas y petroleo), metales y minerales (cobre, oro, plata, estanho, bauxita, zinc, entre otros), así como produtos ligados al nuevo paradigma agrario (soja, palma africana, cana de azucar) (Svampa, 2019, p. 21-22).

Desse modo, prosseguimos que a lógica neoextrativista mencionada por Svampa (2019), defrontar-se-ia com as atividades tradicionalmente extrativas exercidas por indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, pescadores, dentre outros. Cabe mencionar as simbologias e tradições do trabalho das quebradeiras de cocos, que vem concebendo elementos e estratégias de luta a partir da afirmação de sua identidade e territorialidades (Brito, 2024). Em face do contraste com os setores da mega mineração (a céu aberto e subterrânea), a multiplicação dos megaprojetos de infraestrutura (empreendimentos energéticos, portos, minerodutos, ferrovias e hidrovias), e a expansão dos grandes projetos petrolíferos e energéticos (Svampa, 2019). Caracterizado pela dilatação das fronteiras, das monoculturas e de outras variações centradas na mono produção generalizada dos territórios apropriados pelo agronegócio, no animal através da pecuária, na agricultura com a soja, e no setor arbóreo-celulósico, com a silvicultura. Ainda que Svampa (2019), delinea as imbricações do Consenso de Washington como reajustes, como necessidades adicionadas à categoria de "*Consenso de Commodities*", da qual define

> Subraya el ingresso en un nuevo orden, a la vez económico y politicoideológico, sostenido por el boom de los precios internacionales de las smaterias primas y los potenciais emergentes, o cual genera indud ;es ventajas comparativas visibles en el crescimiento económico y el aumento de las reservas monetarias, al tiempo que produce nuevas assimetrías y profundas desigualdades en las sociedades latino-americanas (Svampa, 2013, p. 31).

Assim, as contribuições da autora indicam que a celeridade da expansão das fronteiras das *commodities*, investigaria a maneira da qual o capital avança sobre bens, pessoas e territórios, canalizando novas formas de dependência e dominação, sob a lógica de espoliação. Para Porto-Gonçalves (2006) a conceitualização de tensão de

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

territorialidades, parte da dialética de não dissociação entre a sociedade e o território, de modo que o emprego da lógica neoliberalizante resultaria em uma tensão entre o campesinato e as oligarquias latifundiárias. Porto-Gonçalves (2006) vai além, e discorre que as áreas subalternizadas, de difícil acesso, longínquas ou desconectadas dos principais circuitos mercantis, antes à margem do desenvolvimento capitalista tornar-se-iam prioridade das grandes corporações alimentícias. O pressuposto de Porto-Gonçalves (2006) parece adentrar a categoria estratégica de expansão do capital, para conjecturar que a tensão de territorialidades, representaria um processo abrangente de imposição da lógica mercantilista de acumulação de capital possibilitada pela exploração da terra (Porto-Gonçalves, 2006).

Ainda em Porto-Gonçalves (2006) os territórios anteriormente denominados como inférteis ou periféricos, ao adentrar a categoria das fronteiras de exploração, permitiria a execução do modelo neoextrativista. Nesse âmbito, mencionamos que os babaçuais comportam recursos de diversidade biológica e água suficientes para atender as necessidades do capital, desde recursos minerais a energéticos. Conforme a literatura especializada, os escritos de Eduardo Gudynas (2013) para o campo científico, baseia a noção do Estado Compensador, inicialmente com a conceituação do extrativismo como uma ação exploratória intensiva, em larga escala de matérias-primas e cultivos agroindustriais, não processados ou pouco processados, destinados à exportação, no caso das *commodities*.

Por conseguinte, Gudynas (2013) alude que existem diversas gerações de extrativismo, nas quais destaco duas gerações contemporâneas: a primeira representa o extrativismo clássico, em que cabe ao Estado exercer o papel regulatório, determinar e controlar a abertura do setor ao capital estrangeiro, que justificasse a partir da exploração dos recursos naturais como meio de promoção do crescimento econômico (Gudynas, 2018, p. 25). A segunda classificação refere-se ao neoextrativismo de caráter progressista, do qual diverge sobretudo na ação do Estado, fundamentada na participação ativa das empresas estatais, ou indiretamente, com subsídios ou apoio em infraestrutura, neste caso destaca-se a permissividade do Estado em afiançar a intensa apropriação da natureza para as empresas estatais, ao oferecer assistência jurídica, proteger e promover investimentos, além de suavizar os impactos ambientais gerados. Nesse sentido, Gudynas (2016) atribui a dinâmica como a retroação de um governo progressista, acerca das principais características do Estado Compensador:

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

> Captan parte de los excedentes económicos, los usan para mantener y ampliar su propria estructura, y para financiar variados programas de ayuda, subsidios, etc. Se pierden las discusiones sobre los sentidos del desarrollo, que son reemplazadas por luchas por acceder mayores tajadas de esos excedentes. Ya no cuestionan, por ejemplo, el papel de la agroindustria o de la mineria transnacionalizada, sino cuánto dinero se podrá obtener, quién lo reparte y cuanto le toca a cada actor. La multidimensionalidad de la justicia se reduce a uma justicia económica redistributiva, y sobre todo a las conpensaciones econômicas (Gudynas, 2016. p. 41).

As afirmações exercidas por Gudynas (2013) ao assimilar o comportamento do Estado compensador e a incorporação das imbricações do neoextrativismo progressista, escancara a violência do Estado ao amortizar os impactos negativos advindos desse modelo de desenvolvimento. Ao interpretar os escritos de Gudynas, Machado Aráoz (2016) acrescenta que a concepção do Estado compensador não seria uma concepção inédita, mas sim o reconhecimento da capacidade das forças políticas de esquerda em assumir a defesa e o fomento de políticas centradas no aprofundamento da histórica matriz primário-exportadora da qual as sociedades latino-americanas foram violentamente relegadas ao mundo do capital e a divisão internacional do trabalho ocidentalizada.

As análises fundamentadas pelos teóricos aqui discorridos acompanhou a progressão do “ciclo progressista” em determinados países, no caso da Bolívia o vice-presidente, Álvaro García Linera, reconheceu as críticas e afirmou que “por trás do recente criticismo extrativista contra os governos revolucionários e progressistas, encontra-se a sombra da restauração conservadora” (Linera, 2012, p.110). No entanto, para Aráoz, as ações assumidas pelos governos progressistas recaíram em uma cegueira colonial das fantasias desenvolvimentistas, além de solapar os esforços emancipatórios da autodeterminação dos povos tradicionais da latino-america (Aráoz, 2016, p. 459). Ao revisionar a literatura que circunda o campo científico do extrativismo e do neo-extrativismo, Machado Aráoz alerta que “Como tantas outras vezes na história econômica da região, o momento cíclico de auge durou pouco – e, depois, vieram à tona os efeitos e sintomas das expropriações e devastações.” (Machado Aráoz, 2016 *apud* Machado Aráoz 2012, p. 64). Na seção que segue, discuto como esse marco teórico verte no cenário brasileiro e suas implicações.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

2.2 O DESENVOLVIMENTISMO E A BASE EXTRATIVISTA

O histórico das conformações socioeconômicas brasileiras e a herança colonial, segundo Furtado (1959), é um dos fatores-chave para conceber as razões que possibilitaram emergir o que seria a primeira onda desenvolvimentista, na qual a execução das políticas de promoção para a exploração da área rural brasileira foi fundamental para solidificar o perfil agroexportador e difundir o modelo extrativista em âmbitos multissetoriais, como o animal, mineral e agrícola. Ações que foram executadas nas gestões de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek com o “Plano de Metas”, e fielmente perenizadas nos anos seguintes com a ditadura militar no Brasil. Neste contexto, considero fundamental adentrar brevemente a categoria do desenvolvimentismo e do neodesenvolvimentismo, para estabelecer a diferenciação do debate das literaturas e, com isso, compreender como a renovação da lógica extrativista década após década, está imbuída tanto no neoextrativismo, bem como no neodesenvolvimentismo.

Para isso, Edgar Lang (2016) conceitualiza que a incessante busca ou corrida pelo desenvolvimento seria fruto do projeto de modernidade, em que a formação do binômio, desenvolvimento x subdesenvolvimento, representaria a imposição do capitalismo global em catalogar os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, ora chamados de países de terceiro mundo. Conceito amplamente difundido no campo das ciências econômicas e do pensamento crítico latinoamericano, em linhas gerais, o desenvolvimentismo, pode ser balizado sob duas vértices,

> [...] (a) como uma forma de organização econômica e política do capitalismo alternativa ao liberalismo econômico, e o correspondente estilo de gestão econômica desse capitalismo; e (b) como uma escola de pensamento econômico (Bresser-Pereira, 2016. p.7).

Adiciona Laschefski & Zhouri (2019. p.281), ao explorar os princípios basilares dessa concepção “[...] em termos culturais, as ideias desenvolvimentistas continuam a reproduzir hoje concepções coloniais evolucionistas inscritas em imagens de raça, classe e progresso (*apud* Quijano, 2002)”, assim destacando que a propagação de visões e práticas coloniais unilaterais, por parte dos setores dominantes, ao relegar as florestas como espaços vazios a serem incorporados ao mercado de terras, naturalizaria no imaginário popular processos de desterritorialização, a serem desenvolvidos com

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

maior afinco no próximo capítulo.

A relação estabelecida entre os ideais de desenvolvimento e crescimento econômico são fundamentais para estipular as pretensões desenvolvimentistas. Nesse contexto, o crescimento econômico passa a representar um ponto chave para a erradicação da pobreza, ao desemprego e as demais mazelas dos países subdesenvolvidos. Com isso, derivaria-se a racionalidade instrumental que celebra o incremento constante do Produto Interno Bruto (PIB), embora, para de Araújo (2020) no curto prazo esse comportamento poderia significar o fim de si mesmo. As considerações de Mansullo (2010), somam-se a essa perspectiva, ao alegar ser falácia a atribuição do crescimento econômico como redutor de pobrezas, por não captar as características endógenas de cada país e dar pouca atenção ao papel da distribuição de renda e das relações de poder nessa relação.

Os preceitos expostos convergem com as delimitações teóricas de Laschefski e Zhouri (2019), ao empregar que a ideologia do crescimento econômico jaz sob o arquétipo da constante acumulação de bens e capital, consequentemente cristalizando um padrão expansionista, em função da depredação e invasão dos territórios tradicionalmente ocupados. Com isso, emprestamos aos elementos expostos para aludir ao primeiro momento do desenvolvimentismo no Brasil, ocorrido entre os anos 1950-60, em que a exemplo da implementação do capital financeiro no Brasil, o desembarque de multinacionais do setor automobilístico durante o governo de Juscelino Kubitschek, angariou aportes nos setores de bens de consumo duráveis, possibilitados pela construção prévia do setor de bens de capital e da indústria de base, com vultosos investimentos estatais provenientes do governo Vargas, que irão constituir essa fase do desenvolvimento capitalista brasileiro (Castelo, 2012).

Configurado como uma alternativa ao liberalismo econômico, Bresser-Pereira (2016) alega que os primeiros indicativos da aplicação do conjunto de políticas econômicas desenvolvimentistas, sucede com a execução do modelo de industrialização via substituição de importações, haja vista as relações abaladas entre centros e periferias devido às guerras mundiais e a depressão dos anos 1930 (Dellasta; Bianconi, 2022). Esse processo consistia na substituição da importação de produtos industriais básicos, a partir da constituição de infraestrutura produtiva, viabilizadas via endividamento externo, de investimentos diretos internacionais e da intervenção do governo, neste último caso, encabeçada pelas empresas estatais, através de subsídios ou financiando a infraestrutura necessária (Milanez; Santos, 2013).

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

Segundo Diniz (2011), alguns mecanismos compõem as características das primeiras políticas desenvolvimentistas no Brasil, são estas o fomento de projetos de industrialização, o impulso de iniciativas estatais, a utilização de políticas protecionistas, de empréstimos e isenções fiscais para investidores privados. Adiciona-se, Morais & Saad-Filho (2011), ao traçar o perfil baseado na proteção do mercado interno e da intervenção estatal no setor de infraestrutura e na produção de insumos básicos. A exemplo, estariam as criações do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em 1934; do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 1939; a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1940; a Companhia Vale do Rio Doce (VALE), em 1942; Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 1939.

Fruto de tais ações, desencadeia-se um processo de industrialização nacional, responsável por acelerar o processo expansionista, circunstância em que as práticas extrativistas serão legitimadas e incentivadas pelo Estado. Para atender as demandas industrializantes houvera a necessidade de aumentar a disponibilidade interna de matérias-primas e alimentos para atender aos mercados consumidores (Dellasta; Bianconi, 2022). Com base nisso, Santos (2019), ilustra que antes da fundação de Brasília (1960), diversas expedições guiadas pela lógica de “desbravamento” do interior, com o objetivo anunciado de viabilizar o “desenvolvimento” do país, ocorreram na primeira metade do século XX, duas dessas tiveram maior destaque, a Comissão Rondon (1907-1915) e a Expedição Roncador-Xingu (1943-1949), com o fim de ocupar territórios, integrar a nação e proteger as fronteiras.

Ademais, outra herança do governo Vargas ilustrada por Diana Aguiar (2019), remonta o início de 1950 quando o governo passou a promover a pesquisa e a expansão da área plantada de soja no Rio Grande do Sul, visando a ampliação da rentabilidade da terra, pois a manifestação de uma nova cultura associada ao trigo, em um sistema de cultivo alternado entre estações, poderia sumarizar os investimentos realizados em instrumentos e maquinário. Tal execução, somente fora propiciada devido à ação das cooperativas que gozavam de acesso facilitado a políticas de crédito e extensão (Santos, 2019), a prática de endosso extrativista teve êxito com o tempo, angariando saldos positivos aos estabelecimentos rurais do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Em virtude da continentalidade brasileira, durante o período colonial instruiu-se uma dinâmica territorial da exploração econômica para mercados internacionais, constituída por zonas de influência desde os grandes centros exportadores. Anterior as prerrogativas de Kubitschek com o lema de “50 anos em 5”,

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

Aguiar (2019) em "*As veias abertas para a expansão do capital*" resgata as contribuições de Henry Anatole Coudreau, que em 1895 contratado pelo então governo do Pará, elaborou um potencial integrador desde o Tapajós com o Planalto Central brasileiro até o centro político nacional (Rio de Janeiro), intenções integrativas do interior que vigoraram durante quase todo o século XX. Concomitante a essa perspetiva, Santos (2019) alega que Juscelino Kubitschek sob a égide da concepção de Brasil Central, viabilizou uma série de políticas para materializar corredores logísticos o presidente e construir novas rotas de conexão no Brasil, e com isso estabelecer Brasília como nova capital. Para Santos (2019), a propaganda governamental era carregada de tom positivista, sobretudo por tentar harmonizar as diferentes culturas presentes no Brasil, embora a autora atenta que

> [...] há uma lógica comum subjacente a estas que se expressa no manejo de uma "razão logística", espécie de espelho da razão neoliberal na gestão dos fluxos capitalistas, buscando traduzir interesses privados na agenda pública de infraestrutura. Associado a isso, está o próprio privilegiamento dos fluxos nas ações de planejamento governamental para o "desenvolvimento territorial", sobretudo a partir dos eixos nacionais de integração. (Santos, 2019. p. 121).

Desse modo, a intenção divulgada pelo governo Kubitschek de conectividade do território nacional, em suma visava atender aos interesses de uma parcela minoritária que reclamava por mais infraestrutura para aumentar o lastro de exportação (Santos, 2019). Ao tratar das rodovias Belém-Brasília, inaugurada em 1959, e a Brasília-Acre (BR-364), inaugurada em 1960, a autora versa que uma grande estrada, cortando uma região sem vias pretéritas de mobilidade de alta intensidade e velocidade, como foi o caso das grandes rodovias da era JK e do regime militar, sintetizava o encontro entre temporalidades assimétricas ao engendrar tensões territoriais inevitáveis (Santos, 2019).

Resaltamos as alíneas de Laschefski e Zhouri (2019) acerca da frente desenvolvimentista durante o Regime Civil-Militar (1964 - 1985), ao destacar a criação de programas de desenvolvimento que tinham o intuito de desenvolver e habitar as fronteiras agrícolas, bem como aprimorar a logística dos fluxos de entrada e saída. Agrego Becker, (2015) ao analisar as diretrizes que para a independência econômica e a integração nacional, tinha-se como um dos vieses a ocupação da Amazônia como prioridade para a doutrina de segurança nacional, com funções econômicas e geopolíticas no plano interno e externo. Em outras instâncias, Favareto (2019) considera que a instauração do Programa de Integração Nacional (PIN) endossava o incremento da infraestrutura com

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

foco na implantação de rodovias interligadas nas regiões Norte e Nordeste.

Outra medida priorizada neste período foi a implementação da Revolução Verde, que objetivava garantir o crescimento exponencial da produção de alimentos baratos para sustentar a força de trabalho industrial que se concentrava na zona urbana (Morsch, 2020), alcançando a produção em larga escala o país renovaria à condição de exportador de alimentos. Os produtos de maior destaque seriam a soja e o milho, em decorrência da matriz agrícola voltada para as vendas externas, o Brasil instituiu agências de fomento e pesquisa, resultado desse período a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) fundada em 1973.

Versados como os principais programas de desenvolvimento de estímulo à modernização da agricultura brasileira, através da expansão da fronteira agrária. Elencamos o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), de 1971; o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), de 1974; Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), de 1974; (Favareto *et al.*, 2019). Ainda nesse bojo, acrescenta-se o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste de codinome Projeto Sertanejo, de 1977; o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), de 1974; no Mato Grosso, o Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (POLOCENTRO), o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONORDESTE) e o Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (PRODEAGRO), (Santos, 2019). Outras iniciativas resultantes das políticas de políticas verossímeis, originaram anteriormente a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), destaca Santos (2019).

Embora, para Santos (2019), os projetos agropecuários dos anos 1970 foram amplamente caracterizados pela baixa rentabilidade, responsáveis por acelerar o desmatamento do Mato Grosso, desencadeando conflitos entre povos indígenas e posseiros. Adjacente ao cenário mato grossense, veremos no próximo capítulo que a execução das iniciativas ampliou os conflitos agrários nos estados que dispunham babaçuais, popularmente atribuído como “tempo do coco preso”, referia-se ao período que fazendeiros e latifundiários impediam ou cerceavam o acesso a coleta do coco

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

babaçu. Desse modo, mecanismos de grilagem[6] e corrupção eram executados para viabilizar a comercialização de títulos, atendendo a demanda militar de mercantilização das terras nacionais (Santos, 2019). No delongar da década, o crescente endividamento externo e o déficit comercial fragilizaria o modelo de industrialização via substituição de importações tornando insustentável mantê-lo, devido a alta elevação das taxas de juros internacionais em 1979, dado o novo arcabouço de políticas monetárias restritivas norte-americanas, decorrente das crises do petróleo (1973 e 1979) e do colapso do modelo de Bretton Woods (Milanez & Santos, 2013).

Por outro lado, antes de partir para a próxima seção consideramos fundamental, adentrar a uma parcela da literatura brasileira que versou o extrativismo por outra ótica. O livro "*Extrativismo na Amazônia Brasileira: perspectivas sobre o desenvolvimento regional*" editado por Godt e Sachs (1996) faz-se essencial para reconhecermos uma base tradicional que atribui ao termo "extrativismo" e dos autores mencionados. Segundo Godt e Sachs (1996), o uso do "extrativismo", no contexto brasileiro parte dos modelos de uso sustentável, desde a extração e coleta, destinados à comercialização nos mercados regionais, nacionais ou internacionais, como poderá ser visualizado no capítulo seguinte.

Nas concepções de Allegretti (1996), o extrativismo seria uma atividade de desenvolvimento sustentável por conceber os recursos naturais como recursos produtivos, no qual a conservação estaria ligada ao bem-estar social e econômico dos habitantes da região, assim como a junção do extrativismo e o instrumento das Reservas Extrativas (Resex) poderiam contribuir para a conciliação entre os interesses de conservação e as necessidades de desenvolvimento sócio-econômico. Contudo, após verificar as perspectivas políticas do extrativismo vegetal na Amazônia, Homma (1996) distingue entre as formas de extrativismo, podendo ser "predatório" e "não-predatório". Como característica, os sistemas agroflorestais, a industrialização dos produtos extrativos e as reservas extrativas, constituem uma abordagem por extinguir, conforme delineia Homma (1996), por crer ser uma economia que iria desaparecer.

Finalmente, os escritos de Jean-Paul Lescure, Florence Pinton e Laure Emperaire dissecam o extrativismo por uma perspectiva sócio-econômica e ecológica. No quesito ecológico, a diversidade de produtos permitiria a flexibilidade de exploração no contexto de mudança ambiental e econômica, no aspecto, socioeconômico, envolveria

[6] A prática de grilagem, no sentido estrito da palavra, evoca o ato de colocar documentos em caixas ou gavetas contendo grilos, de modo que poderiam adquirir tonalidade amarelada e transmitir a impressão de terem sido emitidos muito tempo atrás.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

vários protagonistas como coletores, patrões, os atacadistas e outros intermediários, poderia desempenhar o “aviamento” variando a ocupação de funções na cadeia do extrativismo (Lescure; Pinton; Emperaire, 1996). Na próxima seção, será discutido como tais mudanças tornaram-se o pano de fundo para a formação do neo-extrativismo e a reprimarização econômica.

2.3 GANHOS DO NEOEXTRATIVISMO, PARA QUEM ?

As recorrentes crises econômicas, nos anos de 1980 e no início da década de 1990, exacerbaram a hiperinflação nas economias latino-americanas, o Consenso de Washington e a transição dos regimes democráticos após anos das ditaduras militares, acentuaram a dívida externa. Para tanto, adotaram-se estratégias de reorientação para o pagamento das dívidas. Segundo Milanez, (2021) o movimento teve grande influência dos programas de ajuste estrutural promovidos, especialmente, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial de cunho profundamente neoliberal. Diretrizes densamente perenizadas, ao longo dos anos 1990, materializadas com o Consenso de Washington.

Os motivos pelos quais muitos estados latino-americanos recorreram a soluções rápidas e eficazes, abriu espaço para a implementação de políticas neoliberais que estavam em voga no momento, propagadas como solucionante da estabilidade econômica almejada. Destaca-se alguns princípios desse período, como a rápida redução do tamanho do Estado, a abertura comercial, o fomento à entrada de capitais transnacionais, a privatização de empresas públicas e estatais como a Cia. Vale do Rio Doce (CVRD) e Minero Peru (Milanez & Santos, 2013). Todavia, o processo de inserção internacional e a baixa competitividade dos produtos industrializados regionais, sem êxito, relegou aos países latinoamericanos o retorno à exportação de produtos primários.

Para Machado Aráoz (2016), a lógica neoliberalizante deste período, parte de um capitalismo feroz, calcado nos processos de acumulação por espoliação e na intensificação das dinâmicas de mercantilização, concretizadas por diversos e novos recursos de violência. Acrescenta, Aráoz (2016) que a corrente neoliberal representaria o capitalismo em fase terminal, pois a acumulação reside em um contexto de esgotamento dos recursos primários globais e da crise aguda das energias fundamentais, tanto as provenientes da terra quanto aquelas que emergem e se mobilizam através do trabalho.

Para Diniz (2011), o neodesenvolvimentismo possui inspiração

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

keynesiana, ao considerar que o crescimento derivaria do aumento autônomo da renda familiar dos grupos mais pobres, intermediado pelo aumento do salário mínimo, da expansão dos empregos formais e de políticas de transferência condicionada de renda, como o Bolsa-Família. A institucionalização dessas ações, segundo Diniz (2011), seria um atrativo para investimentos nas áreas de infraestrutura e construção residencial, substanciado pelo Estado, bem como na área de inovação, amparados por incentivos fiscais, crédito subsidiado e subvenções, ambos conduzidos por uma política externa independente.

A literatura recente tem acompanhando a emergência do neodesenvolvimentismo como um fenômeno multifacetado, pautado em dimensões econômicas, ideológicas, políticas e sociais. Com isso, Fonseca (2024) categoriza os contribuintes desse campo epistemológico, de acordo com o emprego do conceito, dos quais divergem em alguns aspectos, a proposta de “novo-desenvolvimentismo”, de Bresser-Pereira (2006; 2010) e outros economistas (Sicsú, Paula; Michel, 2005), não difere da adição no conceito principal o prefixo grego *neo* (“neoclássico”), de neodesenvolvimentismo, ou o adaptado latino *post* (“pós-keynesiano”), as propostas do “social-desenvolvimentismo”, consideradas por Carneiro (2012), Bielschowsky (2012) e Bastos (2012) incorporaram novos enfoques.

A premissa generalista deste fenômeno evidencia uma descontinuidade à estratégia de crescimento neoliberal, tendo em vista as mudanças no contexto econômico global alterado e nas formas de coordenação econômica inspiradas no desenvolvimentismo. Os autores Milanez & Santos (2013), consideram quatro premissas que podem configurar um estado como neodesenvolvimentista, são estas, as políticas de juros, de comércio internacional, industrial e salarial. Inicialmente a política monetária, trataria de recompor as condicionantes de acumulação do setor econômico, passando pela taxa de juros, em função das políticas comerciais e das taxas de câmbio, angariando oscilações menos drásticas e a equivalência estrita de meta e taxa SELIC (Bresser-Pereira, 2012).

Ao abordar a política do comércio internacional, Milanez & Santos (2013) exemplificam que essa tem o intuito de reconstituir as bases da acumulação com a promoção do espectro exportador da indústria nacional. Quanto a política industrial, Milanez & Santos (2013), pondera que a retomada de estratégias verticais ou setoriais de planejamento, centradas na expansão quantitativa e qualitativa da estrutura, teria a capacidade de reorganizar a estrutura produtiva, propiciando a expansão das

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

exportações. No âmbito da política salarial, o resgate do paradigma desenvolvimentista, quanto às políticas redistributivas do Estado, de renda e salarial, seriam necessárias para definir a ação do Estado.

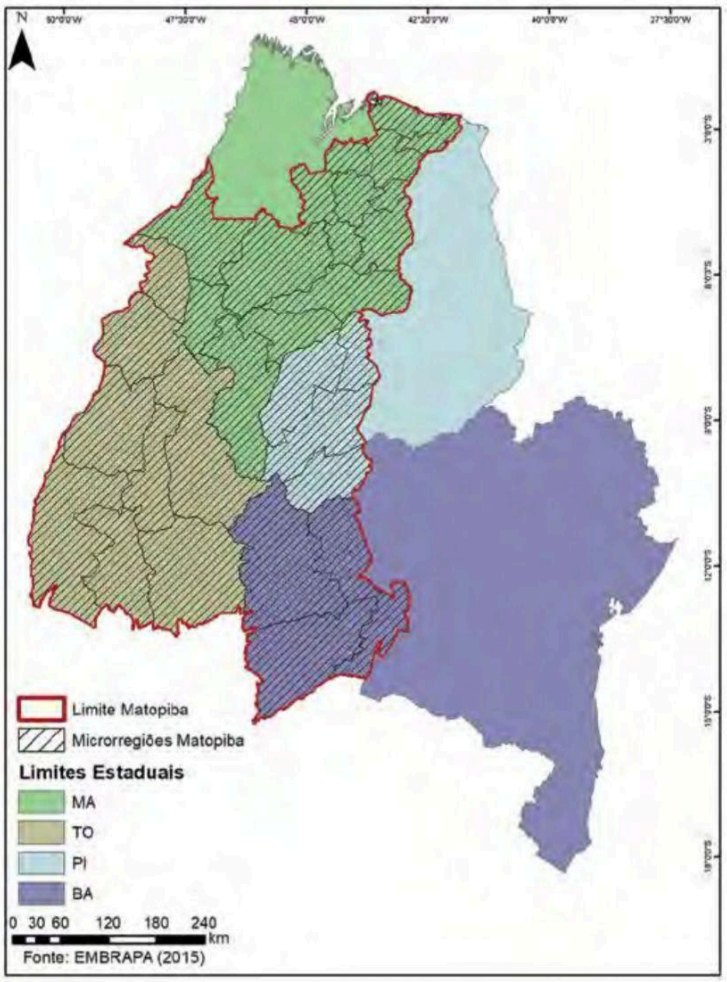
Segundo, Moreno (2015), a redução da participação da indústria doméstica nos mercados interno e externo, sustentada por políticas de crescimento econômico de transferência de renda aplicadas nos governos Lula e continuadas com Dilma Rousseff, em face da oferta chinesa e da sobrevalorização cambial, retornaria a características anteriormente aplicadas em solos brasileiros, haja vista que são aspectos de garantir a manutenção e reprodução do modelo extrativista, dependentes de uma forte ação do Estado, traço comum a outros países da América Latina. Além disso, Santos (2019) categoriza programas e ações dos quais identificamos influências do neo-extrativismo progressista, sendo estes, os Eixos de Integração Nacional e Desenvolvimento (Enids), a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), que desdobraria-se em Conselho de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (COSIPLAN) e Programa de Aceleração de Crescimento / Programa de Investimento em Logística (PAC/PIL), que também teve como plataforma a atuação de organismos como a União de Nações Sul-Americanas (UNASULI).

Como efeito da consolidação de tais políticas, a proposta do MATOPIBA (verificar Mapa 1) institucionalizada em 2015, para Morsch (2020), tem por princípio atender aos interesses das elites agroexportadoras nacional, grandes corporações transnacionais e dos grandes players do mercado financeiro, convergindo demandas e movimentos de mudanças nos regimes alimentares globais, sobretudo, nas cadeias globais de valor das principais *commodities*. O organismo intra-regional, promove por meio das atividades agropecuárias a coordenação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico (Morsch, 2020). Da qual destacamos nesta pesquisa, a execução de obras de infraestrutura logística (rodoviária, ferroviária, portuária, hidrelétrica, dentre outras), para o escoamento de produção destinada à exportação – demanda antiga da elite local agroexportadora.

Nesse âmbito, o MATOPIBA representaria um processo mais amplo de integração do agronegócio, ao rememorar os projetos de desenvolvimento empregado na década de 70, este por sua vez conectaria polos, ao atrair novos investimentos e atender aos interesses dos atores que movimentam as cadeias globais de valor (Morsch, 2020), propiciados pela financeirização global do setor alimentício até a financeirização da infraestrutura, sobretudo ao quando ressaltar as perspectivas do neoextrativismo e do

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

neodesenvolvimentismo.



Mapa 1 - Delimitação geográfica oficial do MATOPIBA

Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base em dados da Embrapa (2015). In: Favareto *et al*. (2019, p.22)

Em linhas gerais, o neoextrativismo tem pautado os debates acadêmicos por caracterizar os fenômenos da reprimarização do capital associado a desindustrialização e a dependência da globalização incapaz de gerar benefícios para as economias nacionais. Concomitante a esse fenômeno, Milanez e Santos (2013) alegam que o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento pereniza a dependência de um crescimento contínuo da vantagem comparativa, a exemplo no caso brasileiro propiciado pela extração de recursos minerais, que mantém o Estado na extensa procura em ser protagonista no mercado global, por meio de empresas estatais ou semi-estatais.

Concordamos com os autores, em que apesar de divergir quantos aos

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

paradigmas do grau de verticalização industrial e de complexificação da pauta exportadora, a efeitos de comparação as políticas do neoextrativismo não ultrapassam a categoria dos bens primários, em que o neodesenvolvimentismo por sua vez necessita da industrialização de tais bens, antes da exportação (Milanez; Santos 2013).

Segundo, Moreno (2015) no caso brasileiro, a influência da presença chinesa resultou no insulamento dos setores econômicos de alta competitividade, priorizando intensamente os ganhos advindos dos recursos naturais, em contrapartida, traduziu-se na simplificação dos eixos dinâmicos e no “desaparecimento” de outros. Contexto que afetou a implementação deste modelo, permeado por um efeito rebote, denomina (Milanez; Santos, 2013, p.20) como um “neodesenvolvimentismo às avessas”, por revelar consequências de políticas neoextrativistas. Em que para os autores, a constante presença de núcleo neoliberais em centros de decisão do governo, a inconsistência nas políticas industriais elaboradas durante esse período, a exaltação das capacidades endógenas para promover a reestruturação da matriz industrial brasileira, subverteram princípios fundamentais para a sustentação de princípios desenvolvimentistas (Milanez; Santos, 2013).

Acerca desse cenário, Milanez & Santos (2013) asseguram que a execução de tais práticas não atendem aos princípios basilares prometidos, haja vista que as políticas monetárias, de comércio internacional e industrial parecem estar consolidando um perfil neoextrativista no país. Ainda que as pensarmos as regionalidades latinoamericanas, as constantes flexibilizações das exigências ambientais, para a implementação de projetos com estratégia de estímulo súbito ao crescimento econômico, reforçam a existência dos riscos ambientais envolvidos nestes setores (Santos, 2019). Por fim, detonamos as proximidades entre o neodesenvolvimentismo e os padrões neoextrativistas, não apenas do ponto de vista de reprimarização da economia, como também pela natureza dos impactos causados sobre as populações e o meio ambiente.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

3 QUEBRADEIRAS DE COCO, SABERES E RESISTÊNCIAS

Neste capítulo abordaremos as resistências, práticas e saberes das quebradeiras de coco, como renovaram-se frente às transformações na Mata dos Cocais. Iniciamos a primeira seção, considerando que para analisar os movimentos sociais latinoamericanos faz-se necessário a utilização de uma lente que abarque as especificidades e as aplicações da teoria em cada contexto. Com esse propósito, empregamos Gohn (1997; 2004), para adentrar os aspectos da ação política, do caráter político que acompanha a existência de um movimento social e o processo de formação de identidade. Os efeitos da globalização, provocariam alterações nas bases teóricas dos movimentos sociais, com isso complementamos as análises, com Santos (2008) e Maldonado (2008).

Na seção seguinte, instruímos as características biológicas e geográficas das quais dispõem os babaçuais e a Mata dos Cocais. Posteriormente, concebemos Amaral (1989) que condensa as contribuições iniciais da "economia do babaçu" como campo intelectual a ser estudado. Por outro lado, situamos que essa pesquisa concorda com o revisionismo analítico proposto por Berno de Almeida (2019). Para identificação das resistências (Brito, 2024; Barbosa, 2016; Prieto, 2016; Andrade, 2007; Santos, 2021), quanto a dinâmica da dívida que escraviza Esterci (2008), para terras tradicionalmente ocupadas Almeida (2004), quanto ao processo de "onguização" do MIQCB Berrêdo (2017).

A partir do exposto, observamos de que modo o movimento emerge, quais os atores envolvidos, as táticas empregadas para a organização e as divergências internas. Iniciamos, então, esboçando um panorama geral sobre o movimento social.

3.1 UMA ABORDAGEM DESDE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Ao tratar do paradigma teórico latino-americano acerca dos movimentos sociais, Maria da Glória Gohn (1997) condensa no texto *"Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos"*, a amálgama das contribuições norte-americana, europeia e latina, perpassa as especificidades e as aplicações da teoria em cada contexto. Quanto às proposições de análise e estudo dos movimentos sociais latino-americanos, a autora preza por um enfoque multidisciplinar, traçando a sociologia,

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

ciência política, antropologia, história, economia e a psicologia social. Áreas múltiplas articuladas pela política, por estarem regidas por relações de poder complexas, ainda acrescenta (Gohn, 1997, p.240) a necessidade de considerar outros fatores como “ideologias, valores, tradições e rituais da cultura de um grupo; a cultura política como um todo etc.” para compreensão da estrutura sociopolítica da qual os movimentos sociais germinaram.

Para tratar das condições metodológicas de análise teórica, Gohn (1997) delimita os movimentos sociais como representações de ações sociopolíticas engendradas por atores sociais, de diversas classes e camadas sociais, ao criar um campo de força social na sociedade civil, independente da conjuntura socioeconômica e política de um país. Nesse sentido, para demandar a arquitetação de tamanha organização, haveria de existir conflitos, litígios e disputas em grupos na sociedade, que na acepção de interesses comuns formar-se-ia uma identidade coletiva regimentada por valores culturais e políticos compartilhados, ambientados coletivamente em espaços não institucionalizados (Gohn, 1997).

Segundo Gohn (1997), as entidades e organizações da sociedade civil, com agendas e demandas socioeconômicas visam solucionar um dos pilares de sustentação dos movimentos sociais. Com isso, a autora assegura que o caráter político que acompanha a existência de um movimento, implicaria em uma série de inovações nas esferas pública e privada, mudanças sociais históricas no país e transformações no fazer político. Ademais, outro princípio basilar evidenciado em (Gohn, 1997, p. 253), a solidariedade, representaria

> (...) o núcleo de articulação central entre os diferentes atores envolvidos, a partir de uma base referencial comum de valores e ideologias construídos na trajetória do grupo, ou advindos dos usos e tradições e compartilhados pelo conjunto. É necessário destacar que quando se fala em solidariedade não se quer dizer que os movimentos sejam internamente espaço harmoniosos ou homogêneos. Ao contrário, o usual é a existência de inúmeros conflitos e tendências internas. Mas a forma como se apresentam no espaço público, o discurso que elaboram, as práticas que articulam nos eventos externos, criam um imaginário social de unicidade, uma visão de totalidade.

À luz dessa perspectiva, mensuramos que as coletividades no processo de ação política, desenvolvem identidade e uma entidade para apresentar-se enquanto atores coletivos. Ainda nas tratativas propostas por Gohn, os movimentos são compostos por bases demandatárias, assessoras e lideranças, dos quais cultivam uma intensa comunicação

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

> (...) com uma série de outras entidades sociopolíticas como partidos e facções políticas - legais ou clandestinas -, Igrejas, sindicatos, ONGs - nacionais e internacionais -, setores da mídia e atores sociais formadores de opinião pública, universidades, parlamentares em âmbito municipal, estadual e federal, setores da administração governamental, pequenos e médios empresários etc., articulados em redes sociais com interesses comuns. (Gohn, 1997, p.252)

Por conseguinte, os vieses da concepção de desenvolvimento abordados no capítulo anterior, ganham novas camadas a partir da ótica de Santos (2008), em que a acepção do projeto intelectual e prático de mudança social para alcançar o progresso seria impulsionado pelo debate terceiromundista, para (Santos, 2008, p.44).

> Na intersecção da articulação de múltiplos atores com diferentes agendas – como países desenvolvidos e em desenvolvimento, OIs, academia, experts de campo e organizações da sociedade civil –, o desenvolvimento foi se constituindo de debates aparentemente insolúveis. No centro da disputa freqüentemente estavam o papel do Estado, o que significava desenvolver um país e, mais recentemente, a função social do discurso do desenvolvimento como manutenção de uma indústria com valores ocidentais, permeada de disputas políticas e pouco atenta a outros saberes.

Infere-se do enfoque de Santos (2008), que as características do Terceiro Mundo alterariam a ação dos atores envolvidos com movimentos sociais. Adiciona-se a esse contexto, o processo de globalização do qual redesenharia todas as relações sociopolíticas, econômicas e culturais, ultrapassando as delimitações do Estado-Nação. Tais transformações resultam em novas questões nas esferas global e/ou trans/internacionais, colocando em voga a localidade de onde é exercida a contestação (Santos, 2008). Paralelamente, as contribuições de Arias Maldonado (2008), partem da afirmação que os movimentos sociais, a exemplo antiescravagista e do sufrágio angloamericano, já detinham alcance global antes da globalização. Desse modo, para o autor tais transformações alteraram a capacidade de mobilização social e contestação política (Santos, 2008; Maldonado, 2008) instaurando um debate sobre a capacidade dos movimentos operarem na esfera global, transnacional ou internacional.

Para Maldonado (2008), os efeitos da mundialização realizaram a metamorfose da política global com os movimentos sociais. Com isso, o autor exemplifica que não haveria mais distinções entre a mobilização coletiva nacional e transnacional, de modo que os atores sociais nacionais estariam visíveis internacionalmente, possibilitados pelos avanços tecnológicos (Maldonado, 2008). Nas tratativas de Santos (2008), a consolidação das estruturas de oportunidade política, possibilitaria o cruzamento de discussões e mobilizações políticas, adjacentes a essa característica, a presença das organizações da sociedade civil em diversos espaços, possibilitaria o surgimento de ações coletivas, em níveis trans/internacional/global.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

Por outro lado, Gohn (1997) refere que nos anos 80 o paradigma norte-americano e europeu consolidaria na literatura os Novos Movimentos Sociais (NMS). Como resultado, a nova ênfase da corrente teórica reside no método de assimilação dos processos políticos das mobilizações e das bases culturais. Para vias de comparação, o paradigma latino-americano estaria concentrado, sobretudo, em movimentos sociais libertários ou emancipatórios, nas lutas populares urbanas por bens e equipamentos coletivos, e nas lutas pela terra na área rural (Gohn, 1997).

Diante das discussões enunciadas, ao convergir a dimensão metodológica da teoria com o paradigma da atuação dos movimentos latinoamericanos, Gohn (1997) alega a categoria predominante de caráter popular. Por sua vez, ao adentrar o contexto histórico, a autora prescreve que as especificidades do passado colonial-imperial, o clientelismo político (1890 - 1920) e depois os líderes populistas (1930 - 1960), seriam condicionantes responsáveis por nutrir uma cultura política na sociedade latino-americana de "naturalização" das relações sociais entre os cidadãos (ou não-cidadãos) e o Estado, (Gohn, 1997).

Prossegue, Gohn (1997), ao alegar que a normatização da relação de dominação, dificultaria a criação de espaços livres, democráticos, a consolidação e o aprofundamento dos períodos de democratização. Desse modo, o final dos anos 70 e os anos 80 marcar-se-iam as redemocratizações dos estados latinoamericanos, alcançadas através da mobilização e da pressão da sociedade civil e política ao concretizar a revisão das políticas domésticas dos estados. Para tanto, na década seguinte, Gohn (2004) assegura que a redivisão internacional do trabalho e os efeitos da globalização, resultaria em uma série de efeitos na relação entre a sociedade civil e os Estados. A proliferação das ONG’s, representaria o distanciamento das bases do movimento, sobretudo na reconfiguração da relação entre os movimentos sociais e o Estado, tendo este como aliado para conquistar os direitos prospectados pela redemocratização, detalhados na próxima seção com o surgimento do MIQCB.

3.2 BABAÇU: CULTURA E CONFLITO

Em terminações biológicas, o babaçu (*Attalea speciosa*) é uma espécie situada principalmente em terrenos cultiváveis junto a rios, no Brasil, vastos babaçuais estão espalhados ao sul da bacia amazônica, cenário em que a floresta úmida converge com a vegetação típica dos cerrados (Pinheiro, Corrêa, Araujo, 2024; Silva, 2021). São

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

os estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará que possuem as maiores extensões de babaçuais. Formado espontaneamente por agrupamentos homogêneos, em florestas primárias, o babaçu é caracterizado por densidades baixas e pode suportar variadas condições climáticas e edáficas, em áreas antropizadas, os babaçuais se espalham densamente pelas áreas abertas como áreas de pastagens (Silva, 2021).

Em função disso, denomina-se Mata dos Cocais a floresta transicional aberta que conecta a Amazônia, Cerrado e Caatinga e se espalha por 15 milhões de hectares, nos estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Piauí e Ceará (Franciosi, 2022), dos quais estão concentradas as maiores expansões vegetativas nas microrregiões do Médio Mearim, Alto Mearim e Bico do Papagaio (Amaral, 1989). Embora, ressalta-se que como exposto anteriormente esta pesquisa segue a delimitação territorial do MATOPIBA, com exceção do Estado da Bahia, devido a baixa disposição do coco babaçu, em virtude disso, por respeito às delimitações geográficas proferiu-se por não englobar o Estado do Pará, em que mesmo presente no MIQCB e com disposição de coco babaçu, o Estado adentra outro contexto e não está presente no acrônimo MATOPIBA.

A etimologia de babaçu tem origem no tupi-guarani na qual *ba* é fruto e *açu*, grande (Oliveira, 2018), com uma gama de produtos variados, dos quais listo brevemente o caule (adubo), das palhas (fazem chapéus, bolsas, esteiras e peneiras), do palmito (serve para alimento aos animais) e dos frutos que são chamados de coco babaçu, composto por quatro principais partes: epicarpo, mesocarpo e endocarpo, no qual encontram-se inseridos internamente as amêndoas.

No Maranhão, Jair do Amaral Filho (1989), condensa no livro "*A economia política do babaçu: um estudo da organização do extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências*", o campo intelectual responsável por inaugurar a literatura denominada "economia do babaçu". Inicialmente, o autor elabora uma linha temporal inicial da extração da matéria-prima dividida em três fases, a primeira denominada como "predomínio do autoconsumo do babaçu", em segundo "capital comercial", a terceira fase da hegemonia do "capital industrial". Na primeira fase a coleta do coco era livre entre terras privadas e devolutas sem qualquer relação de exploração ou interesses capitais atravessando a temporalidade, a passagem da primeira para a segunda fase é datada no pós Primeira Guerra Mundial (1914 - 1915), quando a amêndoa adquire valor-de-troca e a produção caráter social, incorporando valor de mercado à amêndoa. Com isso, o produto passou a ser de interesse de produtores rurais e proprietários de terra, que encontrarão no sistema de "aviamento" o meio para realizar o traslado da mercadoria entre os centros

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

produtores de babaçu até a chegada nas “Casas de Exportação”, instituindo, consequentemente, a primeira cadeia distributiva de valor desta cultura (Amaral, 1989), processos restritos aos centros urbanos da época que eram Caxias e São Luís.

Para Amaral (1989), a terceira fase desponta no início da década de 50 mas teria somente no ano de 1962 a passagem efetivada, quando a indústria adquire o controle do sistema de financiamento de produção e comercialização. Além disso, segundo o autor, a constituição da fase industrial não foi capaz de romper com as esferas de produção pré-existentes e do transporte da matéria-prima, responsabilizaria a reprodução de uma estrutura produtiva rural dos sub-setores tradicionais desde a formação da primeira cadeia distributiva de valor. Ou seja, a periodização proposta por Amaral (1989) revela uma sobreposição lenta entre uma nova fase sobre a antiga, sem que houvera a exclusão de elementos participantes da fase anterior, assim estruturando um complexo extrato-indústria marcado por cadeias de valor, extenuando uma das grandes problemáticas futuras relativas a quebra do coco, haja vista que os sujeitos localizados na base da cadeia, quebrando o coco não gozaria da remuneração relativa ao produto final estando restrito somente aos ganhos da extração da amêndoa.

As vértices dos primeiros impactos da associação do capital, seria demonstrado com o descobrimento da matéria-prima do babaçu, as mudanças na concepção de uso da terra e o surgimento de novos interesses, como a atividade da pecuária, da cana e a mecanização da cultura do arroz em solos maranhenses, assim defrontando com os modos de vida dos grupos sociais pré-existentes do complexo babaçueiro (Amaral, 1989). Contudo, para Alfredo Wagner Berno de Almeida em “*Quebradeiras de coco babaçu: um século de mobilizações e lutas - Repertório de fontes documentais e arquivísticas, dispositivos legais e ações coletivas (1915- 2018)*” o discurso técnico-empresarial escrito por Amaral (1989) não seria capaz de abarcar as complexidades do contexto, sobretudo por não tratar das formas de controle sobre a força de trabalho e as práticas de subordinação as quais estavam sujeitas as quebradeiras de coco. O autor exemplifica que

> O impressionismo dos “técnicos”, eivado de pré-noções e sem um tratamento científico adequado, marca o pensamento de senso comum dos que estudam a chamada “economia do babaçu” e vai sendo reproduzido nas décadas posteriores, como se os trabalhadores vivessem num estado primitivo entregues à vida nômade. (Almeida, 2019, p.73)

Para Almeida (2019), o discurso técnico-empresarial atribuiu a ideia pré-concebida de “nomadismo”, para alegar que o suprimento da matéria prima

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

necessária para atender a operação do complexo técnico-industrial era insuficiente devido ao fornecimento irregular da matéria prima por parte dos trabalhadores. O comportamento alegado residia na economia da coleta, o “trabalhador livre” vagueia “errante”, sendo este perfil característico daqueles que exerciam o extrativismo. Conduta divergente ao pensar “nomadismo” no tocante a agricultura, como revela o autor, que compreendia áreas recentemente ocupadas ou “à incorporação de novas terras por segmentos camponeses em deslocamento e o outro mais próximo ao rodízio de áreas em regiões de colonização antiga” (Almeida, 2019, p.74).

No início da década de 1950-60, Almeida (2019) elenca um instrumento de ação fundiária calcado na lógica de “fixação do homem ao meio”, em oposição ao “nomadismo”, implantado através de uma intervenção governamental, no intuito de distribuir terras devolutas em 9.000 lotes possuindo cada 10 hectares, visando o aumento substancial da produção e extração das amêndoas. Embora, conforme Almeida (2019), a medida que pretendia a correção da distorção existente na estrutura fundiária não teve êxito, em linhas gerais, o autor estabelece que os

> (...) “industriais do babaçu” não conseguem se dissociar dos "grandes proprietários", legitimando os imóveis rurais classificados como latifúndio como os únicos habilitados a beneficiar-se dos incentivos fiscais, do sistema de crédito e das fontes de obtenção de financiamento em condições favorecidas de juros, prazos e carências. (Almeida, 2019, p.80)

Posto isso, a conceitualização de “modernização autoritária” proposta por Almeida (2019), parece ser a mais adequada para definir este período, que perpetuava a priorização da tecnologia do processamento da matéria prima adjacente a imobilização da força de trabalho, intensificando o

> (...) endividamento junto aos chamados atravessadores, bodegueiros e usineiros, subordinando não apenas moradores, foreiros, arrendatários, posseiros e assentados, isto é, pequenos produtores de áreas desapropriadas. (...) Outro aspecto desta modernização autoritária refere-se ao fato de que esta atividade industrial não se separa dos órgãos oficiais e das mediações de apoio definidas pelo Estado. (Almeida, 2019, p.81)

Aspectos reiterados por Élida Brito (2024) em “*Filhas da Mãe Palmeira: identidades, territorialidades e conhecimento tradicional no contexto da atuação das quebradeiras de coco babaçu do Piauí*” ao personificar o corolário da situação, no qual grandes proprietários gozavam de incentivos e subsídios do governo, em contraposição, os despossuídos de terra estavam aquém da desterritorialização e reterritorialização, em que ao sair ou serem expulsos dos territórios, recorriam a outros até construir novos laços

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

de pertencimento (Brito, 2024).

Nesse aspecto, Almeida (2019) ressalta que, no estado do Maranhão, os/as trabalhadores/as rurais iniciaram na década de 1950 as primeiras organizações das associações em defesa do plantio de roças, por duas razões, o início de ameaças proferidas pelos proprietários de terra que investiam em pastos, em segundo, a redução do tamanho das roças propiciou a contribuição do homem na coleta do coco inteiro, dando origem ao termo “catador”. Vale destacar que em determinadas localidades a coleta e quebra do coco babaçu era acessória, e exercida em sua maioria por mulheres e crianças, representando a partir daí a força do trabalho feminino. A luz dessa perspectiva, Neide Esterci (2008) em “*Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*” exemplifica uma dinâmica presente em diversas partes do território brasileiro,

> Quando, ainda na década de 1950, os proprietários expulsavam colonos, moradores, rendeiros e posseiros das terras que ocupavam, faziam-no em função de causas imediatas como a valorização da terra e a alta dos produtos que nelas se cultivavam para o mercado internacional. A terra valorizada tinha que ser liberada do cultivo para reprodução de moradores e alocada para a produção comercial rendosa. Se era arrendada, devia ter o preço da renda aumentado; se estava em mãos de posseiros, tinha que ser tomada e alocada para fins produtivos, imobiliários ou especulativos. (Esterci, 2008, p. 64)

As prerrogativas de Esterci podem ser transpostos ao contexto vivenciado na esfera regional, abordados por Barbosa (2016), no texto “*Na terra das palmeiras: gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*”, no qual a autora irá relatar a história de alguns conflitos rurais, que na década de 1960, foram impulsionados pela formação de iniciativas de organização dos movimentos sociais rurais. Apesar de abalados pela repressão da Ditadura Militar, e da crise de representatividade reacendida nos movimentos, esse espectro propiciou aos sujeitos a cogitarem novas formas de organização e repertórios de luta, independente das instituições. Diante disso, a vivência pessoal e social das quebradeiras de coco ganha importância e começa a galgar seus primeiros passos, valorizando as necessidades imediatas e ao atendê-las, incorporou-se outros direcionamentos, estes políticos e ambientais (Barbosa, 2016)

> A partir da segunda metade da década de 1960 se iniciou um conflito de enfrentamento pelo acesso às áreas de ocorrências de babaçu, que havia sido cercada e apropriada por fazendeiros e agropecuários. Neste momento, as mulheres quebradeiras de coco começam a se organizar com o intuito de fortalecer a luta pelo acesso aos babaçuais (Berrêdo, 2017, p. 71)

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

Quanto aos dilemas da concentração fundiária, na esfera nacional, a Lei 4.504 de 1964, condicionava o Estado a ação de promoção e criação de condições acessíveis aos trabalhadores rurais para as terras que atendessem a finalidade econômica (Barbieri, 2004). No artigo em que debruça as minúcias da temática das "*Terras tradicionalmente ocupadas*" , Berno de Almeida (2004) considera a legitimação do Estatuto da Terra (Lei 4.504) como um obstáculo para o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas. A concepção de "imóvel rural" validava o caráter operacional, cadastral e tributário, que seriam processados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Adjacente a essa conjuntura, a Lei Estadual de Terras nº 2979, de 17 de julho de 1969 ou Lei Sarney de Terras, classifica como um dos motores de incremento dos conflitos agrários e ambientais no Maranhão. A lei supracitada instaurou a lógica de mercado no campo maranhense, ao resgatar o princípio básico da Lei 601 ou Lei de Terras de 1850 - que impôs a compra e venda de terras como única via para a aquisição da propriedade rural, expandindo desigualdades sociais e territoriais para as populações tradicionais, indígenas e camponesas do estado maranhense. Segundo Prieto (2016), esse marco jurídico deu respaldo legal para a privatização de terras públicas além de fomentar projetos agropecuários e agroindustriais.

Embora a vigoração de tais políticas, não seria impeditivo para a acomodação ou desistência por parte das mulheres quebradeiras de coco. A luta e resistência ganhou novos caminhos, haja vista a relação impeditiva dos fazendeiros e latifundiários ao proibir as mulheres de adentrar aos babaçuais com ameaças e violências, acerca desse período denominou-se:

> O chamado tempo do coco preso não corresponde, necessariamente, ao tempo cronológico. Nós o datamos na década de 80, por ter sido esse o período em que as fontes escritas registraram o maior número de confrontos, de mortes, de incêndio de povoados, de destruição de casas, de escolas, de igrejas, de prisões, de ataques de pistoleiros. Quando as informantes se referem ao tempo do coco preso, porém, podem estar aludindo aos anos 70, aos 60, aos 50, ou seja, ao processo de fechamento dos babaçuais, que cada uma foi experimentando e do qual se lembra e rememora como um processo vivido. (Andrade, 2007, p. 446).

Além disso, Silva e Carvalho (2019) retratam que as mulheres eram submetidas a manipulação comercial, pois nesse período "havia a construção de balcões para homens, mulheres e crianças quebrarem o coco e vendessem somente para o proprietário do Barracão" (Barbosa, 2008, p. 265). Ainda que a depender dos casos, os donos dos barracões poderiam alterar os valores dos produtos, lucrando com os contratos

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

extrativistas (Silva; Carvalho, 2019). Ressaltamos, a execução do método de “dívida que escraviza” mapeado por Esterci (2008), em que o constrangimento moral sobre os dominados sobressairia ao uso da força, de modo que

> (...) a desigualdade obriga pessoas a se endividarem com outras, seja por não disporem de terras para trabalhar ou de recursos financeiros para adquirir à vista bens e serviços de que necessitam. Mas, como fica claro em todos os casos que se denunciam como escravidão, os quais são reconhecidos de todos, a dívida, ao mesmo tempo que resulta da super-exploração via comércio nos barracões ou via baixa remuneração do trabalho, funciona como um instrumento, um pretexto para a imobilização. E, no entanto, quantas vezes se ouve dos trabalhadores, embora eles tenham conhecimento da exploração, que "o melhor é não sair devendo". (Esterci, 2008, p.30)

Nessa época, as mulheres quebradeiras de coco não tinham mais o livre acesso ao coco babaçu, e eram vítimas das mais diversas violências por ultrapassar as cercas devido a necessidade, “passavam por baixo das cercas de arame farpado, enfrentando a humilhação no confronto com os vaqueiros – que lhes tomavam os cestos com os cocos coletados, quebravam seus instrumentos de trabalho, lhes batiam com chicote”, conforme relata Andrade (2007, p.448), ao investigar as quebradeiras do povoado Timbiras-MA. Outrossim, para Silva (2020) registrou-se uma “grande quantidade de mulheres foram mortas ou abusadas sexualmente por adentrar em terras sem permissão, porém isso ocorria por necessidade financeira e força de vontade de trabalhar”. Para tratar da trajetória das mulheres quebradeiras de coco piauienses, Macedo (2019, p.411) relata um dos meios encontrados para resistir era

> (...) a estratégia da venda do coco escondida, fora da propriedade dos patrões. Para isso, contavam com o apoio de outras pessoas da comunidade. Mas, em contrapartida, os "patrões" usavam de ameaças, coerção e violência física, impedindo a própria subsistência das mulheres quando elas e outras pessoas da comunidade começaram a vender o coco sem o seu consentimento, ou quando começaram a se articular em grupo.

A negação das quebradeiras por não aceitar este ciclo de comercialização desigual e as violências vivenciadas, gera descontentamento entre as quebradeiras, motivo que desencadeou a luta contra a adulteração dos pesos e das medidas na venda da amêndoa do babaçu. Esse contexto, acende intensa disputa entre os proprietários e as quebradeiras, estas acusadas de furto de babaçu. O embate na justiça concedeu-lhes o direito de vender o coco a quem lhes favorecesse, consoante as disposições contidas na Lei federal nº 4.504/64 (Estatuto da Terra).

A chegada da década de 1970, acompanha a segunda frente da expansão agropecuária, e dos efeitos das políticas desenvolvimentistas, a exemplo no

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

Maranhão visou-se a construção de parques industriais. Esse período também marcaria a queda da produção de amêndoas e a perda do espaço do babaçu na economia local e nacional (Berrêdo, 2017, p.20). Posto isso, formar-se-ia uma resistência camponesa, organizada por trabalhadores/as rurais, o “tempo do coco preso”, seria combustível para as mulheres quebradeiras de coco enfrentarem esse período temeroso e cheio de conflitos. A causa principal estava centrada no acesso e preservação dos babaçuais, de modo que as experiências, os costumes comuns de existência e a construção coletiva da identidade do grupo, foram fatores históricos para a ampliação da luta do grupo contra os grandes proprietários de terras – os latifundiários, que se utilizam das terras tradicionalmente ocupadas para explorar a terra, a natureza e espoliar os modos de vida dessas mulheres (Almeida, 2007).

Na sequência a década de 1980, no Maranhão, o associativismo iria sobressair e originar as primeiras associações e cooperativas na região dos babaçuais, composta pelos trabalhadores rurais, a exemplo a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA). Para Berrêdo, (2017) a formação desses espaços foram imprescindíveis para viabilizar as primeiras organizações e articulações das quebradeiras de coco, construindo objetivos e alternativas viáveis para continuar a cultura de quebrar coco. Diante disso, as mulheres quebradeiras de coco resolvem se posicionar e lutar por seus ideais, para enfrentar tais desafios, utilizaram-se da autoidentificação como quebradeiras de coco, para obter valorização, reconhecimento próprio e coletivo (Brito, 2024). No entanto, a crescente organização das quebradeiras de coco e camponeses no âmbito regional, foi assimilado pelos latifundiários que passaram a depredar os palmeirais, e consequentemente

> Instaurava-se uma verdadeira guerra envolvendo, de um lado, as famílias camponesas se seus aliados, principalmente a Igreja Católica e, de outro, proprietários de terra, pistoleiros, vaqueiros, delegados de polícia, políticos. Aconteceram ataques a povoados, prisões, mortes de ambos os lados. Homens e mulheres se movimentavam, elaborando estratégias de resistência, dividindo-se para enfrentar a luta pela sobrevivência e a guerra contra os proprietários. (Andrade, 2005, p.06).

A correlação de força estabelecida entre a venda obrigatória do coco aos proprietários da terra e a contínua desvalorização do trabalho, esteve presente nos demais estados em que existia a prática extrativista do coco babaçu. Ao analisar “*O MIQCB: Aspectos Organizativos e o Processo de Onguização do Movimento*”, Berrêdo (2017), considera que no Piauí a dinâmica de concentração de terras decorreu de forma análoga ao Maranhão, originando conflitos entre antigos ocupantes e os ditos

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

proprietários. As trabalhadoras extrativistas do babaçu passavam pela mesma relação de submissão aos fazendeiros, sendo obrigadas a quebrar o coco no interior da fazenda e vendê-los a baixo custo. Na região do Bico do Papagaio, no extremo norte do Tocantins, as disputas envolvendo a luta pela posse da terra atingiram profundamente as trabalhadoras extrativistas, de modo que na busca pelo acesso e uso comum do babaçu, na proibição de derrubadas de palmeiras e comercialização de seus produtos, surge o primeiro sindicato, para a organização de luta e de resistência com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Nesse âmbito, os primeiros ambientes de organização, no cenário tocantinense e piauiense seriam articulados pelas Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), encabeçados por Padre Josimo Tavares e Padre Ladislau, respectivamente. Engajaram movimentos de evangelização nas comunidades, configurados para Brito (2024) como uma forma de articulação sociopolítica da Teologia da Libertação. Essa aproximação proporcionaria às quebradeiras a possibilidade de reivindicar direitos sobre as terras que ocupavam (Brito, 2024). Ainda, acerca das carências vividas no Bico do Papagaio, especificamente em São Miguel do Tocantins e Sete Barracas, Santos (2021), contribui que

> Muitas das vezes as amêndoas eram trocadas no comércio por um quilo de açúcar, um pacote de café, um pacote de arroz. Assim, como todos os outros produtos ofertados pela palmeira do babaçu utilizados pelas quebradeiras para produzir algum tipo de comercialização, ou troca por objetos para que pudesse gerar o sustento necessário para as suas famílias. (Santos, 2021, p.46)

Partindo desse pressuposto, os dilemas enfrentados pelas quebradeiras de coco entre as diversas regionais, constituiria a alegação de Rebelo (2012), ao considerar que às raízes da construção da identidade de mulher quebradeira de coco babaçu aconteceu de forma lenta e gradual,

> Algumas dessas mulheres tinham vergonha de dizer o que faziam, outras os filhos e filhas também não diziam o que as mães e avós faziam. Mas a partir do momento em que reconheceram sua identidade de “quebradeira de coco”, passaram não só a ter orgulho de sua atividade, mas a defender a importância do que fazem para a economia local e para a sobrevivência das comunidades. (Rebelo, 2012 *apud* Passos, 2008, p.1).

A materialização da autoidentificação, incentivou as mulheres quebradeiras de coco à luta e à reivindicação por mudanças, que poderiam refletir naquela atualidade e no futuro. Nessa égide, Amaral (2017) alega que o despertar da consciência política das mulheres quebradeiras de coco, a formação da identidade social,

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

e reconhecer-se como lutadoras pelas terras e por seus direitos, em função do “coco preso”, conscientizou os valores de união e trabalho em coletividade essenciais, para engendrar a conquista por autonomia, empoderamento e construção identitária. Tais constatações germinaram em um campo político-organizativo que extrapolou o universo da comunidade local adensando a organização extralocal (Amaral, 2017).

Por conseguinte, Santos (2021) analisa que a identidade coletiva das quebradeiras construiu-se geracionalmente, de uma geração para outra, haja vista a dedicação integral para a quebra do coco e a presença das crianças no acompanhamento do processo. A partir de raízes quilombolas, Nego Bispo (2015) apresenta a dinâmica começo – meio - começo[7], na qual “o presente atua como interlocutor do passado e, consecutivamente, como locutor do futuro” (Bispo, 2015, p.19). Desse modo, para o autor nos quilombos os conhecimentos são passados de geração para geração, sendo a geração avó o começo, a geração mãe o meio e a geração neta o começo de novo. Para Bispo (2015), a organização e a circularidade afrodiaspórica exercida por povos circulares aproximaria esses povos à natureza. Os preceitos confluentes de Bispo (2015) e Santos (2021), incorporam a noção de comunidades tradicionais, densamente explorada por Berno de Almeida (2011), ao relativizar o uso comum dos recursos naturais sem necessariamente esgotá-los por parte de tais povos, fatores fortificantes para adensar o reconhecimento da identidade das quebradeiras de coco pela sociedade e pelos governos, Federal, Estadual e Municipal.

A crescente mobilização do campo na formação de movimentos sociais, desde os anos 1980, estabeleceu a ligação dos órgãos governamentais e ONGs ambientalistas, conexão responsável por iniciar a implementação de políticas públicas colaboradoras na resolução de problemas ambientais. O surgimento da ASSEMA, engendrou a união da organização política que reivindicava ações desapropriatórias, na sequência a ASSEMA criaria a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COOPALJ). Segundo Brito (2024), da COPPALJ destaca-se a execução do sistema de “cantinas”, em que a cooperativa recebe o coco e fornece bens essenciais às quebradeiras que recolhem o coco. A relação das quebradeiras de coco com a representatividade institucional floresceria no início da década de 1990, a maior articulação entre diferentes entidades de diferentes regiões, possibilitou a interação e diálogo de grupos de mulheres anteriormente separadas geograficamente, mas que

[7] O locus trata daqueles que se organizam em círculos, sejam eles aldeias ou quilombos, os ribeirinhos, caiçaras, os que dançam na gira, os que praticam a dinâmica do começo – meio – começo (Santos, 2015).

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

compartilhavam questões semelhantes, o movimento exógeno originaria a formação do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), criado no início dos anos 1990 (verificar Mapa 2).

Mapa 2 - Disposição das regionais do MIQCB
Fonte: Bolonhês e Oliveiras (2013, p.5)

A partir de tal mobilização, foi possibilitada a criação de uma comissão de quebradeiras e assessorias que viabilizaram a realização do I Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco, nos dias 24 a 26 de setembro de 1991, em São Luís, Maranhão, que possibilitou a troca de experiências e de afirmação de identidade (Brito, 2024). A realização desse encontrou galgou importantes resultados, pois em 1995 o movimento foi institucionalizado como MIQCB, e em 2001 teria registro jurídico. Para Almeida (2005), as quebradeiras já se constituíam um movimento social, conforme critérios de gênero, consciência ecológica, direito à terra e acesso livre aos babaçuais, desde 1989. Mesmo antes do MIQCB, já eram lideranças entre os trabalhadores rurais e, quando constituem o MIQCB, no início dos anos 90, concretizam uma passagem da ideia de quebradeira como atividade para uma ação coletiva em busca da defesa dos seus direitos.

Silva (2023), classifica o MIQCB como um movimento social centrado na defesa ambiental e ecológica, que luta pela preservação dos babaçuais e da coleta do coco babaçu. A Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

Babaçu (AMIQCB), incorporaria o MIQCB, do qual divide-se em regionais e (verificar Figura 1), em cada regional, existe um grupo de coordenadoras eleitas por votos nos “Encontrinhos”. Berrêdo (2017), destrincha a organização da associação, em que as coordenadoras gerais são eleitas no “Encontrão”, que reúne as quebradeiras dos quatro estados a cada quatro anos (verificar, Figura 2). Atualmente, o MIQCB tem missão e metas planejadas até 2028, sedimentada no Plano Estratégico (2023 - 2028) (verificar Figura 2).

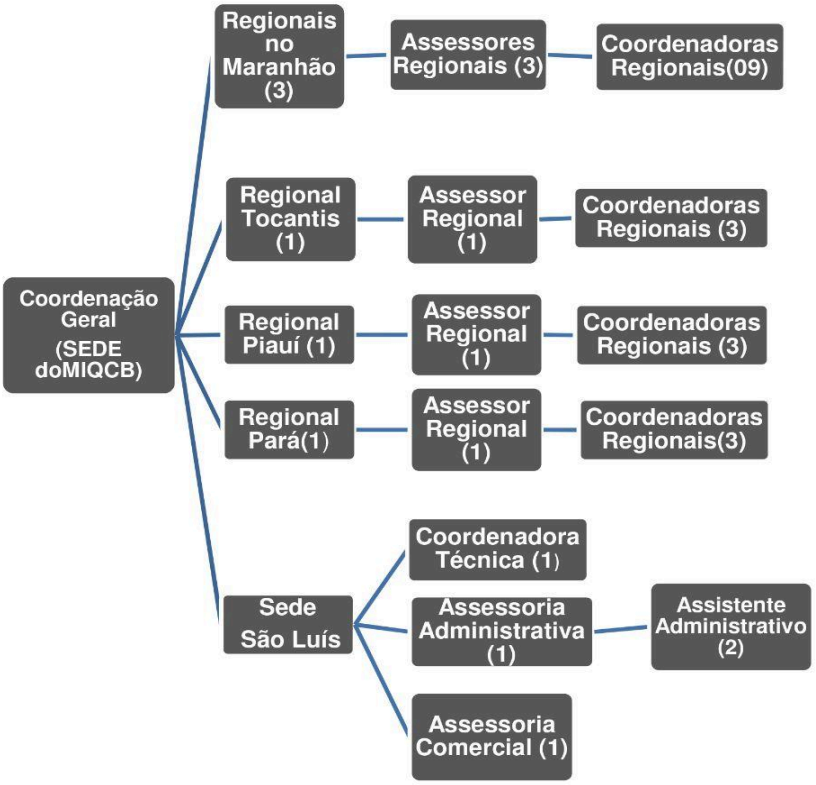


Figura 1 - Esquema organizacional do MIQCB

Fonte: Berrêdo, 2017.

Compartilhamos da compreensão, proposta por Silva (2023) ao alegar que o MIQCB ultrapassa a significação territorial/espacial da delimitação geográfica tradicionais. Tendo em vista as discussões mencionadas, entende-se que quebradeiras de coco babaçu conjecturam a própria territorialidade, tanto de acesso aos babaçuais quanto para resistir às constantes violências agrárias da regionalidade. Berrêdo (2017), compartilha que os projetos do MIQCB são desenvolvidos por regionais, na qual cada assessor regional com as coordenadoras, executa e realiza a manutenção das atividades

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

previstas nos projetos, com prestação de contas à assessoria financeira do MIQCB. Além disso, o financiamento dos projetos são provenientes de doações de grandes instituições financeiras, por instituições públicas e parceiros (Berrêdo, 2017), o capital obtido é direcionado para o Fundo Babaçu. Sobre a criação do Fundo Babaçu pelo MIQCB em 2012, Brito (2024) sintetiza que teria por finalidade promover atividades agroextrativista do coco babaçu, com destaque para locais de maior índice de desmatamento e levando em consideração a privatização das florestas de babaçu.

A articulação das quebradeiras estabelecem diálogos caracterizados por um discurso identitário. Nesse sentido, Brito (2024) identifica o investimento na formação e capacitação de lideranças e a manutenção de uma agenda de reuniões com as quebradeiras dos quatro estados, para consolidar parcerias com o poder público e privado. Enquanto categoria de análise dos projetos e ações executadas pelo MIQCB, realizadas por Berrêdo (2017) e Brito (2024), vale destacar as estratégias de visibilidade e discursos que englobam e assinalam as questões de gênero no mesmo páreo, como a preservação ambiental e os direitos territoriais. Além disso, destacamos que o movimento das quebradeiras de coco adensam à base de dados da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), composta por diversas organizações e movimentos sociais voltadas para a agenda pública da Política Externa brasileira e seus impactos para a população, desde uma postura crítica em relação ao livre comércio, estudando as consequências para os países e a soberania dos povos do Sul (Rodriguez; Teixeira, 2024).

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

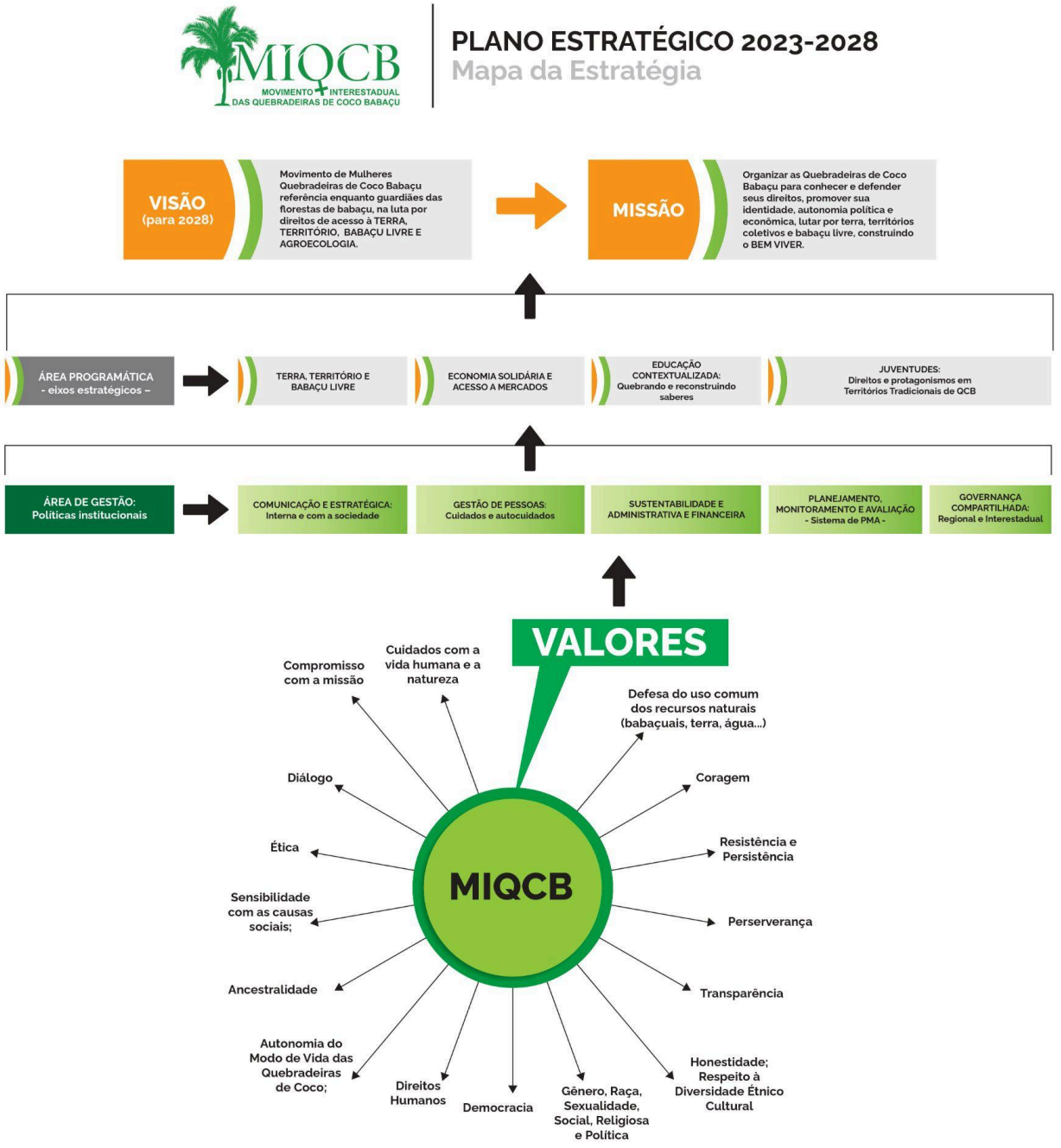


Figura 2 - Plano Estratégico 2023-2028 do MIQCB

Fonte: MIQCB, 2024.

Prosseguimos com Brito (2024), ao diferir que os contextos territoriais nos estados, tornaram-se um denominador comum identificado pelo MIQCB, para conjecturar as lutas pelo “Babaçu Livre”. Orientados por 201 estratégias do MIQCB, organizadas desde os anos 90, para visar a aprovação de leis que as quebradeiras viriam a denominar

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

de “Lei Babaçu Livre” (Brito, 2024). Nesse âmbito, o movimento começou a se aproximar de parlamentares para defender uma proposta de lei nacional de acesso livre aos babaçuais.

Acerca dos instrumentos jurídicos que atendem a categoria de “Babaçu Livre”, Shiraishi Neto (2019), alega que as dificuldades de aprovação dos instrumentos jurídicos mimetiza a “luta jurídica localizada” (Shiraishi Neto, 2011), questão repetida em diversos movimentos sociais do Brasil. A primeira lei municipal aprovada pelo movimento foi a Lei n. 05/97, no Município de Lago do Junco. A aprovação dessa Lei é uma das conquistas do MIQCB que desde a fundação luta pelo “Babaçu livre” replicaram a aprovação em algumas cidades como Lago dos Rodrigues, Esperantinópolis, São Luís Gonzaga e Imperatriz, no Maranhão. Nos outros estados, para o Tocantins, na cidade de Axixá, Praia Norte e Buriti.

No Maranhão, Brito (2024) alega que a Lei Estadual Nº 4734, de 1986, proibia a derrubada de palmeiras de babaçu, posteriormente, em 2003, a Lei Estadual Nº 7824 alterou a Lei Estadual Nº 4734, especificando diretrizes que diziam respeito às denúncias, fiscalização e multas, ainda em 2004, foi elaborada a Lei Estadual Nº 8185, que assegurava o livre acesso das populações extrativistas às terras públicas para o desenvolvimento da atividade econômica, embora medida não lograria aprovação. Ao tratar do Tocantins, Brito (2024) em 2008, seria aprovada a Lei Estadual Nº 1959. Os principais aspectos prescrevem a proibição da queima do coco in natura, para qualquer finalidade, e o acesso das quebradeiras de coco e comunidades tradicionais às terras públicas ou devolutas se existir a cultura, embora em propriedades particulares, o acesso apenas é permitido em acordo com os proprietários.

Ao comparar com os dispositivos dos estados mencionados, Brito (2024) indica que o Piauí detém melhores arranjos jurídicos, em 2015 a aprovação do PL Nº 4755, estabeleceu o direito das quebradeiras e utilizar os babaçuais existentes em terras públicas, devolutas e privadas, posteriormente a Lei do Babaçu Livre, em 2022, foi aprovada a Lei Nº7888, que ficou conhecida como a Lei Estadual do Babaçu Livre do Piauí. Ademais, Brito (2024) sublinha a existência de debates a níveis interestaduais, para solicitar o registro do ofício das quebradeiras como patrimônio cultural.

Ao propor uma análise dos saberes e práticas que condicionam a formação do conteúdo das leis, Shiriashi Neto (2017), engendra os ideais de igualdade e de solidariedade, exercitados, na prática, pelas quebradeiras de coco.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

> Quando elas saem para “caçar o coco”, respeitam os diversos costumes, como o de nunca cortar o cacho inteiro do coco, pois, se assim o fizerem, apenas uma única família ganha; por outro lado, deixando o coco cair naturalmente, respeitando o seu ciclo vital, qualquer uma poderá fazê- lo. Quando caem no chão, os cocos podem ser amontoados e, assim, não são tomados por outras mulheres. Tal prática coaduna-se com a percepção da necessidade e da capacidade de cada mulher coletar o suficiente para a sua reprodução. Sabendo que cada quebradeira coleta de acordo com as suas necessidades, não se verificam disputas entre as mulheres pelo recurso, que é utilizado de forma aberta e comum pelas diversas famílias que dele dependem. O coco é igual e solidariamente distribuído entre as quebradeiras de coco e suas famílias, já que, como “árvore mãe”, deve prover a todos, indistintamente. Aqui, um segundo elemento da ideia de desenvolvimento sustentável. (Shiraishi Neto, 2021, p.156)

Em outras instâncias, Alves (2024), ressalta a existência da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), por meio do decreto N° 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Enquanto pertencentes às Comunidades de Povos Tradicionais, Barbosa (2008), aponta que elas são mulheres extrativistas que lutam pela preservação e que “concebem os babaçuais como elemento marcante de suas identidades, culturas e histórias” (Barbosa, 2008, p. 260). Ao se apoderar do conceito de racismo ambiental, Alves (2024) teria por consequência, o impacto no ambiente de cultura e modo de viver, pelos grandes empreendimentos, desmatamentos, queimadas, construções. Quanto às condições de vida das quebradeiras, Alves (2024) elenca que diariamente “são expostas a ambientes de trabalho insalubres, poluição e degradação ambiental desproporcional” (Oliveira *et al*, 2023, p.18).

Nas alíneas de Berredo (2017), o MIQCB desde o ano de 1991 tem realizado encontros, mobilizações, eleições, organizações, cooperativas e melhorias para as quebradeiras, ao contribuir para a minimização do nível de pobreza e colaborando para a valorização cultural, econômica e social dos trabalhadores rurais e das quebradeiras de coco. Atualmente, o Movimento tem intencionado a mobilização de representantes da governança federal, estaduais e municipais, para garantir o controle das áreas e da produção, agregando valores aos produtos e visando a competição no mercado (Berrêdo, 2017, p. 20). Segundo, Berrêdo (2017) têm-se obtido conquistas, como o reconhecimento do trabalho das quebradeiras de coco, a aprovação de lei que garantem acesso livre aos babaçuais, a criação de espaços para a comercialização dos produtos derivados do coco babaçu, superação e união em lutar por melhorias constantes dentro do âmbito do extrativismo do coco babaçu. Acerca do movimento, em linhas gerais, Berrêdo (2017) delimita certo amadurecimento e a ampliação do leque de discussões e, consequentemente, dos campos de reivindicações e estratégias.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

Das estratégias e articulações em prol de direitos específicos, visualizadas sob a forma de denúncias de crimes ambientais, de conflitos de terra, marchas, empates, engajamento em movimentos de trabalhadores rurais e elaboração de dispositivos jurídicos que lhes garantiam acesso à terra (Almeida, 2004). A temática de terras tradicionalmente ocupadas, vão além do que demonstram os órgãos fundiários ou censitários, sobretudo a partir da Constituição de 1988. Há, porém, uma grande dificuldade em agrupar as comunidades em categorias classificatórias, detalhadas por (Almeida, 2004, p.21),

> (...) a diversidade de figuras jurídicas, contemplando a propriedade (quilombolas), a posse permanente (indígenas), o uso comum temporário, mas repetido a cada safra (quebradeiras de coco babaçu); o “uso coletivo” (faxinal), o uso comunitário e aberto, bem assinala a complexidade dos elementos em questão que, embora sejam passíveis de agrupamento numa única categoria classificatória, não parecem comportar uma homogeneização formal.

O reconhecimento jurídico das terras tradicionalmente ocupadas, para Almeida (2004), a propriedade e a posse da terra são fatores relevantes, mas que as mobilizações étnicas vêm ampliando e complexificando o conceito de terras tradicionalmente ocupadas. O uso comum dos recursos aparece combinado tanto com a propriedade quanto com a posse, de maneira perene ou temporária, e envolve diferentes atividades produtivas: extrativismo, agricultura, pesca e pecuária Almeida (2004). Dessa forma, os movimentos sociais protagonizados por comunidades tradicionais se posicionam como resistência frente a processos de decisão política que deliberam sobre ações sem evidenciar os seus sujeitos e suas territorialidades específicas. De acordo com Almeida (2004, p.22),

> Pensar em comunidades tradicionais, portanto, perpassa pela reflexão desses sujeitos enquanto agentes sociais de atuação política, bem como em suas variadas estratégias de objetivação de sua etnicidade para garantir, no mínimo, acesso ao território e a direitos, a despeito da fragilidade da demarcação e dos conflitos de interesses que permeiam as titulações de terra no Brasil.

Barbosa (2014) emprega que as formas de resistência vinculam a dimensão econômica, política, cultural e ambiental. Por se defrontar com a expansão do agronegócio, da pecuária, da mineração, da infraestrutura, construção de hidrelétricas, entre outros setores que ameaçam constantemente a atividade extrativista das Quebradeiras de coco babaçu. Concomitante a isso, Silva (2023) estabelece que as estratégias de luta e resistência impulsionam as mulheres quebradeiras de coco babaçu a incorporar novos significados para a construção do tecido social, como recolocar e

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

valorizar o seu papel de agentes (Asante, 2009), adensadas

> As identidades são construídas a todo momento nos enfrentamentos, nos conflitos pela manutenção das florestas de babaçu, para que continuem existindo e gerando vida, sonhos e pontes que liguem as culturas à preservação dessas plantas produtoras não só de babaçu, mas geradoras de saberes construídos por meio das palhas, dos frutos, das sementes e da sua morte, pois até caída, a palmeira se transforma em adubo pelas mãos das quebradeiras de coco e com o adubo plantam e fazem canteiros, ressignificando a morte da palmeira de babaçu. (Santos, 2021, p.94)

Retornamos a Gohn (1997) para empreender que as mobilizações políticas regidas pela diferenciação étnica implicam na ressignificação do "tradicional" o que inclui identidades formadas dentro de um processo dinâmico, de contextos específicos e relações diversas. As abordagens da autora sobre os movimentos latino-americanos, pauta que ocorreram em sociedades civis marcadas por tradições de relações clientelistas e autoritárias, por Estados cartoriais e com sistemas judiciários inoperantes (Gohn, 1997). Perpassados por uma política democrática quase inexistente e valores como o machismo e o preconceito racial enraizados sistematicamente. A autora, define

> Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos vivenciados pelo grupo na sociedade. (Gohn, 2004, p.251)

Considerando as contribuições do MIQCB, Gohn elucida que tanto as conquistas quanto derrotas para um movimento, são resultados de seus fluxos e refluxos, por isso estão seriamente ligados a questões internas e externas, destacando que nem sempre as conquistas representam a fortaleza do para o movimento haja vista que em vários casos, o que ocorre é uma acomodação após a conquista da reivindicação (Gohn, 2004). Ainda em Gohn (1997), ao propor um mapeamento dos movimentos sociais (1972-1997), localizados que o movimento social das quebradeiras de coco babaçu se estaria localizado no terceiro ciclo, do qual classifica “Emergência de novos atores e desmobilização dos movimentos populares urbanos. Crescimento dos movimentos populares rurais: 1990 - 1997” (Gohn, 1997, p.382), na subseção de movimentos internacionais “Movimento de defesa da Amazônia - floresta e população (índios e seringueiros, catadores de castanha e quebradeiras de coco)” (Gohn, 1997, p.383). Desse

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

modo, podemos distinguir que a construção da identidade das quebradeiras de coco babaçu, estiveram marcadas pelo uso intenso do território e pelas formas de organização e espacialização desse grupo de pessoas, frente à atividade econômica (Almeida, 2007).

A atividade primária extrativista que circunscreve a coleta de coco babaçu, passou ao longo dos anos por excessivas mudanças de caráter produtivo e estrutural, quanto aos interesses de ordem econômica/comercial de órgãos governamentais e não governamentais. As transformações fundiárias e os lemas de desenvolvimentismo, desencadearam resistências, pelas vivências e experiências vividas pelas quebradeiras de coco babaçu. O ciclo geracional dos saberes repassados de geração a geração, fizeram com que as quebradeiras continuem lutando para mantê-los, na tradição, no território onde vivem, e na reivindicação do direito de ser e manter a quebração do coco como estrutura constituinte da identidade da mulher extrativista que tem uma relação com o coco babaçu e que é produtora de saber, de cultura e da história.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

4 MATOPIBA: RENOVAÇÃO DE UM PACTO

No delongar desse trabalho o paradigma em torno da terra e dos recursos naturais teve suas camadas complexificadas, o século XXI marcaria novos capítulos para a América Latina. A intensa procura por aquisição de territórios, adjacente à agenda de investimentos dos Estados, do setor financeiro e de grandes corporações transnacionais, seriam dilemas inéditos. Este capítulo estuda a conjuntura em torno do MATOPIBA, desde a origem e as problemáticas do organismo para as quebradeiras de coco.

Na primeira seção, emprestamos os enfoques da comunidade epistêmica dos Estudos Agrários, sintetizados por Kato e Leite (2020), acerca da modernização da agricultura e a noção de agronegócio, adicionamos o enfoque de Delgado (2012). Partimos desse pressuposto, para desenvolver a conceitualização do mercado global de terras e a recorrência das “expulsões”, versadas por Saskia Sassen (2016). Por consequência, trataremos das dinâmicas de despossessão que resultarão num processo denominado pela literatura como “*land grabbing*”, apropriação de terras ou estrangeirização de terras.

O campo acadêmico abordado faz-se essencial para prosseguir com a análise do MATOPIBA. O anúncio da “última fronteira agrícola do país”, parece estar inserida no mercado global de terras, além de transpor as características neoextrativistas mencionadas anteriormente. Para isso, utilizaremos os delimitadores teóricos de Morsch (2020), Favareto *et al* (2019) e Santos *et al* (2024). Por rememorar o ideário dos projetos de desenvolvimento aplicados nas regionalidades circunscritas durante os anos 70, retomaremos Santos (2019), haja vista os princípios dos corredores logísticos, e os vieses da integração nacional suplantada pela “onda rosa”.

No que se segue, estimar os impactos do MATOPIBA na Mata dos Cocais por ocupar o mesmo recorte socioespacial. Como derivação das entrevistas em profundidade, selecionamos trechos da coleta de dados (Entrevistado A; Entrevistado B) para conceber uma mirada detalhada dos dilemas ocasionados na regionalidade da Resex do Ciriaco. O pesquisador esteve presente no 9º Torneio de Quebra de Coco Babaçu da Resex Ciriaco, e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz, no dia 17 de maio de 2025, para confecção das entrevistas.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

4.1 AGRONEGÓCIO, LAND GRABB E MATOPIBA

Para envolver as proposições da literatura recente que adensa aos estudos agrários, Kato e Leite (2020) sintetizam que a Questão Agrária tradicional, respalda a análise das transformações temporais emergentes da agricultura comercial e do capitalismo agrário, como fatores sobressalentes da produção no campo brasileiro. Fatores como a herança colonial, a modernização da agricultura e a solidificação da economia política do agronegócio, adentraram a periodização histórica acerca das mudanças estruturais do campo agrário brasileiro, colaborando para a perenização das condicionantes de concentração e desigualdade da distribuição de terras (Delgado, 2012; Kato e Leite, 2020).

A modernização da agricultura implementada pelo regime militar, pautadas pela Revolução Verde, impulsiona o senso capitalista atribuído à terra. Kato e Leite (2020), alegam que este período marcou a modernização da base técnica da agricultura, para efeitos de comparação, a ausente implementação de instrumentos de democratização da terra assertificadas pelo regime da época, intensificou a expropriação de pequenos agricultores e posseiros à medida que avançava a fronteira agrícola (Kato; Leite, 2020). O descompasso entre as duas questões receberia denominação por parte de alguns autores como um modelo de modernização conservadora (Moore, 1983; Pires & Ramos, 2009; Almeida, 2019). O corolário da situação, resultaria na sobreposição das atribuições da agricultura no desenvolvimento nacional com uma agenda produtivista, em contraposição ao debate originário proposto pelos críticos da modernização agrícola, associado à reforma agrária (Delgado, 2009).

Segundo, Palmeira e Leite (1998), as transformações sociais no campo abrangiam uma gama de processos sociais e políticos desde 1930 a 1980 por todo o território. Viabilizadas em função da participação do Estado, a gestão de novos instrumentos de políticas públicas, a emergência e organização sindicalista de trabalhadores rurais e movimentos sociais na luta por terra, seriam exemplos de características propostas pelos autores. Nesse âmbito, ressaltamos que a abertura política, a articulação de movimentos sociais e as assessorias agrárias teriam êxito ao influenciar as regências da Constituição Federal de 1988.

Contudo, para Mattei (2016) o caráter economicista da ordem econômica globalizada impactaria com “domesticação” da questão agrária e da reforma agrária, ao

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

rebaixar o problema fundiário como uma reivindicação nacional a cargo dos movimentos sociais. O breve apanhado histórico, seria suficiente para estabelecer os principais desdobramentos do debate acadêmico acerca dos estudos rurais. Para Mattei (2016) formar-se-iam dois polos, uma parte coloca a centralidade da reforma agrária como desenvolvedor da autonomicidade e promotor da justiça social nos estados. A outra parcela, enxergaria a democratização da estrutura agrária nos feitios da modernização da agricultura, centrando o debate na tecnologização da produção agrária brasileira.

Para Delgado (2012), em "*Do 'capital financeiro na agricultura' à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 - 2012)*" a crise de liquidez no final dos anos 1990, provocou a fuga de capital e alterou o regime cambial do país, impulsionando a perpetuação do agronegócio na agenda de prioridades da política macroeconômica brasileira. Derivaria dessa conjuntura, a economia política do agronegócio, atribuída por Delgado (2012) para categorizar as novas camadas do projeto de acumulação de capital no setor agrícola brasileiro. Posto isso, a noção do termo agronegócio (*agribusiness*) nas concepções de Delgado (2012), prescreve a metamorfose das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial, que no cenário brasileira galgou autonomia enquanto atividade econômica. A associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, engendra a estratégia econômica do capital financeiro, associada ao lucro e a renda da terra, sob a asseguridade de políticas do Estado.

Ainda em Delgado (2012), o exemplo do pressuposto aplicado no bojo da modernização conservadora dos anos de 1970, envolveria as relações interindustriais com a agricultura, providas pelo subsídio de crédito rural estatal. Para o autor, seria esta ideia-força norteadora da acumulação de capital em múltiplos setores, com destaque para as políticas públicas no Brasil dos anos 2000. As mudanças mencionadas por Delgado, (2012) transbordaram e tornaram-se estratégia principais do comércio exterior, e firmaram um pacto econômico-político, ao associar classes sociais politicamente para captura do excedente econômico com a renda fundiária agrícola e mineral.

Antes de adentrar a virada para o século XXI, a lente proposta por Saskia Sassen ganhou certa popularidade na literatura dos estudos agrários. A autora parte da ideia de "expulsões", para tratar do fenômeno global em que a partir da década de 1980, houvera a "expulsão" de um grande contingente de pessoas provocado por "ordens sociais e econômicas centrais de nosso tempo" (Sassen, 2016, p. 9). As "expulsões" de pequenos agricultores e cidades inteiras, a crescente presença de toxicidades na terra e

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

na água, a supressão da flora e fauna substituída por monoculturas e as contradições da fome em regiões produtoras de grãos, são exemplos mencionados pela autora para ilustrar as consequências da execução de tais políticas. Ademais, a crescente demanda por terras e recursos naturais de caráter neoliberal ocasionaria a “endogeneização de interesses locais no território nacional” (Sassen, 2016).

Tendo em vista as discussões anunciadas por Kato e Leite (2020), Delgado (2012) e Sassen (2016), avançamos para a chegada do século XXI, na qual rememoramos as implicações do contexto desenvolvido no primeiro e segundo capítulo desse trabalho, com o modelo neoextrativista e a unificação da luta das quebradeiras de coco. O panorama de Sassen (2016), parece ilustrar como pano de fundo, a conceitualização que constituiria um mercado global de terras, desenvolvido para fornecer serviços de trocas e aquisições de territórios, para isso desenvolveriam-se instrumentos legais para acomodar as compras nos países. Segundo, Sassen (2016) a formalização desse mercado jaz como resposta a existência de múltiplas crises, ocasionadas pela valoração da terra e dos recursos naturais no centro das estratégias de acumulação de capital ora como investimentos produtivos (*commodities*, energia, alimentos), como investimentos financeiros ou como soluções para a degradação ambiental.

Para efeitos da consolidação da economia política do agronegócio no Brasil, o “*Consenso das Commodities*” repercutiria com maior intensidade. A alta contínua dos preços internacionais das *commodities* de 1999 a 2012, geraria um a entrada volumosa de divisas internacionais nos estados agroexportadores. A perpetuação desse cenário foi responsável por endossar a explosão da produção de *commodities*, como a soja, além do avanço feroz das áreas de fronteira agrícola (Kato; Leite, 2020). As contribuições de Kato e Leite (2020), apontam que a financeirização do sistema agroalimentar, adensava uma nova camada preponderante da frente do agronegócio, na qual a valorização do preço das *commodities* atrairia atores financeiros interessados no meio rural e na diversificação dos instrumentos financeiros conectados com a agricultura e a terra.

As condicionantes exemplificadas, foram palco da expansão das *commodities* agrominerais e combustíveis. A alta disposição de matérias primas em solos brasileiros, parecia o momento oportuno para a grande aposta da inserção brasileira na divisão internacional do trabalho (Delgado, 2012). A demanda e produtividade indissociável aos recursos naturais, na acepção de Delgado (2012), alavancaria a renda fundiária como fator primordial do excedente econômico, prorrogado pela acumulação

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

capitalista. O resgate das perspectivas extrativistas, tampouco, para Delgado (2012), acompanhavam a incrementação de inovações tecnológicas para coletar e processar as *commodities*, ademais

> A repartição do excedente econômico, no plano interno, na fase expansiva da demanda externa por *commodities*, se caracteriza basicamente como modelo de "rendas de monopólio". Estas refletem, primeiramente a propriedade da terra e a forma ultraconcentrada de sua distribuição; em segundo lugar, vantagens conferidas à emissão da dívida agrícola, sob respaldo de hipotecas; e, sua localização e a qualidade intrínseca dos recursos naturais explorados; em terceiro lugar, o acesso a fundos públicos subvencionados, propiciados pelas finalmente, as patentes tecnológicas envolvidas na difusão do pacote técnico. (Delgado, 2012, p.115)

Nesse sentido, a multiplicação das oportunidades produtivas e especulativas de acumulação no setor agrícola, originaria a presença de redes financeiras, na qual dificultariam a identificação e a responsabilização dos atores dos financiadores, pelos impactos econômicos, sociais e ambientais provocados (Kato e Leite, 2020). Adiciona-se a essa seara, outra relação fundamental mencionada por Gras e Nascimento (2017), na qual a integração entre o capital financeiro e a propriedade da terra, implicariam inúmeras consequências no campo político, econômico, social e ambiental.

Segundo Kato e Leite (2020), as características abordadas anteriormente seriam vitais para sustentar o mercado global de terras, sobretudo ao visualizar as crises multidimensionais, financeiras, alimentares e energéticas, advindas da quebra da bolsa de Nova York, pulverizada globalmente entre 2007-08. Destacamos que do ponto de vista financeiro, a reconfiguração dos modelos e campos de investimento, suscitou aos investidores a migração de seus capitais para os mercados futuros de *commodities*, em particular, petróleo, grãos e metais, reforçando a crescente ascensão dos seus preços. Delgado detalha que

> O mesmo princípio de formação do preço dos títulos financeiros com direito à renda aplica-se à formação do preço da terra, não apenas sob o seu aspecto formal – preço como capitalização dos rendimentos futuros – mas, ainda, sob o aspecto da racionalidade financeira que passa a governar o cálculo econômico, numa fase avançada do capitalismo, em que a terra assume inteiramente o caráter de ativo mercantil. (Delgado, p. 47-48, 2012)

À luz dessa perspectiva, Carla Morsch (2020) exemplifica que tais transformações fariam parte de um processo maior, na qual o setor rural formaria um regime alimentar corporativo. Em linhas gerais, a conformação de um mercado global de terras, sinalizava a exploração dos "4Fs", conforme prescreve (Sauer; Borras, 2016, p.9)

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

"*food* (alimentos), *fiber* (fibras/ração), *forest* (floresta) e *fuel* (combustível ou energia)". O fenômeno denominado *land grabbing*, adensa ao campo intelectual brasileiro com determinadas variações, da qual assimilamos de acordo com (Pereira, 2019, p.72) ao balizar "[...]como processo de apropriação do território –multidimensional e multiescalar– por agentes (trans)nacionais, cujo objetivo é a alienação do território para atender as demandas do capital externo e para a garantia de sua acumulação".

Para tanto, desencadearam outras formas de apropriação de terras (Borras; Franco, 2010), como a apropriação de água e a apropriação de verde, em paralelo, *green grabbing* (Fairhead *et al*, 2012) e *water grabbing* (Mehta *et al*, 2012). Além disso, outros desdobramentos são elaborados, o *production grabbing* como apropriação de bens (Chouquer, 2012; Morsch 2020); o *commodity grabs* como ganhos nas cadeias de valor (Fairhead *et al*, 2012; Morsch, 2020) e *control grabbing*, que para Borras (2012), trata de controlar a terra e os demais recursos advindos dela, para detenção e benefícios do controle.

Ao pensar nas reverberações no espectro brasileiro, Sauer e Borras (2016) atentam que o grande estoque de terras férteis e água teriam sido focalizados por tais investimentos. A partir de outras instâncias, ao mobilizar a teoria crítica *neogramsciana* e a disciplina de Economia Política Internacional, Bruna Gonçalves (2019) versa que os casos de *land grabbing ocasionou* em formulações de diretrizes, para regulação dos investimentos em terras elaboradas por organizações internacionais como o Banco Mundial e as Organizações das Nações Unidas. Segundo Gonçalves (2019), os ofícios desenvolvidos pelas organizações internacionais para regulagem das práticas do *land grabbing*, evidenciaram a classificação dos investimentos com otimismo, ora tratados como fundamentais para alimentar a humanidade ora como aliados essenciais para as agendas sociais e de desenvolvimento rural (Gonçalves, 2019, p.189).

As considerações da autora ao pensar desde as Relações Internacionais, reafirmam a necessidade de vincular o estudo da terra como um assunto pertinente à política internacional. Ainda em Gonçalves (2019), esse cenário condiciona a conformação de uma governança global dos investimentos em terra e em agricultura, ao representar as transformações transcorridas na governança global no geral, dotadas de aumento na pluralidade de atores envolvidos nas governanças, bem como as mudanças nos mecanismos de governança utilizados. As proposições de Gonçalves (2019) vão de encontro com Kato e Leite (2020), no sentido de que a complexidade dos mercados e a presença das redes financeiras isentam a responsabilização dos atores financiadores,

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

pelos impactos econômicos, sociais e ambientais causados.

Nesse momento, retornamos a Morsch (2020) para reiterar que a agenda de financeirização global do setor alimentício suscitou a explosão de compras e arrendamentos em larga escala de terras, que participavam grandes empresas privadas, governos e o setor financeiro. Ao analisar como os investimentos realizados em terras se realizam, Morsch (2020) identifica que, em suma, são viabilizados por estratégias de economia mista. Desse modo, a autora ilustra que estratégias do tipo “misto” pressupõem a existência de elites agroexportadoras e/ou política propriamente nacional.

> Essa associação permite um conjunto de facilidade no processo de expansão territorial do capital transnacional na agricultura, que pode ser de ordem burocrática, acesso a arranjos políticos historicamente construídos e para construção de esquemas de ilegais, como a contratação de grileiros profissionais. (Morsch, 2020, p.96)

Além disso, as alíneas de Morsch (2020) ressaltam que independente dos casos, o domínio formal das empresas nacionais dos direitos de propriedade sobre a terra, sublinham um comportamento de satisfazer aos interesses diretos de empresas estrangeiras. Nesse quesito, as empresas nacionais podem estar associadas seja por fusões, *joint ventures (*celebração de contrato associativo ou consórcios)*,* possibilitados por arranjos e associações com os atores financeiros privado/empresarial,

> Na África, por exemplo, grande parte das transações de terras foi mobilizada pelo capital nacional – na Etiópia 60%, no Sudão 78%, na Nigéria 98%, Moçambique 53%. A, talvez, maior inversão formal ocorreu nas Filipinas, onde foram transacionados mais de um milhão de hectares para San Miguel Corporation (capital nacional), que se tornou uma das subsidiárias da Kuok Company (Singapura), nas quais foram introduzidos cultivos de palma e mandioca para produção de biocombustíveis. (Morsch, 2020, p.96)

As análises fundamentadas pelos teóricos mencionados, acompanharam a progressão das cadeias globais de valor. A consolidação da economia política do agronegócio, proposta por Delgado (2012), complementa a ascensão do fenômeno do *land grabbing*. Em face disso, entendemos que os ciclos econômicos brasileiros regularmente estiveram configurados por forte drive exportador, produzindo e exportando *commodities* agrícolas e minerais, de baixo valor agregado, suscetíveis às oscilações do mercado internacional. Assim, os investimentos prezados pelo mercado global de terras, incitaram a imediata apreciação do valor das terras, além de acelerar a expansão do agronegócio brasileiro, em especial nas áreas de “fronteira agrícola” (Kato e Leite, 2020).

> O avanço desses empreendimentos produtivos nas áreas de fronteira, quase

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

> sempre compostas de terras públicas, onde muitos pequenos produtores e posseiros seguem vivendo sem ter os títulos das áreas que ocupam. Essas dinâmicas geram uma forte pressão sobre esses grupos para que vendam ou deixem suas terras. Essa pressão é sentida pela rápida valorização da terra, conjugada ao crescimento das propostas de compra de suas posses, a ameaças e ao uso da violência ou a prática de operações ilegais que transferem terras públicas para mãos privadas (grilagem) e que já se tornou uma tradição no contexto brasileiro. (Kato; Leite, 2020, p. 474)

Ademais, faz-se necessário retorno às acepções de Santos (2019), para dimensionar os projetos desenvolvimentistas de caráter extrativo, que acompanham a implementação de corredores logísticos e de infraestrutura. A fortificação dos corredores de escoamento já existentes e a construção de novas rotas, visavam atender ao desenvolvimento dos setores da mega mineração, da multiplicação de megaprojetos de infraestrutura, e a expansão dos grandes projetos petrolíferos e energéticos, implicaria no que delimita Svampa, (2019). O perfil neo-extrativista concebido Svampa (2016) de reprimarização das economias latino-americanas, parecem transpor as alegações de Delgado (2012), acerca da expansão agrícola da última década, encabeçada pelas cadeias agroindustriais envolvidas com o comércio mundial das *commodities*.

Prosseguimos com as alegações de Delgado (2012), ao refletir que a contínua expansão agrícola favorece a aplicação de um pacote tecnológico de agroquímicos e a celebração de monoculturas, implicam negativamente para o desequilíbrio ambiental. Neste caso, a superexploração de recursos naturais, prospectam dois vetores de degradação do meio ambiente, primeiro, aumentaria o contingente de queimadas e desmatamentos, segundo, intensificaria o uso de agrotóxicos replicando diversos tipos de contaminação (Delgado, 2012).

Sob essa égide, o governo federal teria êxito ao construir uma parceria entre quatro estados brasileiros, Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A legitimação foi sob o Decreto Presidencial 8.447 de 2015, assinado por Dilma Rousseff e a ministra da Agricultura, Kátia Abreu. O decreto ensejava a desenvoltura do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA-Matopiba), a criação de uma agência de desenvolvimento para a região, e a elaboração de um plano diretor para orientar os investimentos no local (Favareto, 2019). Segundo, Almeida (2019), em outubro de 2016 o departamento para atender ao desenvolvimento do MATOPIBA, teria sido extinto por meio de outro decreto presidencial na alegação de contenção de gastos. Apesar da desinstitucionalização federal, a área ainda poderia gozar de investimentos privados ou públicos.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

A abrangência geográfica do MATOPIBA, envolve as porções do Sul Maranhense, Tocantins, Sudoeste Piauiense e Extremo Oeste Baiano, com uma extensão territorial de 73 milhões de hectares, composto por 10 mesorregiões e 337 municípios, com população total de 5.901.789 habitantes (EMBRAPA, 2015). Segundo Pereira (2018), as microrregiões de Barreiras (BA), Imperatriz (MA) e Porto Nacional (TO) lideram o ranking do PIB do organismo, com índices superiores a R$7 milhões, em 2013. Segundo Morsch (2020), a delimitação territorial suprimiu a existência das terras tradicionalmente ocupadas, para incorporar o novo viés de “destino” para a expansão da fronteira agrícola.

Acerca do viés depredatório do Cerrado na qual o MATOPIBA está inserido, retomamos as abordagens de Morsch (2020), Favareto (2019) Santos, (2019) que convergem categorias da qual o Cerrado fora colocado como bioma periférico, do ponto vista ecológico, em contraposição a Amazônia ou a Mata Atlântica. O bioma tornou-se vítima das substanciais políticas expansionistas agrícolas, a passagem de (Favareto *et. al*, 2019, p.24) “naquilo que a literatura vem chamando de territórios de sacrifício: áreas nas quais a perda da biodiversidade e a degradação da paisagem seriam supostamente compensadas pela geração de riqueza e pelo progresso econômico”. A relegação da importância socioambiental e a desvalorização ecológica, afirma Santos (2019) têm implicações diretas nas bases dos modos de vida dos seus povos.

Essa região abriga uma diversidade social que inclui comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas. Apesar das constantes violações de seus direitos por setores do Estado e da violência empregada pelas corporações e latifundiários locais, essas comunidades resistem, se organizam e lutam para permanecer ou retomar seus territórios (Favareto, 2019). Para Favareto (2019), as comunidades tradicionais representariam como guardiãs da biodiversidade e portadoras de modos de vida que representam um patrimônio ecológico e cultural. De modo que, para Santos (2019) a criação oficial dessa região desconsiderou toda a diversidade e desigualdade socioeconômica. Acordamos com Santos (2019) ao instruir que o MATOPIBA não pode ser pensando como um projeto em si mesmo, mas sim, integrante de um processo mais amplo de integração do agronegócio, de ligação a outros polos e projetos de desenvolvimento do país e aos interesses dos atores que movimentam as cadeias globais de valor

.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

4.2 REVERBERAÇÕES DESDE A RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO

As discussões realizadas previamente sobre as dinâmicas da questão agrária e as implicações do MATOPIBA apresentou uma das facetas do neoextrativismo presente nos dias de hoje, pelo menos desde a execução das políticas expansionistas, essas perspectivas tiveram suas nuances complexificadas com a ascensão da economia política do agronegócio. A financeirização da agricultura se adequa como outro processo essencial para a reciclagem do ideário extrativista. O corolário da situação, conjectura um cenário na qual a contínua resistência das quebradeiras de coco na Mata dos Cocais revela o ato de rebeldia em persistir com a cultura de quebra coco.

Nessa direção, a obra os "*Militares, diplomatas e ambientalistas: do pensamento ecológico-ambiental à construção da política externa ambiental brasileira, 1972-1985*", de Ivan Ferraz (2025), propõe uma contextualização pertinente para compreensão das políticas ambientais institucionalizadas pelo governo na década de 1990. A figura de Nogueira-Neto, grande representante da causa ambientalista dentro do Estado brasileiro, teria recebido convite para integrar a Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, em 1981. Essa comissão tinha por princípio, o estudo da interação entre a economia e o meio ambiente, produzindo os relatórios do "Nosso Futuro Comum" (Ferraz, 2025). As publicações teriam êxito ao solidificar a temática ambiental nas agendas das organizações internacionais mundialmente, a exemplo Ferraz (2025) menciona a Conferência Rio 92 (20 anos depois de Estocolmo).

Adjacente a essa abordagem, no capítulo 3 tratamos da esfera local na qual em meados de 1991 o MIQCB desempenharia suas funcionalidades iniciais no processo de articulação política das quebradeiras. No ano seguinte, em 1992, ao investigar o acervo documental do MIQCB, Brito (2024) denota a existência de uma identidade coletiva organizada, para se fazer presente na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, também conhecida como Rio +92 ou Eco 92.

Antes de discorrermos acerca da Reserva Extrativista do Ciriaco, é imprescindível mencionar as etapas de constituição da concepção de Resex. Na outra ponta, mais ao noroeste do Brasil, Chico Mendes liderava como figura emblemática o movimento seringalista. De acordo com Delgado (2007), na década de 80 a midiatização da devastação na Amazônia brasileira[8], provocava preocupação entre ativistas

[8] Adjacente a esse período circulado no imaginário popular que a Amazônia brasileira representaria o"pulmão do

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

transnacionais e organizações não-governamentais. A atenção direcionada para a região, conectaria o movimento dos seringueiros às organizações ambientalistas internacionais, além de levantar a adoção de uma mensagem global pelos seringueiros (Delgado, 2007). Segundo Delgado (2007), a formação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), atribuiu à organização a relevância enquanto mediador, construtor de uma identidade ambiental, e auxiliador da formação e fortalecimento da identidade de seringueiros.

Tendo em vista as discussões anunciadas, a execução do Projeto Seringueiro providenciaria experiências técnicas para o movimento quanto a captação de recursos. Conforme concebe Delgado (2007), a postura estratégica assumida pelo CNS ao situar o movimento entre diversos agentes, prosseguiria com a defesa de implementação de Resex, que lograria êxito com a Reserva Extrativista Chico Mendes sancionada pelo Decreto n° 99.144, de 12 de março de 1990. Ainda que ao interpretar Delgado, adicionamos as ponderações de Ferraz (2025) quanto às intenções das reservas extrativistas, de preservar a floresta e gerar renda para os povos e comunidades tradicionais, por meio da comercialização dos produtos da sociobiodiversidade.

A publicação de "*Quebradeiras de coco: "Babaçu Livre" e Reservas Extrativistas*" Shiraishi Neto (2017) colabora com as discussões anunciadas. Como resultado das reivindicações do movimento seringalista, no início de 1992 o presidente Fernando Collor de Mello decreta a criação de 4 reservas extrativistas nas delimitações territoriais que dispõem o extrativismo do babaçu e a presença do MIQCB, no entanto Shiraishi Neto (2017, p. 158) classificou esse gesto como "uma verdadeira estratégia de "marketing ecológico" para promover o país na arena mundial". As Resex criadas detinham codinome de Reserva Extrativista do Ciriaco, Reserva Extrativista da Mata Grande, Reserva Extrativista do Quilombo Frechal e Reserva Extrativista do Extremo Norte (Carrasco Bonito), além disso Shiraishi Neto (2017) elenca que as propostas de Reserva Extrativista, foram incorporada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com a Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000.

Contudo, as postulações de Matos, Shiraishi Neto e Ramos (2015), sobre os levantamentos e pesquisas executados para a originação das reservas, priorizaram por localidades de maior disposição de palmeiras de babaçu, cujo não abarcava as áreas de atuação dos movimentos e sindicatos. Ao analisar a "*Economia de subsistência e identidades territoriais: as quebradeiras de coco babaçu no povoado São Félix, Imperatriz-MA*", ao pensar desde a Resex do Ciriaco (verificar Mapa 3), Barbosa (2022) delinea que

mundo"

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

o funcionamento da Resex, seria regulado por uma relação contratual entre o poder público e as comunidades (Brasil, 2016). Quanto designação das Resex, Barbosa, (2022) considera qualquer área ocupada por populações que viviam da coleta de recursos florestais, regularizadas através de concessões de uso, movidas pelo o estado para associações legalmente constituídas, e conferidas economicamente pela elaboração de um plano de manejo (Barbosa, 2022).

Mapa 3 - Delimitação territorial e informações da Resex Ciriaco
Fonte: Nova Cartografia Social dos Babaçuais (PNCSA), 2008, p.6

Conforme versado anteriormente, uma das práticas de resistência exercidas pelas quebradeiras de coco, seriam aos instrumentos jurídicos, haja vista que nem sempre a existência da lei coaduna a sua ineficácia. Noção difundida entre as quebradeiras de coco, ao ser questionada sobre a possibilidade de haver uma luta localmente mais forte ou mais consolidada devido ao amparo de alguma lei, o Entrevistado A, completa:

> Para te falar de lei. Nesse município nós tudo tem lei de acesso livre aos babaçuais. Mas nunca teve um gestor para respeitar essa lei. Imperatriz, Cidelândia, Vila Nova dos Martírios, São Pedro d'água Branca, Amarante. Tudo tem lei de acesso líquido dos babaçuais. Mas a mulher compra o corpo para quebrar. Cadê o acesso? (Entrevistada A - maio de 2025 - grifos nosso)

> Não funciona, um dia desses eu perguntei a um vereador, que eu disse, dá pra tu cavar aí. Não sei se tu conhece aquela lei de acesso livre aos babaçuais que foi aprovada aqui na câmara. Rapaz, eu nunca vi. E não? Não. Aí tu não tem interesse nenhum de caçar isso aí. Eu vou ver o que eu faço. Mas quando entra as outras questões, as outras coisas, essa coisa é esquecida. Nesse dia eu vou lá dizer, ei menino, tu é vereador aí, é? Nós estamos precisando que vocês resgate a lei de acesso livre dos babaçuais aqui em Imperatriz. Porque ninguém quer meter a cara. Porque aqui é tudo... retaiado. Aí o povo diz logo não mais a gente. Só ocupava terra improdutiva. Terra improdutiva não tem mais. Porque eles tiraram a madeira

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

> todo dia e jogaram o cimento de capim. E para eles, o capim é produtivo. Agora, terra sem documento, aí tem é muito. Eu moro no assentamento que está com 30 anos, 37 anos. Ninguém tem documento. Então essa terra não tem documento. (Entrevistada A - maio de 2025 - grifos nosso)

As ponderações de Shiriashi Neto (2017) acerca da progressiva expansão de ferro-gusa, registrou denúncias de trabalho escravo nas carvoarias, de modo que o acontecimento induziria as indústrias a considerar a utilização do carvão proveniente do coco do babaçu. Intermediado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Shiriashi Neto (2017) acrescenta que o corpo técnico também incentivou a produção do carvão do coco na abrangência territorial da Resex do Ciriaco, descreve a contradição (Shiriashi Neto, 2017, p. 161)

> Como as indústrias são muitas e a produção do carvão deve acompanhar essas necessidades, esse fato levou à coleta indistinta dos cocos, mesmo que os produtores do carvão alegassem o contrário, que estavam produzindo o carvão a partir dos cocos maduros e podres. A coleta não seletiva do coco para a produção do carvão, sem qualquer cuidado com as garantias de reprodução das palmeiras, tem contribuído com o processo de devastação dos babaçuais na região. A despeito das denúncias e dos reclamos, a atividade de produção do carvão do coco prosperou e perdura no interior da reserva do Ciriaco.

Ao serem questionadas das funcionalidades mais utilizadas da palmeira e do uso do carvão, a entrevistada A reforça as prejudicialidades tanto para quem produz o carvão, quanto para quem necessita da coleta do coco para a extração da amêndoa. Enquanto as respostas da Entrevistada B, parecem transpor a literatura de Shiraishi Neto (2017) sobre a responsabilização do ICMBio nesse processo.

> Rapaz, eu acho que a gente toda a vida usou quase do mesmo jeito. Só uma coisa que mudou, porque ninguém utilizava o calvão. Aí depois aprendemos… A fazer. A fazer o calvão da... da... do coco. E ele tem dois tipos de calvão. Ele tem o calvão sustentável, que é aquele que tu quebra o corpo, tira a massa, tira a membra, tira tudo, tu faz o calvão só da casa. E o outro que é malicioso, que queima o corpo inteiro. Que é utilizado pelas grandes empresas de… de... da VALE, da… Ferro Gusa. E eles só compram o coco sapecado . Pra eles o calvão da casa que não serve. Pra nós aqui nessa região acabou. Entrou... o eucalipto a... Celmar plantando o eucalipteiro. Depois ela passou pra patroa dela. Que é a Suzano. Continuou tirando tudo, tudo, tudo, tudo. Fica algumas palmeirinhas dentro dos... dos eucalipteiros, mas que ninguém nem tem nem espaço pra ir. Aí os que têm em redor, as fazenda em redor, eles nem negociam com os proprietários e compram o coco todim aí quase de graça e mandam pra Ferro Gussa. Aí a mão de obra do... do... do trabalhador, da quebradeira, se acabou-se. (Entrevistada A - maio de 2025 - grifos nosso)

> Eu também acho assim, mas como ele fala, principalmente Icmbio fala, que não tem outro meio, eles decidiram autorizar eles queimar esse carvão, que também é um meio de sobrevivência. Eu lá no local que a gente tem, a gente nunca... queima assim, eu queimo a casca. Mas para queimar mesmo o babaçu, sim, tem aqueles que não servem, mas o novo meio mesmo não. E eu acho que… eu tornei, quando

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

> eu tinha uns 9 aos 15, mas ficou na reserva, mas eu ganhei o outro lá. Todo mundo tem, tá rindo. Dá para trabalhar para sobrevivência, porque o coco é saco. E tem muito e aqui tem muito coco. Mas o novo aproveitava. Se aqui não dá, vamos trazer a companheira de fora. (Entrevistada B - maio de 2025 - grifos nosso)

Para além da complicações advindas do uso indiscriminado do coco babaçu para carvão, outra contravenção estabelecida nas redondezas da Resex do Ciriaco, são exploradas por Viana e Prieto (2021) ao afirmar que a crescente expansão das monoculturas de *commodities*, teve no Oeste do Maranhão, a sedimentação da silvicultura com eucaliptais, um dos atrativos que sedimentou o complexo industrial de papel e celulose Suzano S.A em Imperatriz. Para os autores, a territorialização do monopólio celulósico-papeleiro com a empresa Suzano, incorpora estratégias políticas

> (...) que objetivam silenciar, subordinar e sujeitar os grupos no campo, para que possam expandir seus negócios de forma “amigável”, “empreendedora” e “colaborativa” com as comunidades do entorno das fábricas e das áreas de plantio de eucalipto. As camponesas-quebradeiras de coco são o “público-alvo” em projetos de sujeição econômica relacionados tanto ao processo políticos de subordinação do trabalho e de iniciativas políticas, quanto para sujeição do uso da terra camponesa para plantio de eucalipto. (Viana e Prieto, 2020, p.58)

Viana e Prieto (2021), delineiam que nesse escopo o Programa Campo Agrícola empregado pela Suzano, fomentaria diretamente ao arrendamento das terras e “empréstimos” de terras, ao ceder parte do territórios a pequenos agricultores, representando métodos engendrados pelo empresarial para atribuir uso a terra. Ainda em Viana e Prieto (2020), a formulação de programas como Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial (PDTR), Programa Extrativismo e “Caipirão” parecem adensar as mesmas intencionalidades dos programas de desenvolvimento retratados no capítulo 2 deste trabalho. Acerca de outras adversidades presentes no entorno e interno da Resex do Ciriaco, Shiraishi Neto (2017) evidencia o aumento exponencial da criação de gado na área da reserva e outros impactos

> Várias quebradeiras foram obrigadas a se deslocar para as “pontas de rua” dos povoados ou para as periferias das cidades, já que as áreas tradicionalmente utilizadas se transformaram em imensas florestas de eucalipto. Na reserva Ciriaco, assim como em diversos povoados, as mulheres que se dedicavam à atividade extrativa do babaçu tiveram que se tornar assalariadas das empresas terceirizadas, que prestam serviços à indústria, pois acabaramos babaçuais. Em períodos sazonais, elas são contratadas para a realização de pequenos serviços, como: limpar as áreas, plantar e cuidar das mudas de eucalipto e outros. Segundo informações e relatos, essas ações protagonizadas pela indústria vêm servindo para desorganizar a vida de centenas de quebradeiras de coco, camponeses, ribeirinhos e assentados na região. (Shiraishi Neto, 2017, p. 161-162)

Para além das proposições de Viana e Prieto (2020), e Shiraishi Neto (2017), questionamos ambas entrevistadas acerca dos impactos da instauração da

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

Suzano S.A no entorno, da presença de gado na Resex do Ciriaco, e se com institucionalização do MATOPIBA aceleraram-se os impactos na região.

> Ave maria, acabou. Acabou os territórios da gente. E o MATOPIBA, eles não davam o nome, mas o MATOPIBA chegou junto com a CELMAR. Quando eles vieram, o acordo já veio pronto. Certo? Foi pronto, ele não tratava, era o nome do empreendimento. Mas já era Matopiba naquela época. Nós, que também tava correndo atrás de poucas informações, a gente não sabia que o nome do empreendimento era Matopiba. (Entrevistada A - maio de 2025 - grifos nosso)

> Para nós teve muito, assim que a gente começou, teve muito desmatamento, que até hoje ainda tem. Para nós, aqui como reserva, eu achei que mudou muito. Tinha muito, muito, muito desmatação. Mas depois que a gente foi trabalhando, a questão do meio ambiente, foi mudando. E hoje, está aí, por onde você passou, você viu, está diferente. Do ano passado para cá, não teve incêndio dentro da reserva. Não teve. E esse ano também não teve. Não é que a gente não trabalha com a nossa rocinha, nós temos a nossa rocinha, mas todo mundo está pegando, que vai chegar lá, todo mundo vai ter um cantinho, para a gente poder aradar, ter um adubo, ter uma coisa para a gente poder trabalhar. Porque, aqui a gente não só vive do babaçu, tem atividades paralelas. Hoje nós não temos mais incêndio. Nosso território está intacto. Com respeito à criação de gado, quando a gente criou isso aqui, começou a normalizar, a gente teve um encontro lá no Pé de galinha, com o CNS, bateu o martelo. Mas o que que a gente decidiu? A gente tinha que ter porque os moradores precisavam de um leite para tomar, os filhos também que nasceram precisavam de um leite. E precisavam também de um rapaz que nem acontece, a pessoa mesmo que cria mato com gado, a gente sabe como é que ele está, sabe que ele sabe fazer mata, a gente compra e come. Então, eu defendi que a gente tivesse a semente da gente de gado, porque de qualquer maneira é um bem estar. É um leite, uma carne, e tudo certo, porque nós não vamos ficar aqui ou só a massa do corpo. Então a gente tem que ter. Eu defendi, sim. A criação de gado não estrapolada como virou. (Entrevistada B - maio de 2025 - grifos nosso)

As visões distintas entre as entrevistadas, revela a divergência interna do movimento social quanto a presença das questões existentes na Reserva do Ciriaco. Soma-se aos relatos, as alíneas de Viana e Prieto (2020) que respaldam a existente desarticulação política do movimento das quebradeiras de coco babaçu, da qual prosseguimos, ao compararmos com o avanço de dispositivos jurídicos em outras regionalidades do MIQCB como no Piauí, conforme aferido por Brito (2024), na aprovação da Lei Nº7888, denominada como a Lei Estadual do Babaçu Livre do Piauí. Desse modo, evidenciou-se que as regionalidades do Tocantins e Maranhão ainda carecem de dispositivos jurídicos e políticas públicas, nesse caso em âmbito estadual, para salvaguardar a cultura de quebra do coco. Quando questionadas acerca da articulação do MIQCB e de como as resistências das quebradeiras de coco, completamos:

> Ele teve uma queda brusca. A gente perdeu muito, muito, muito, muito, muito com essa questão da política do movimento. Rapaz, eu sou muito radical. Eu sou radical. O movimento que eu não começou, nós começamos a mandar com nossas próprias penas. Nós não tinha ninguém para pegar o pé. Aí o que nós entendia, de

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

> botar para brigar, a gente botava. Nós vamos aqui, porque aqui tem uma brecha. E aí o movimento não tinha associação, eram grupos informal, quem patrocinava nós no início aqui do Tocantins era a CPT, e aqui no Maranhão era a ASSEMA. Era os padrinhos que a gente chamava. E o movimento ficava solto para planejar os seus trabalhos. E daí a gente não tinha quem pedir opinião. Será que a gente pode fazer uma manifestação aqui dessa forma? Não, porque era o movimento que ia fazer. Aí como criamos uma associação primeira, quando viram a adonidade que era, parece que, com um ano, de idade a gente já podia pleitear algum recurso. Aí começaram, mas aqui não pode fazer assim, porque esse recurso aqui vem de tais e tais fontes. E e tais fontes é ligada ao governo. Aí começou a cair as estratégias de luta. Começou a perdermos as estratégias de luta, mas a gente cansamo de jogar mulher dentro de área de terra na frente dos tratores. Não passa não, porque se passar vai matar muita gente, e aí é você que sabe. E baramos muita coisa assim, que a gente tinha aquela autonomia. Aí depois foi começando a pedir opinião e a de certa e a outra coisa. E isso eu tenho dito em vários outros momentos, que nós era tudo agricultura familiar, quebradeira de coco. Não tinha professor, não tinha doutor, não tinha advogado, não tinha para se comprometer, para se encraviar em uma coisa. Aí a gente tinha aquela autonomia bacana, nois ia pro tapa. Aí de certos anos pra cá, meu amigo, a gente começou a perder o rebolado. Aí é a associação de 4 em 4 anos, tem que trocar toda a direção. Aí na troca de direção, vai pessoas que não têm no sangue o que eu tinha, sabe, que não pensavam de a gente fazer impactar como a gente imaginava, e aquelas palavras que o mané dizia, ou a gente vai para romper ou não vai. (Entrevistada A - maio de 2025 - grifos nosso)

> Deixa eu te falar. Chegou aonde eu queria no MIQCB. Quando no primeiro projeto do MIQCB a gente foi ali para Imperatriz, nós ficamos três semanas lá no EASA. Fazendo o primeiro projeto do MIQCB. Depois do projeto foi na época de organizar. A menina só não me levou. A Suzano chama, o recurso que estava disponível poderia ser aplicado ao Ciriaco. Para isso teve uma audiência pública na Cidelândia. Os representantes do MIQCB não recomendavam aceitar. Mas se nós não tinha nada. Não é que a gente não soubesse o que era. O pensamento da gente é questão do ambiente. Trabalhar aqui dentro como reserva. Aí, depois disso o MIQCB largou a gente por conta da Suzano. Porque foi a Suzana que arrumou o recurso para a gente poder trabalhar aqui até hoje. Aí a Suzana tem dado um passo importante, né? Fornecer essa estrutura, o corpo técnico. E não é fácil uma quebradeira de povo. Leiga. Está no meio de uns doutores da Suzano para nós discutir, não é fácil. Nós estamos conseguindo. Não é tudo suficiente. Mas, entrar aqui para dizer que isso aqui é meu, não. Até porque nós não concordamos. Agora, apoio e ajuda qualquer pessoa que quiser nos ajudar nós estamos aqui para receber. A nossa sociedade, considera a trajetória de vida de outras trabalhadoras e conhecidas que você tem. Você tem observado uma evolução nas famílias como que você consegue perceber que a quebra do corpo está complementando a renda fazendo mais financeiro está ajudando as famílias. E eu acho o valor do babaçu ainda pouco. A gente tem que valorizar mais porque a gente trabalha muito alto. É muito pesado então para nós, eu acredito que tem que ter mais valor. (Entrevistada B - maio de 2025 - grifos nosso)

A Entrevistada A aponta a burocratização, a não-identificação do corpo técnico com as causas do movimento, e o ritmo da qual é gestado a funcionalidade do MIQCB como um dos prováveis solventes da força política do MIQCB, enquanto para a Entrevistada B a carência de estrutura a ser provida pelo MIQCB, tornaram-se um dos motivos para desenvolver o relacionamento dos gestores da Resex Ciriaco com a empresa Suzano S.A. Acerca das proposições cedidas pelo empresarial celulósico-papeleiro, Entrevistada A problematiza:

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

> Coisa muito séria. É que hoje quem trabalha, é os mutirão das quebradeiras são as empresas. Dá a roupa da calçado, da ferramenta, dá tudo ali só para se enfeitar. Aí um dia dessa eu estava dizendo, se nós não fizer assim, nós estamos apagados, que contém o multirão na estrada do Arroz, tu vê a propaganda da Susana, papel celulose. Não é a propaganda do MIQCB, que articula as quebradeiras. A gente vai perder tudo. A gente vai perder tudo. Nós, nós era quem discutia as feiras do movimento, a produção do movimento hoje quem discute é a Susana. Certo? Então isso é virou assim, uma casa de mãe juana. E as próprias quebradeiras ainda falam muito a besteira. Diz assim, não, nós vamos ficar por aqui mesmo, porque a Susana tem dinheiro para bancar a gente, aí em alguma coisa. E o MIQCB não tem. E está virando um capitalismo. Está se acabando. E isso é muito triste, porque infelizmente é uma subordinação muito grande. E as pessoas se deixam levar por aqui e dali. Eu abandonei o Ciriaco. Alguém me convida. Ver se eu recebi um convite do Ciriaco velho. Não, não vou. E eu vou te dizer porque que a gente abandonou. A reserva do Ciriaco, quem criou foi o MIQCB e o sindicato. Nós porque fomos pro tapa, para a boca do fuzil. Pra de trás das moita, viajando horas desconvenientes, pra ta fazendo o diagnóstico da área, para estar acompanhando alguns pesquisadores que nós tínhamos proposto. Duas reserva aqui no Maranhão, aqui na região. Proprusemos o Ciriaco e uma na Mata Grande, que nós perdemos. A lá do Ciriaco não teve outra… quando fizeram a avaliação do território, aqui não dá pra outra. Aqui é a reserva extrativista econômica. Aí tinha coronel lá dentro, tinha grande fazendeiro, tinha... uma área muito…privilegiada. E... levemos o… a relação de sócio. Como era que dava o nome. Tantas pessoas que moravam na área. E… e lá no Ministério do Meio Ambiente, foi isso. No sopro, não, aqui tá é decreto pronto. Aí os coronel meteram o pé na parede. Aqui pode é passar, mas vai morrer gente. Mas… quem viver por aí se previne. (Entrevistada A - maio de 2025 - grifos nosso)

Para além disso, Shiraishi Neto (2017) alega que a indústria local parece barganhar o corpo técnico federal, das associações, das organizações e das lideranças dos movimentos sociais, visão aliada a defendida pela entrevistada A. Retornamos a Gonçalves (2019) e Kato e Leite (2020), no que concerne a multiplicação de redes financeiras como participantes de um processo mais amplo de isenção e responsabilização dos atores financiadores, pelos impactos econômicos, sociais e ambientais causados. As características da economia política do agronegócio foram identificadas, como a presença das atividades de pecuária e das *commodities* (silvicultura com eucalipto), a cooptação dos atores federais vai de encontro a legitimidade sentenciada com o MATOPIBA. Ademais, durante a permanência do pesquisador no 9º Torneio de Quebra de Coco Babaçu da Resex Ciriaco, identificou-se o uso de drones, outro mecanismo tecnológico manipulado pelo agronegócio para envenenamento dos babaçuais da região. Porquanto, o contraste das práticas do *land grabb*, o arrendamento de terras, e a conversão da lógica atribuída ao uso da terra, encontrou base no relato das entrevistas e na literatura (Viana e Prieto, 2020; Shiraishi Neto, 2017).

Embora, acrescentamos que a existência da Suzano S.A, tem precedência com o estabelecimento da CELMAR Indústria de Papel e Celulose conforme

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

relatada a Entrevistada A (verificar apêndice I), implantada na região nos anos 90 que década seguinte fundiria-se a siderurgia Ferro Gusa Carajás. Porquanto, denotamos que os acontecimentos do Oeste do Maranhão, esboçado na Resex do Ciriaco conversam com a reciclagem do extrativismo característico dos ciclos econômicos brasileiros, que se aliam a novos atores e interesses com premissas desenvolvimentistas para a regionalidade, a exemplo o lema da “última fronteira agrícola” do MATOPIBA. As abordagens elencadas neste capítulo, balizam a assertiva de que década após década incrusta-se um ideário capitalizador das matérias primas nas delimitações territoriais do MATOPIBA, como demonstrado na Resex do Ciriaco.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio proposto neste trabalho, instruiu caminhos para além do delimitado, abrindo espaço para que a pesquisa abordasse e transitasse entre compreensões e racionalidades diversas, perpassando inquietudes e obstáculos. Desse modo, o embasamento teórico do primeiro capítulo trata do extrativismo, e sobretudo, da lógica extrativista inerente aos ciclos econômicos brasileiros. O surgimento do modelo econômico desenvolvimentista incitaria a diversificação econômica constituindo complexos industriais, em um pequeno espaço geográfico no sudeste brasileiro.

A convergência entre o extrativismo e o desenvolvimentismo, encontra na expansão da fronteira agrária, a estratégia para atender as necessidades da época. Da borracha ao ouro, da madeira à carne bovina, a soja e à logística, são mercadorias estruturantes que estabeleceram a necessitam de escoar. A continentalidade brasileira e o processo enviesado de ocupação dos territórios, teria na década de 1970, o aceleramento da tensão de territorialidades. Impactada pela Revolução Verde, a modernização da agricultura, irradia uma série de projetos de desenvolvimento e de corredores logísticos desde o Brasil Central.

Para isso, políticas expansionistas como projetos de desenvolvimento, liberação de acesso a crédito e parques industriais, induziram agroestratégias para a drenagem de matérias primas, como ferrovias, rodovias, hidrovias. A pesquisa ilustra que a história de conexão territorial e da integração nacional, jaz no mesma seara da expansão da fronteira agrícola, da acumulação por espoliação, dos cercamentos e da mudança do uso da terra.

As interconexões territoriais, revelaram o entrelaçar de ondas extrativistas que no acúmulo possibilitaram a conexão de setores logísticos. Rios e matas, fundamentos das comunidades tradicionais têm se tornado rota de passagem para processos de acumulação. Nesse âmbito, o segundo capítulo demonstrou que a chegada de tais políticas na região impactou a cultura da quebra de coco na Mata dos Cocais.

O tempo do “coco preso” ilustra as práticas exercidas por fazendeiros e latifundiários ao cercear o acesso à coleta do coco babaçu. Com isso, as mulheres quebradeiras de coco desde então desenvolveram resistências ao pacote pragmático de espoliação da terra, iniciaram com a venda escondida do coco, em coletivos se enfrentavam com jagunços. A escassez de representação teve nas organizações coletivas do associativismo no Maranhão, e nas CEBs no Piauí e Tocantins, a

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

identificação da luta perpetuada no MIQCB.

A articulação política do movimento social, tornou-se outra resistência ao aparelho estatal que carecia de reconhecimento das reivindicações das quebradeiras de coco. Os períodos da redemocratização e a ascensão das pautas ambientalistas, reconheceriam as demandas do “Babaçu Livre”, através de leis e da criação de reservas extrativistas. Contudo, a sofisticação das estratégias e as violências sentenciadas pela contínua expansão da fronteira agrícola, expressam em determinadas regionalidades a ineficácia dos instrumentos jurídicos. Nesse sentido, a continuidade da quebra do coco resiste à inoperância dos regimentos jurídicos, aos processos constantes de desterritorialização e reterritorialização, às desarticulações do movimento fruto das subordinações e arrendamento de territórios detidos para funcionalidades industriais.

A tentativa de manter os trabalhos e seguir com os modos de vida do ofício de quebrar coco, reafirmam suas identidades construídas através das práticas culturais desenvolvidas por elas ao longo das décadas. Ainda mencionamos a resistência à história oficial, da qual frequentemente comunidades tradicionais são taxados pelos agentes da intervenção capitalista como “anti-desenvolvimento”.

Além disso, a história oral, o cantar, o trabalho coletivo do adjunto e a capacidade de cada mulher coletar o suficiente para sua reprodução, demonstram os saberes caros para a identidade das quebradeiras de coco. A ação de pular cercas e arames farpados, contrasta o paradoxo existencial entre as lógicas dissidentes quanto a atribuição da renda da terra. A necessidade de permanecer e insistir na prática da quebra do coco, revela que na contemporaneidade para além de resistir quebrar coco é persistir, cruzando linha tênue entre obediência e rebeldia.

As vicissitudes *land grabbing*, reafirmam o crescente domínio da campo financeirização em ocupar (acumular) o espaço (território). O grau de autonomização do capital econômico acumulado sequestram capitais culturais e simbólicos mobilizados pelos movimentos sociais de luta pela terra e populações indígenas, involucrados pelo lema de “última fronteira agrícola do país” do MATOPIBA. O predomínio da visão da qual a terra é atribuída aos fins mercadológicos, remontam ao título da presente pesquisa, voltada aos interesses de grupos dominantes e ecologicamente míopes.

Para efeitos de comparação, as problemáticas existentes na Resex do Ciriaco, lança luz sobre o arrendamento de terras, o cercamento dos babaçuais, a desenvoltura da pecuaria, a cooptação do corpo técnico, e a parceria entre os gestores da Resex com a Suzano S.A. As abordagens teóricos da pesquisa, longe do *mainstream* da

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

disciplina de Relações Internacionais, frequentemente afastado dos temas agrários, territorializa as RI, ampliando debates sobre o fenômeno, para horizontalizar novas agenda de pesquisas da disciplina.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016. p. 23–101.

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, G.; Lang, M.; FILHO, P. J. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Traduzido por Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 44–87.

ACOSTA, A; BRAND, U. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018. 224p.

ALLEGRETTI, M. H. Políticas para o uso dos recursos naturais renováveis: a Região Amazônica e as atividades extrativas. In: CLÜSER-GODT, M.; SACHS, I. (Ed.). **Extractivismo na Amazônia brasileira**: pespectivas sobre o desenvolvimento regional. Montevidéo: Unesco, 1996. p.14-34. (Unesco. Compêndio MAB 18).

ALMEIDA, A. W. B. SPRANDEL, M. A. **Quebradeiras de coco babaçu**: um século de mobilização e lutas. Repertório de fontes documentais e artivísticas, dispositivos legais e ações coletivas (1915-2018). Manaus: UAE Edições / PNCSA, 2019. 610 p.

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, 2004. Disponível em: DOI: 10.22296/2317-1529.2004v6n1p9. Acesso em: 17 de fevereiro de 2024

ALMEIDA, J. G. *et al*. O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha. Revista NERA, v. 22, n. 47, p. 248-271. 2019.

AMARAL F, J. A economia política do babaçu: um estudo da organização do extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. São Luís: **Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado**, 1989.

AMARAL, M. D. B. **Reforma Agrária e Reconhecimento**: o caminho da autonomia e liberdade das camponesas -quebradeiras de coco babaçu na região do Bico do Papagaio. 2017. 392 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ANDER-EGG. E. **Técnicas de investigación social**. España. Humanitas Alicante. 1982.

ANDRADE, M; RÊGO, J. L. História de mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. São Paulo: **Agrária**, *[S. l.]*, n. 3, p. 47−57, 2005. Acesso em: 18 de janeiro de 2025.

ANDRADE, M. de P. Conflitos Agrários e Memória de Mulheres Camponesas. **Revista Estudos Feministas**, *[S. l.]*, v. 15, n. 2, p. 445, 2007. Disponível em:

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200011. Acesso em: 24 de abril de 2024

ARÁOZ H, M. O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca: a natureza americana e a ordem colonial. In: DILGER, G.; Lang, M.; FILHO, P. J. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** Traduzido por Igor Ojeda. São Paulo: **Fundação Rosa Luxemburgo**, 2016. p. 447–476.

BARBÉ, E. **Las Relaciones internacionales**. Tecnos. 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011. 229 p.

BARBOSA, V. de O. Trabalho, conflitos e identidades numa terra de babaçu. **História Social**, *[S. l.]*, v. 12, n. 14/15, p. 255–275, 2008. DOI: 10.53000/hs.v12i14/15.137. Disponível em: https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/137. Acesso em: 26 abril de 2024.

BARBOSA, V. de O. **Na terra das palmeiras**: gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Jundiaí: **Paco Editorial**, 2014

BARBOSA, E. B. **Economia de subsistência e identidades territoriais:as quebradeiras de coco babaçu no povoado São Félix, Imperatriz-Ma**. Imperatriz: Biblioteca digital de monografias da Universidade Estadual da região Tocantina, 2022.

BATAIER, C. Fronteira agrícola do Matopiba concentra 82% do desmatamento do Cerrado em 2024. Brasil de Fato, 06 de fev. de 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/02/06/fronteira-agricola-do-matopiba-concentra-82-do-desmatamento-do-cerrado-em-2024/>. Acesso em: 2 ago. 2025

BECKER, B. K. As Amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. In: BECKER, B. K.; VIEIRA, I. C. G. (Orgs.). Rio de Janeiro: **Garamond**, v. 1, p. 7 – 94, 2015.

BERRÊDO, E. S. A. **O MIQCB: aspectos organizativos e o processo de onguização do movimento**. 2017. 110 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 11, n. 19, p. 145–165, 2016. Disponível em: https://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/cdes/article/view/9. Acesso em: 12 de fevereiro de 2025.

BRITO, E. M. C. de. **Filhas da Mãe Palmeira**: identidades, territorialidades e conhecimento tradicional no contexto da atuação das quebradeiras de coco babaçu do Piauí. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Teresina, 2024.

BOLONHÊS, A. C.; OLIVEIRAS, P. de S. Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. **Projeto Conexão Local**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. 2013.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

Disponível em: https://pesquisaeaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexaolocal/movimento_interestadual_das_quebradeiras_de_coco_babacu.pdf. Acesso em: 2 de abril de 2025.

BORRAS, S. M. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies**/Revue canadienne d'études du développement. v. 33, nº. 4, p. 402-416. 2012.

BORRAS, S. JR.; FRANCO, J. La política del acaparamiento mundial de tierras: replanteando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistencia. **ICAS working paper series**. n.01. 2010.

BOURDIEU, P. Os usos sociais da ciência: para uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: **Ed. Unesp**, 2004.

BOURDIEU, P. O Campo Científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**, São Paulo: Editora Ática, n. 39, 1983.

CAMPBELL, D. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1992. 320 p.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, v.112, p. 613–636, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000400002. Acesso em: 22 de março de 2025.

CARVALHO, A. V. de; MACEDO, João Paulo. As guerreiras do babaçu: Mulheres quebradeiras de coco em movimento. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 2, p. 406-426, ago. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 ago. 2025

CHOUQUER, G. **Terres portugueses**: entre faim de terres et appétit d'espace. Paris: Ed Errance, 248 p. 2012.

CLUSENER-GODT, M.; SACHS, I. (Eds). **Extrativismo na Amazônia Brasileira: Perspectivas sobre o desenvolvimento regional.** Compêndio MAB 18-UNESCO, Paris. 1994.

COELHO, C. M; BENCHIMOL, A; MIRANDA, E. de A. Henri Coudreau e a "vulgarização" amazônica: os índios Juruna, Tapayuna e Parintintin (1895-1896). **Novos Cadernos NAEA,** v. 22, n. 3, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/6969. Acesso em: 27 de junho de 2025.

CONVENÇÃO N° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. Brasilia: OIT, 2011. v.1.

COSTA, V. S. **As bases políticas da impunidade empresarial no capitalismo global: o caso Chevron no Equador**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia,

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, p.174. 2020.

DELGADO, G. C. **Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 144 p.

DELGADO, G. C. **O setor primário e o desequilíbrio externo.** CONAB – Agricultura e abastecimento alimentar. Políticas públicas e mercados agrícolas. Brasília: CONAB, 2009

DELGADO, A. C. T. **Seringueiros**: da luta pela terra à proteção da floresta tropical: um estudo sobre o processo de transnacionalização do movimento. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais. 2007.

DELLA PORTA, D; TARROW, S. **Transnational Protest and Global Activism.** Oxford, UK: Rowman & Littlefield Publishers, Inc. 2005.

DELLASTA, H; BIANCONI, R. A busca por transições ao pós-extrativismo na América Latina: discussões sobre a condição primário-exportadora e o neoextrativismo. **Geosul**, v. 37, p. 282-309, 14 dez. 2022.

DE ARAÚJO RIBEIRO, R. Desenvolvimento e extrativismo: Duas faces da mesma moeda. **Revista Escritas**, v. 11, n. 2, p. 15–31, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/escritas/article/view/8412. Acesso em:

DINIZ, E. O Contexto Internacional E a Retomada Do Debate Sobre Desenvolvimento No Brasil Contemporâneo (2000/2010). **Dados,** v.54, ed.4, p. 493–532, 2011. Acesso em:

FAIRHEAD, J. et al. **Green Grabbing**: A new appropriation of nature?. **Journal of Peasant Studies**, n.39. 2012. 408 p.

FAVARETO, A. *et al*. **Entre chapadas e baixões do Matopiba:** dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira de expansão agropecuária no Cerrado. 1. ed. São Paulo: Prefixo Editorial/Ilustre Editora, 2019. 272 p.

FONSECA, P. **Desenvolvimentismo: a construção do Conceito**. Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro, Brasília: IPEA. 2014

FRANCIOSI, E. R. N. **Modelagem de sistema agroflorestal de babaçu e mandioca na Mata dos Cocais**. 2022. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 2022.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola.1997.

GOHN, M. da G. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas**

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

sociais. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31. 2004.

GRAS, C.; NASCIMENTO, R. C. Monopólio de terras e capital financeiro: a atuação da empresa Cresud na América Latina. In: Bernardes J. A. *et al*, (coord.). Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil, Rio de Janeiro, **Lamparina**, p. 118-134, 2017.

GUDYNAS, E. Extracciones, extractivismos y extrahecciones. Un marco conceptual sobre la apropiación de recursos naturales. **Observatorio del Desarrollo**, n. 13, 2013.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos. **Nueva Sociedad**, v.237, p.128-146. 2012.

GUDYNAS, E. Nuevas coyunturas entre extractivismos y desarrollo. Los limites del concepto de populismo y la deriva autoritária. Quito: **Ecuador Debate**, n. 105, p. 24-45, 2018.

GUDYNAS, E. Transições ao pós-extrativismo. Sentidos, opções e âmbitos. In: DILGER, G.; Lang, M.; FILHO, P. J. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Traduzido por Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 177–222. Disponível em: https://rosalux.org.br/descolonizar-o-imaginario/. Acesso em: 15 de agosto de 2024.

HAAS, P. M. Do Regimes Matter? Epistemic Communities and Mediterranean Pollution Control. International Organization. Cambridge: **The MIT Press**, v. 43, n. 3, p. 377- 403. 1989.

HAAS, P. M. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. In: HAAS, P. M. International Organization. Cambridge: **The MIT Press**, v. 46. Cap. 1, p. 1-35.1992.

HOMMA, A. K .O. Modernization and technological dualism in the extractive economy in Amazonia. In: PÉREZ, M. R.; ARNOLD, J. E. M. (Ed.) Current issues in non-timber forest products research Bogor, Indonesia: Cifor/ODA, 1996. p.59-81.

KATO, K. Y. M.; LEITE, S. P. Land grabbing, finaceirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 452-483, 2020.

LASCHEFSKI, K. A; ZHOURI, A. Povos indígenas, comunidades tradicionais e meio ambiente a "questão territorial" e o novo desenvolvimentismo no Brasil. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 52, p. 278–322, 2019. DOI: 10.62516/terra_livre.2019.1552.

LESCURE, J.P.; PINTON, F.; EMPERAIRE, L. O povo e os produtos florestais na Amazônia Central: Uma abordagem multidisciplinar do extrativismo. In: CLÜSER-GODT, M.; SACHS, I. (Ed.). **Extractivismo na Amazônia brasileira**: pespectivas sobre o desenvolvimento regional. Montevidéo: Unesco, 1996. p. 60-94. (Unesco. Compêndio MAB 18).

LINERA, Á. G. **Geopolitítica de la Amazonia**. Poder hacendal-patrimonial y acumulación

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

capitalista. Vicepresidencia del Estado Plurinacional. Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, La Paz, p.97-112 .

MALDONADO, M. A. La globalización de los movimientos sociales y el orden liberal. Acción política, resistencia cívica, democracia. REIS: **Revista Española de Investigaciones** Sociológicas, 2025. v. 1, n. 124, p. 11–44. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2712842. Acesso em: 21 de maio de 2025.

MANSULLO, J. **El discurso de desarrollo y las falácias del crescimiento**. Palestra proferida na V Jornada de Jóvenes Investigadores – Instituto de Investigaciones Gino Germani de la Faculdad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, 2010. Disponível em: http://jornadasjovenesiigg.sociales.uba.ar/files/2015/04/Mansullo.pdf. Acesso em: 14 de maio de 2025.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

MATOS, Francinaldo; SHIRAISHI, Joaquim; RAMOS, Vitória. **Acesso à terra, território e recursos naturais: a luta das quebradeiras de coco babaçu**. Recife: Actionaid, 2015.

MATTEI, L. O debate sobre a reforma agrária no contexto do Brasil rural atual. [S.l] **Política e Sociedade**, v. 15, p. 234-260. 2016.

MILANEZ, B. Economias extrativas e desenvolvimentos: contradições e desafios. Niterói: **GEOgraphia**. v. 23, n. 51, p. 1-25. Disponível em: https://www2.ufjf.br/poemas/publicacoes/modelosii/. Acesso em: 23 de março de 2025.

MILANEZ, B; SANTOS, R. S. P. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda?. In: 37o. Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia. **Anais do 37o. Encontro Anual da ANPOCS**, 2013.

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Nos babaçuais há conhecimentos tradicionais. **Relatório do 6º Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu**. São Luís: Gráfica Santa Clara. 2009.

MIQCB. SOBRE NÓS - MIQCB. MIQCB, 2024. Disponível em: <https://miqcb.org.br/sobre-nos/>. Acesso em: 28 de setembro de 2024

MOORE, Jr. B. **As origens sociais da ditadura e da democracia.** São Paulo: Martins Fontes. 1983.

MORAIS, L; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 31, ed.4, p.507–527, (2011) https://doi.org/10.1590/S0101-31572011000400001.

MORENO, C. **O Brasil made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo.** Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo. 116p. 2015. ISBN: 978-85-68302-02-6

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

MORSCH, C. P. G. **A formação de um novo mercado global de terras no Brasil**: land grabbing e “última fronteira agrícola” – Matopiba. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

OLIVEIRA, K. A de.; *et al*. A Produção de Carvão com Quebradeiras de Coco Babaçu: Alfabetização em Comunidades Quilombolas. **Areté - Revista Amazônica de Ensino de Ciências**, Manaus, v. 19, n.33. 2023.

OLIVEIRA, N. A. de. **Caracterização da farinha do mesocarpo e do óleo das amêndoas de Babaçu (Orbignya phalerata, Mart.) obtidos via extração com fluído supercrítico e líquido pressurizado**: estudos pré-clínicos e toxicológicos. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PALMEIRA, M.; LEITE, S.P. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L. F.; SANTOS, R. (Orgs.) **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PEREIRA, L. I. Estrangeirização da terra no Brasil: notas teóricas e metodológicas. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas**, n. 29, p. 71-91, 2019.

PICQ, M. Resistance to Extractivism and Megaprojects in Latin America. In: VANDEN, H. E.; PREVOST, G. (Eds.). **The Oxford Encyclopedia of Latin American Politics**. Oxford: Oxford University Press, pp. 1-27. 2020.

PINHEIRO, E. M; CORRÊA, T. R; ARAUJO, J. R. G. A palmeira de babaçu e a importância do mesocarpo para alimentação humana: uma revisão. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 7, p. 01-20, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.7-140. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/8292. Acesso em: 24 abr. 2025.

PIRES, M; RAMOS, P. O termo modernização conservadora – sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 40, n. 3, 2009.

PRIETO, G. F. T. **Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista**: grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra. 2016. 742f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (PNCSA). Trabalhadores agroextrativistas da reserva de Ciriaco - realidades e desafios- Cidelândia Maranhão. NASUTI, S.; LIMA, da S. V.;(Coord) ALMEIDA, A. W. B. Cidelândia : Casa 8. Editora da Universidade Federal Amazonas, 2008

POMBO, Olga. **Práticas Interdisciplinares.** Dossiê [Online]. Sociologia, Porto Alegre, 2006, p. 208-249. Disponível em: http//www.scielo.br/pdf/n15.pdf. Acesso em: 12 de julho de 2025.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. *In:* L**os desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. CECEÑA, A. E. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2006. p. 151-197. ISBN: 987-1183-34-8.

POUPART, J; et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Rio de Janeiro: **Vozes**, 2014, 4 ed. 464 p.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social:** Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas. 2004.

ROJAS, C. **Contesting the Colonial Logics of the International**: Toward a Relational Politics for the Pluriverse. International Political Sociology, vol. 10, n. 4, pp. 369-382, 2016.

SANTOS, A. B dos. **Colonização, Quilombos:** Modos e Significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015. Disponível em: http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf>.

SANTOS, D. A. O. **Crônica de uma Frustração Anunciada: Dilemas de (Des)engajamentos Feministas na Agenda de Financiamento do 'Desenvolvimento' em Monterrey. Consenso de Quem?**. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 141p. 2008

SANTOS, D. A. O. **As veias abertas para a expansão do capital: tensões territoriais no projeto de transformação do Tapajós em corredor logístico**. Rio de Janeiro : UFRJ, 2019. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2019.

SANTOS, D. et al. Na fronteira da (i)legalidade: desmatamento e grilagem no Matopiba. In: AGUIAR, D.; BONFIM, J.; CORREIA, M. (Orgs.). **Na Fronteira da (I)Legalidade**: Desmatamento e grilagem no Matopiba. 1 ed. Salvador: AATR, 2021. Disponível em: <https://www.matopibagrilagem.org/downloads> Acesso em: 03 de maio de 2024

SANTOS, C. C. M. MATOPIBA: Uma nova fronteira agrícola? Uma conciliação geográfica de ordenamento do agronegócio? Uma nova reorganização produtiva dos espaços de “cerrados” dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia?. **Cadernos Do CEAS: Revista crítica De Humanidades**, n, 245. p. 570–600. 2018.

SAMPAIO, A. P. D. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000400004. Acesso em: 10 de março de 2025.

SASSEN, S. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SAUER, S,; BORRAS, S. J . 'Land grabbing' e 'green grabbing': uma leitura da corrida na produção acadêmica. **Campo - Território**, v. 11, p. 6-42, 2016.

SILVA, K. G. S. da.; MELO, K. C; SANTOS , M. E. L. de C et al. Propriedades funcionais

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

da farinha do mesocarpo do coco babaçu: uma alternativa nutricional contra a Covid-19. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1-9, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12851. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12851. Acesso em: 28 abr. 2025.

SILVA, A. C. B da.; CARVALHO, G. B. Quebradeiras de coco e movimentos sociais: Luta, Resistência e Construção Identitária. Anais VI CONEDU. Campina Grande: **Realize Editora** 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/62347>. Acesso em: 18 de março de 2025.

SHIRAISHI NETO, J. Quebradeiras de coco: "Babaçu Livre" e Reservas Extrativistas. **Veredas do Direito**: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Belo Horizonte, v. 14, n. 28, p. 147-166. 2017. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/entities/publication/a2ee78ef-9e27-4ed9-b0f0-03e2899d72bf. Acesso em: 18 de março de 2024.

SHIRAISHI NETO, J. Novos Movimentos Sociais e Padrões Jurídico no Processo de Redefinição da Região Amazônica. In: SHIRAISHI NETO, J. *et al*. (orgs.). Meio Ambiente, Território & Práticas Jurídicas: enredos em conflito. São Luís: **EDFMA**, 2011. p. 23-52.

SVAMPA, M. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**¸ n. 244, 2013.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In. DIGLER, Gerhard. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p.141 – 171, 2016.

SVAMPA, M. **As Fronteiras do neoextrativismo na América Latina:** conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

TEIXEIRA, F.; RODRIGUEZ, G. Reindustrialização Brasileira: Desafios e Oportunidades. Rio de Janeiro : **Letra e Imagem Editora**, 2024.

VIANA, F. S.; PRIETO, G. F. T. Camponesas Rebeldes: lutas, reprodução social e resistências das quebradeiras de coco babaçu no Oeste do Maranhão. **Revista Mutirõ**. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 38–63, 202. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/mutiro/article/view/248074. Acesso em: 07 de fevereiro de 2024.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974 – 1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, v.1, n.3. São Paulo, 1987.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

APÊNDICES

APÊNDICE I – ENTREVISTADO A

Sócrates — De início, eu queria que a senhora me contasse um pouco da sua trajetória de trabalho com a quebra de coco.

Entrevistado A — É? Eu sou Maranhense, minha família toda é maranhense. Na época da minha adolescência, que eu aprendi a utilizar essa… mão de obra, né? Foi no período... Que o povo chama da ciranda da terra. Ciranda da terra, ela tem um nome. Mas ninguém sabe que ciranda é. Porque a terra, essa história agrária, ela tem muito degrau. Que na época que nós era jovem, era... Nossos pais era quem comandava o trabalho da agricultura familiar. A terra era para quem nela trabalhava. Ela… a gente fazia roça aonde a gente queria, mais próximo de casa, mais próximo para onde a gente ia. Não tinha essa história de, aqui é meu limite. Aqui no Maranhão. Muita terra. Muita terra fertil. E a gente tinha muita produção. Ninguém sabia de esse negócio de infração. Porque nós não comprava. Porque hoje eu tenho dito assim. Vocês sabem por que vocês sabem da infração? Vocês compram tudo. Se a gente produzisse, não comprava. É por isso que a política veio achatando. Para poder ter negócio no mundo, para poder ter infração. Porque senão os grandes empreendedores, não tinham para quem comercializar. E aí a gente viveu esse círculo, essa ciranda. Muito tempo. Tinha tudo.

Sócrates — Quando que começou, a senhora, se lembra?

Entrevistado A — Eu me lembro muito bem do ano que começou. Mas, já bem florado, foi o primeiro ano do Governo de Sarney. E aí eu já tinha uma filha, minha filha mais velha. Aí nós fumos ver como tinha mudado o sistema. Aquela ciranda já tinha acabado, aí veio a outra ciranda. Não, esse aqui é meu. Oxente, você é de onde? Não, eu sou mineiro. Sou baiano. Eu sou de pernambuco. Só que a vez que, nem tinha aqui. Era vendido por Escritura, né? Telegrama. Informação. E Não tinha como é aquele outro… aquela correspondência. Era telegrama, Sei lá, era um bocado de coisa, né? E rapaz, aqui tinha uma área solta, livre, que não tem nada aqui que pode jogar 3 mil cabeça de boi. Nós, no Maranhão, vivemos isso. Muita informação escondida, que teve toda a vida. Aí, nesse período, o cenário começou a mudar em tudo. Nós não fazia roça onde a gente queria. O babaçu começou a diminuir, porque era tirado demais da conta. Certo? Aí, senhorzinho. Eu...Eu vou... Te dizer que… A gente nunca escreve tudo. Porque é muita desinformação, truncada, desviada. Daquele período pra cá eu… a gente... Perdemos. Além de nós

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

perder o espaço da terra. Nós perdemos também muitas famílias. Perdemos muita gente, gente deixou de ser maranhense, foi ser paraense, foi ser… Foi gente embora pra todo canto.

Sócrates — Um dos fatores que eu estudei, foi sobre a questão da lei Sarney de Terras, né? Que ela já é uma lei recente, porque ela é de 1969.

Entrevistado A — Mas tava, né? Mas agora tem que tivero esse espaço uns quatro anos atrás. Xih. Bota fora.

Sócrates — Pra afrouxar mais ainda.

Entrevistado A — É verdade, eu nem me lembrava do nome dela, lei Sarney de Terras, né? Será sido ele mesmo que fez ou...

Sócrates — Eu acredito que não foi ele que fez, mas colocaram o nome como se fosse uma homenagem, entende? Porque querendo ou não era família que tava no poder.

Entrevistado A — Era família, era família toda. Toda. De contador do estado, de tudo, de tudo era eles. Bom, eu tenho um amigo que dizia que só falta um coveiro nos... Passando o Sarney. Eles não enterravam, gente, da família deles, era só da dos outros. Que tirou toda a riqueza do nosso estado. Do nosso estado. O estado maís rico da história. Era. Menino, água. É... Terra fertil. Era...Porque gente humilde. Gente humilde. Era uma coisa muito famosa que nós tínhamos no estado. E a lei Sarney acabou tudo, tudo, tudo. Então, quando a gente fala isso, que os filhos num viveram, algum... Os amigos... Não viveram, né? Rapaz, isso é história. Como é que você acaba o negócio desse? Acaba.

Sócrates — Quando foi que a senhora começou… A senhora recorda, foi assim por uns 15 anos, com qual idade...

Entrevistado A — Ah, não tinha 15 anos ainda, não. Tinha não. eu tinha 10 anos. 7 anos a gente já frijava por aí.

Sócrates — E a sua mãe quebrava o coco também, ou não?

Entrevistado A — Ela quebrava, não era aquela quebra obrigatória, até porque a gente... O coco não tinha aqueles valores. E a gente tinha de tudo. Não tinha aquela grande necessidade de você praticamente fazer, que nem uma profissão. Você fazia porque… Menino, vai quebra um coco pra tirar um azeite aí, para fazer uns bolos. Num é? Era uma coisa complementar, né? Mas ela quebrava. Eu aprendi quebrar, que a gente, que quando era menino, fica… Não tinha muito para onde sair, não tinha escola, não tinha nada. A gente ficava sempre no pé. Aí ela rachava o coco. Ah, tira essas baga aí. E a gente ia ficando por ali para não ganhar o mundo, não é? E a gente aprendeu, eu aprendi quebrar coco logo, menina. Mas também não quebrava, assim, por profissão. A coisa que eu

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

aprendi muito. Que eu achava que era... Dava para a gente ajudar numa renda. Era… Era a agricultura da farinha. Tinha casa de farinha para todo canto E a gente se metia dentro daquelas casas de farinha. Era descascando mandioca, era lavando, era cevando. Era impressando naquela época que era muita farinha branca. Tirando tapioca, o cansei de final de semana eu tenho três, quatro sacos de tapioca. Seca. Já para despachar. Aí, esse daí eu aprendi muito. Logo de nova.

Sócrates — Sim. Uma das perguntas que eu escrevi é, a palmeira do coco Babaçu é considerada uma árvore mãe, devido às suas múltiplas funções, desde o carvão, óleo, cestaria, palha para ser telhado. Então, conforme você foi aprendendo a quebrar o coco, como ele ajudou no seu dia a dia?

Entrevistado A — Ixi, ele ajudou demais, a todo mundo. Ele era uma floresta muito rica e protetora. Ela protrege demais, inclusive até a poluição do ar. A palmeira, ela é uma protetora. As árvores, as folhas da palmeira, ela não precisa de inverno para se manter, tanto faz. Toda a vida ela é verde. E aquele vento, bem alto que vem, é onde pega primeiro nas palha das palmeiras. Ela é muito protetora. E ela tem dupla jornada de função. Ela tem a palha madura. Ela tem a palha nova verde que nós chamamos paia verde. E todas elas são utilizadas. Para cubricasa, para tampar,para tudo. E as palha verde, que é o olho, ele dá um artesanato muito bacana. É o olho da palmeira. E depois vem a cuncarada, que nós chama aqui quando vai botar o cacho, que ele abre, que ele fica uma concha que você pode utilizar para muita coisa. Naquele tempo que a gente não tinha carpinteiro, esse povo fazia as coisas que vivia todo mundo, era, como dizia, natural. Tinha gente que fazia estante, fazia guarda-roupa, fazia tudo, tudo, daquilo, daquelas, cunca. A cunca é a que abre para soltar o cacho. E aquele cacho ali é onde terem as flores, que ali gera o coco, é uma função da palmeira. E para a nossa surpresa, a gente começou a pesquisar. Sem saber nem o que que era pesquisa, umbora vê quando é que esse coco vai cair. Aí com 9 meses ele cai. E aquele coco, ele vê um peito. Tem uns coco que é um peito direitinho, num é? Você já teve a curiosidade de...

Sócrates — Sim.

Entrevistado A — Pois é. E aquele dali, ele tem várias funções também, só naquela fruta. Ele tem várias funções. Encima ele tem uma pele, que é meia dura. Depois daquela pele que a gente tira ela, tem a massa que protrege o osso. Tira aquela... Aquela... aquela massa. É muito, muito, muito medicinal. Muito, muito, muito,muito mesmo. Aí quando tira aquela massa fica o osso do coco. O osso do coco é muito duro. Aí é só serra, que corta, ou machado, ou macete. E dento daquela casca dura, tem a amendoa. Que também é

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

dupla jornada de…. de sobreproduto. Então a palmeira, a gente costuma dizer assim, eu sou uma floresta, eu sou protetora, eu sou mãe, não me mate. E aí vocês dizerem, que as quebrabeira começaram a estudar para ajudar na defesa, né?

Sócrates — Sim. Hoje em dia quais são as funcionalidades que você mais utiliza da palmeira? É um consumo gastronômico, tem alguma coisa diferente.

Entrevistado A — Rapaz, eu acho que a gente toda a vida usou quase do mesmo jeito. Só uma coisa que mudou, porque ninguém utilizava o calvão. Aí depois aprendemos… A fazer. A fazer o calvão da... da... do coco. E ele tem dois tipos de calvão. Ele tem o calvão sustentável, que é aquele que tu quebra o corpo, tira a massa, tira a membra, tira tudo, tu faz o calvão só da casa. E o outro que é malicioso, que queima o corpo inteiro. Que é utilizado pelas grandes empresas de… de... da VALE, da… Ferro Gusa. E eles só compram o coco sapecado . Pra eles o calvão da casa que não serve.

Sócrates — E o carvão é um dos grandes problemas, né?

Entrevistado A — Muito, muito, muito demais. Pra nós aqui nessa região acabou. Entrou... o eucalipto a... Celmar plantando o eucalipteiro. Depois ela passou pra patroa dela. Que é a Suzano. Continuou tirando tudo, tudo, tudo, tudo. Fica algumas palmeirinhas dentro dos... dos eucalipteiros, mas que ninguém nem tem nem espaço pra ir. Aí os que têm em redor, as fazenda em redor, eles nem negociam com os proprietários e compram o coco todim aí quase de graça e mandam pra Ferro Gussa. Aí a mão de obra do... do... do trabalhador, da quebradeira, se acabou-se. Hoje se sai catando aí, quem é a mulher que tá quebrando o coco aí nos povoados. Uma renda muito grande do coco. Muito grande. Aí começaram, aí descobrir os valores do óleo. Aí vira óleo, não sei de que, vira óleo pra avião, vira óleo pra tanta coisa que a gente nem sabe mais. Porque as empresas já descobriram o óleo do corpo, né? Tem o... tem o assado, tem o torrado, tem o cru. E aí a gente vai perdendo tudo.

Sócrates — Sim, entre as histórias que a história escutava e ao comparar com hoje, a senhora sente muita mudança com a maneira pelas quais as quebradeiras se relacionavam com a Terra.

Entrevistado A — Sim, muito mesmo. Muito mesmo. Porque a maioria das quebradeiras não tem terra. Para ela adquirir alguma coisa, ela tem que ir pedir. Ou entrar lá por fundo, não sei por onde. Aí aquele uso da Terra mudou demais o sistema, né.

Sócrates — Então, logicamente, também diminuiu-se a quebra do coco.

Entrevistado A — Tudo. Diminuiu tudo. A gente fazia planejamento com a quebra do coco. Hoje, são poucas regiões que planejam fazer um investimento com a quebra do

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

coco. O movimento das quebradeiras, o estado que tem um bom planejamento com a quebra do coco é, eu acho que, em dois municípios no Piauí. Porque teve aquele governo naquela época que ele investiu muito nas quebradeiras para não perder a renda do babaçu. Ele mesmo, o governo com o mesmo mesmo, arendava território onde tinha mais coco e liberava para as quebradeiras utilizar. Criou cooperativa, criou empresa para a despolpadeira, criou tudo. Aqui, como é o nome dele, meu Deus? Eliton? Se isso não me engana, Elton Dias, no Piauí. Ele investiu muito. Aqui no Maranhão, aqui nunca teve ninguém para fazer defesa de político, para fazer defesa do babaçu.

Sócrates — Em 2013, a chegada da empresa Susano de papel e celulose e, como a senhora falou, agora também tinha a CELMAR. E, dois anos depois, o MATOPIBA nasce. Esses dois organismos são responsáveis, segundo os índices do Mapbiomas, como dois instrumentos responsáveis por aumentar o desmatamento em toda a região. No seu ponto de vista, nesses últimos dez anos, você sentiu diferença?

Entrevistado A — Ave maria, acabou. Acabou os territórios da gente. E o MATOPIBA, eles não davam o nome, mas o MATOPIBA chegou junto com a CELMAR. Quando eles vieram, o acordo já veio pronto. Certo?

Sócrates — Vou dar uma olhada depois disso que a Senhora falou.

Entrevistado A — Foi pronto, ele não tratava, era o nome do empreendimento. Mas já era Matopiba naquela época. Nós, que também tava correndo atrás de poucas informações, a gente não sabia que o nome do empreendimento era Matopiba.

Sócrates — Justamente falando sobre isso que nas leituras e nas conversas que eu tive, percebe-se que décadas atrás, a principal resistência das quebradeiras era com o Estado, embora com o avançar dos anos, outros protagonistas, como as grandes corporações transnacionais, e o mercado financeiro estava representando a esfera privada e passaram a ocupar a disputar por essas terras, tornando o processo de reivindicação ainda mais complexo e delicado. Como que a Senhora enxerga as modificações da resistência de acordo com a inserção desses outros atores dentro das reivindicações pela Terra?

Entrevistado A — Rapaz, olha! Eu acho que modificou muita coisa, não. Aumentou a luta, aumentou o impacto, certo? Eles foram aumentando os impactos, violência, morte de trabalhador, certo? Tanto de trabalhador como de lideranças, até de liderança religiosa, morreram muitas, né? Lideranças sindicais, foi morta muitas. Mas isso daí é porque eles continuam apercebendo que as lideranças não pararam com as ideias. Ou aqui, onde ele está, ou incentivando alguém no mundo, eles têm aquela relação. Mas continua morrendo

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

bastante gente, porque para eles é uma forma de acabar com a ideia. É uma forma de acabar com a luta.

Sócrates — Como que você sente articulação do MICB, que a senhora é membro, do início e como que ele está agora?

Entrevistado A — Ele teve uma queda brusca. A gente perdeu muito, muito, muito, muito, muito com essa questão da política do movimento. Rapaz, eu sou muito radical. Eu sou radical. O movimento que eu não começou, nós começamos a mandar com nossas próprias penas. Nós não tinha ninguém para pegar o pé. Aí o que nós entendia, de botar para brigar, a gente botava. Nós vamos aqui, porque aqui tem uma brecha. E aí o movimento não tinha associação, eram grupos informal, quem patrocinava nós no início aqui do Tocantins era a CPT, e aqui no Maranhão era a ASSEMA. Era os padrinhos que a gente chamava. E o movimento ficava solto para planejar os seus trabalhos. E daí a gente não tinha quem pedir opinião. Será que a gente pode fazer uma manifestação aqui dessa forma? Não, porque era o movimento que ia fazer. Aí como criamos uma associação primeira, quando viram a adonidade que era, parece que, com um ano, de idade a gente já podia pleitear algum recurso. Aí começaram, mas aqui não pode fazer assim, porque esse recurso aqui vem de tais e tais fontes. E e tais fontes é ligada ao governo.

Entrevista Aí começou a cair as estratégias de luta. Começou a perdermos as estratégias de luta, mas a gente cansamo de jogar mulher dentro de área de terra na frente dos tratores. Não passa não, porque se passar vai matar muita gente, e aí é você que sabe. E barrEmos muita coisa assim, que a gente tinha aquela autonomia. Aí depois foi começando a pedir opinião e a de certa e a outra coisa. E isso eu tenho dito em vários outros momentos, que nós era tudo agricultura familiar, quebradeira de coco. Não tinha professor, não tinha doutor, não tinha advogado, não tinha para se comprometer, para se encraviar em uma coisa. Aí a gente tinha aquela autonomia bacana, nois ia pro tapa. Aí de certos anos pra cá, meu amigo, a gente começou a perder o rebolado. Aí é a associação de 4 em 4 anos, tem que trocar toda a direção. Aí na troca de direção, vai pessoas que não têm no sangue o que eu tinha, sabe, que não pensavam de a gente fazer impactar como a gente imaginava, e aquelas palavras que o mané dizia, ou a gente vai para romper ou não vai.

Entrevistado A — Então mudou muito, muito, muito. Hoje aqui na região você não sabe nem se tem um escritório ali do movimento das quebradeiras. Aí eu tenho isso aqui gente, ali tem um escritório das quebradeiras, porque o povo nem vai lá, porque o povo não

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

corre atrás daquela mulher para ver o que que elas diz. A gente nem vê quase. E aí as coisas vai se institucionalizar também, gente. Como é que dá a palavra?

Sócrates — Institucionalização

Entrevistado A — Sim. Aí está. Né não, aqui é legal. Aqui a gente está trabalhando dentro de um contexto social. E aí é do dia a dia da luta pela terra. A história da burocratização. Burocratizou. Quem vai para a coordenação é uma mulher que tem um… um conhecimento teórico. Teórico. Aqui a gente tem que ir, né? Eu já não me enquadro mais.

Sócrates — Enquanto a senhora falava aí, eu não anotei essa pergunta, mas uma das principais questões das quebradeiras de coco é que nesse movimento do adjunto e de se reunir para fazer a quebra desse coco existia um princípio de coletividade, que eu acredito que agora nessa queda brusca que a senhora apontou e com essa infiltração dentro do corpo do movimento acaba que esse princípio vai se individualizando.

Entrevistado A — Coisa muito séria. É que hoje quem trabalha, é os mutirão das quebradeiras são as empresas. Dá a roupa da calçado, da ferramenta, dá tudo ali só para se enfeitar. Aí um dia dessa eu estava dizendo, se nós não fizer assim, nós estamos apagados, que contém o multirão na estrada do Arroz, tu vê a propaganda da Susana, papel celulose. Não é a propaganda do MIQCB, que articula as quebradeiras. A gente vai perder tudo. A gente vai perder tudo. Nós, nós era quem discutia as feiras do movimento, a produção do movimento hoje quem discute é a Susana. Certo? Então isso é virou assim, uma casa de mãe juana. E as próprias quebradeiras ainda falam muito a besteira. Diz assim, não, nós vamos ficar por aqui mesmo, porque a Susana tem dinheiro para bancar a gente, aí em alguma coisa. E o MIQCB não tem. E está virando um capitalismo. Está se acabando. E isso é muito triste, porque infelizmente é uma subordinação muito grande. E as pessoas se deixam levar por aqui e dali. Eu abandonei o Ciriaco. Alguém me convida. Ver se eu recebi um convite do Ciriaco velho. Não, não vou. E eu vou te dizer porque que a gente abandonou. A reserva do Ciriaco, quem criou foi o MIQCB e o sindicato. Nós porque fomos pro tapa, para a boca do fuzil. Pra de trás das moita, viajando horas desconvenientes, pra ta fazendo o diagnóstico da área, para estar acompanhando alguns pesquisadores que nós tínhamos proposto. Duas reserva aqui no Maranhão, aqui na região. Proprusemos o Ciriaco e uma na Mata Grande, que nós perdemos. A lá do Ciriaco não teve outra… quando fizeram a avaliação do território, aqui não dá pra outra. Aqui é a reserva extrativista econômica. Aí tinha coronel lá dentro, tinha grande fazendeiro, tinha... uma área muito…privilegiada. E... levemos o… a relação de

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

sócio. Como era que dava o nome. Tantas pessoas que moravam na área. E… e lá no Ministério do Meio Ambiente, foi isso. No sopro, não, aqui tá é decreto pronto. Aí os coronel meteram o pé na parede. Aqui pode é passar, mas vai morrer gente. Mas… quem viver por aí se previne. E depois… entra governo, sai governo. Eu acho que entrou para si que foi. Quem era o governo, meu Deus? O que deu?

Sócrates — Fernando Henrique.

Entrevistado A — Isso, foi o Fernando Henrique. Fernando Henrique. Aí ele vai e faz uma ligação da reserva com o Ibama e o Icmbio. Icmbio é uma perna dentro do Ibama. Era. Aí ele manda os técnicos do governo… para trabalhar o sócioeconômico da reserva. Chegou lá as quebradeiras, os moradores, os agricultores… ficaram sendo comandados pelos Icmbio do governo. E nós tivemos lá várias vezes… pedindo para eles, mete o pé na parede, não aceitamos… não vamos aceitar… mas eles iam levava tudo, levava a máquina… levava material nde não sei de quê… oferecer muito equipamento… para embalagem de azeite… tudo, tudo, tudo, tudo, tudo… Aí as mulheres…

Sócrates — Enfraqueceu o movimento?

Entrevistado A — Enfraqueceu o movimento. Acabou… com o movimento das quebradeiras dentro da Reserva do Ciriaco. Eu vou fazer lá o quê? Lá quem comanda é a empresa… Lá quem comanda é a empresa… e um dia foi que eu perguntei com saliência. Dona como é que a senhora tá, deve estar muito bem né… muito dinheiro lá do Icmbio, desse povo… você não precisa mais nem de fazer nada… parou de quebrar coco, eles é quem comanda tudo… aí você vai ficar ali fazendo o quê? Você não vai trabalhar mais, não, mulher? A assistência livre… e quando acabar nem é assistência livre… que veve morrendo de precisão… quando sai dali… pede passagem, pede não sei o quê...é uma falta de firmeza política e ideológica. Eu sou, eu posso ficar… só o coro e os ossos aí, mas ninguém… não vai dizer isso pra mim.

Sócrates — E partindo agora para outro aspecto… considerando a sua trajetória de vida, tendo em vista outras trabalhadoras conhecidas. Você tem observado a evolução no campo trabalhista?

Entrevistado A — Muito pouco. A evolução que a gente vê… é acabando o que fazia. E nem progrediu, nem foi pra frente… e nem valeu nada. Muito pouco, muito pouco mesmo.

Sócrates — Um dos grandes debates é definir o valor relativo à quebra do coco e a sua própria valorização. Enquanto membro da comunidade, qual é o seu pensamento acerca dessa problemática?

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

Entrevistado A — Vixi, aí era preciso fazer um resgate muito grande. Se o povo quisesse pra gente dar uma retomada, pra voltar o que era, aí eu ainda me animava ainda. Mas o povo não quer. As mulheres novas não querem, mas ir pra esse embate. A agricultura familiar perdeu o seu prestígio. Rapaz um dia desses o gente… falaram num projeto aí, Resgata Maranhão, parece que é. Aí eu disse assim, falaram na fazeção de um livro da agricultura familiar, eu disse, oh, me inscreve, por favor. Eu não escrevo livro, não, mas eu vou contribuir com as ideias do livro da agricultura familiar. Que rapaz, é uma falta de política muito grande para com os trabalhadores e as trabalhadoras nessa questão da agricultura familiar. Não tem política. Eu baixo logo um índio. E, rapaz, não tem política para a agricultura familiar. Quem tem a política, somos nós. Não vai esperar alguém vir lá, não sei de onde, que nunca foi agricultor familiar pra vir dizer pra tu o que tem que fazer, não. E aí fica difícil, né? Naqueles anos, antepassados, nós não tínhamos televisão, nós não tínhamos rádio, nós não tínha celular, nós não tinha internet, nós não tínha etube, nós não tínhamos qual é a outra. Nós não tinha WhatsApp, nós não tínhamos nada disso. Hoje, tem até dentro do banheiro de tu cagar. Tu tá lá de coca oiando lá. As coisas que tu nunca viu, aí tu fica dizendo, será que é aquilo mesmo? Tudo ao contrário. Achatando, a agricultura familiar, acabando. E agora tu só produce, se tu tiver um técnico do governo oiando, se ele for o esquema lindo que o governo disse. Sio, isso é uma falta de respeito. Isso é falta de respeito. Que nós vivemos a vida toda. E quem produzia toda a alimentação das comunidades era a agricultura familiar. Hoje, a gente compra até o calvão. Que é por isso que o povo sabe do preço do saco de calvão. Se produzisse, ele não sabia dessa infração. Não produce, rapaz. Aí a infração, quem é que faz ela?

Sócrates — Conforme avançou-se, a globalização e a democratização da tecnologia, junto do Matopiba e da Suzano, de 2010 para a frente também, ocorreu a digitalização, mencionada por você há pouco. Então, para poder dar acesso para a comunidade, precisou também trazer infraestrutura. Então, muitos fios de internet, muitas rodovias foram, como eu posso dizer, construindo. Outros caminhos foram abertos.

Entrevistado A — Todos devastando. Todos. Eu estou te dizendo, no governo, não tem um projeto que não seja devastador. Não tem. Para botar energia lá nos lote, não sei de quem, sai derribando a vida de muita coisa.

Sócrates — Tem mais alguma coisa que a gente não abordou aqui, que a senhora queria compartilhar?

Entrevistado A — Eu nem sei, eu não me lembro, porque é tanta coisa, né? Tanta coisa.

Sócrates — Perspectivas de futuro?.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

Entrevistado A — Qual é o futuro? É acabar, hoje até o movimento sindical está se acabando. Porque a empresa vem, passou aqui, nesses povo aqui até sair em Cidelândia, o pessoal nem fala mais no movimento sindicato. Teve um movimento, mas… mas da empresa. Porque eles criam também o sindicato, para os funcionários deles, e os funcionários de baixa renda deles, tudo era do município associado do sindicato. Nós tínhamos um grupo de quebradeiras, no Olho d'água, Coquelândia, São Félix, Petrolina, a Suzano barganhou, tudo. Tudo.

Sócrates — A senhora acha que, por exemplo, existe alguma região que a luta localmente, é mais forte, tá um pouco mais consolidada devido a alguma lei municipal?

Entrevistado A — Para te falar de lei. Nesse município nós tudo tem lei de acesso livre aos babaçuais. Mas nunca teve um gestor para respeitar essa lei. Imperatriz, Cidelândia, Vila Nova dos Martírios, São Pedro d'água Branca, Amarante. Tudo tem lei de acesso líquido dos babaçuais. Mas a mulher compra o corpo para quebrar. Cadê o acesso?

Sócrates — Isso também foi uma das coisas que eu identifiquei, porque a luta da quebradeira de coco resiste em quase todas as esferas. E uma das resistências é a resistência jurídica, porque a lei existe, mas ela não funciona.

Entrevistado A — Não funciona, um dia desses eu perguntei a um vereador, que eu disse, dá pra tu cavar aí. Não sei se tu conhece aquela lei de acesso livre aos babaçuais que foi aprovada aqui na câmara. Rapaz, eu nunca vi. E não? Não. Aí tu não tem interesse nenhum de caçar isso aí. Eu vou ver o que eu faço. Mas quando entra as outras questões, as outras coisas, essa coisa é esquecida. Nesse dia eu vou lá dizer, ei menino, tu é vereador aí, é? Nós estamos precisando que vocês resgate a lei de acesso livre dos babaçuais aqui em Imperatriz. Porque ninguém quer meter a cara. Porque aqui é tudo... retaiado. Aí o povo diz logo não mais a gente. Só ocupava terra improdutiva. Terra improdutiva não tem mais. Porque eles tiraram a madeira todo dia e jogaram o cimento de capim. E para eles, o capim é produtivo. Agora, terra sem documento, aí tem é muito. Eu moro no assentamento que está com 30 anos, 37 anos. Ninguém tem documento. Então essa terra não tem documento.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

APÊNDICE II – ENTREVISTADO B

Sócrates — Então, porquê que esse dia é histórico para vocês aqui?

Entrevistado B — Porque esse histórico pra nós é um ponto pregilegiado pra nós que moramos na reserva.

Sócrates — E para começar aquele que a senhora me dissesse um pouquinho da sua trajetória de trabalho?

Entrevistado B — Ó, eu trabalho quando começou esse torneio e a gente começou. Quando a gente criou a associação, aí ela caducou, que foi na época 92, aí ela caducou, aí lá o assessor da gente chegou aqui e disse, aí, a reserva caducou, como é que nós vamos fazer? Vamos correr atrás pra que ela seja de fato de direito. Aí a gente correu, a gente foi em Brasília, a gente foi em Manaus, a gente foi em São Luís e reativou o decreto e depois a gente foi trabalhar com a questão da resex. Até que foi regularizado uma parte. Nós ainda temos ainda uns 30 a 40% sem regularizar. Mas com essa regularização que tem, nós tamos trabalhando, avançando e tenho certeza que todos a sociedade que nos ajudou a gente a criar, estão certos sim. Eu pelo menos estou, porque como eu fui uma das primeiras, e esse evento bem aqui das quebradeiras de coco foi eu que criei o primeiro passo, eu tô muito certos sim, muito satisfeita. É uma realização que tá para o mundo, porque a Rsex do município de Cidelândia Ciríaco está em primeiro lugar de representação de Cidelândia, que é o município de Cidelândia, que é em primeiro lugar que precisa os políticos dar atenção, da atenção. Nós moramos numa comunidade que todo mundo precisa dela e depende dela. E para dizer como a gente trabalha o foco da gente e a questão meio ambiente, então para isso que nós trabalhamos, para que a nossa reserva, a nossa Amazônia, se mantenha em pé, viva em pé.

Sócrates — A palmeira do coco babaçu, é considerada uma árvore mãe por muitas quebradeiras. Conforme você foi aprendendo a quebrar o coco, como essa prática impactou ou te ajudou no teu cotidiano? Quais são as funcionalidades que você utilizou antigamente e que utiliza ainda hoje em dia?

Entrevistado B — Ó a palmeira de babaçu para nós, para mim principalmente, é uma mãe. Por que? A primeira coisa que ela faz, ela produz o cacho, ela dá com nove meses. Igual a mulher gesta e ganha o filho. E outra coisa, ela nos alimenta. Nós tira o produto dela, nos alimenta, aí a palha cobre a casa, o talo faz o quintal, o coco nos quebra, tira amenda, tira o azeite, faz o sabão, tira o óleo, faz o carvão. O estrume, é o melhor estrume que tem para a horta, para a canteira, é o estrume de palmeira. E o mesocarpo.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

Tem o mesocarpo, inclusive eu tiro o mesocarpo, tem amigos, você não vai levar, não. Se alguém quiser eu vou levar, não, porque eu vou quebrar coco e não vou vender. Nós tira o mesocarpo. Aí, ele serve para alimentação, serve para ele é medicinal, todo jeito que eu sei usar ele ele é medicinal o mesocarpo. E até falar que aquele bagaço que a gente tira do mesocarpo, ele serve para a ração, ainda não fizemos, mas eu acredito que serve. E o bagaço do coco, quando a gente tira, ele também serve para a ração, ele serve para a sabão, ele serve para tudo. Então, a palmeira é uma mãe. Até as conchinhas, a gente faz um artesanato, o coco que a gente corta, a cesta, eu tenho um cortado lá em casa que eu faço o brinco, faço o colar. Mas, tudo isso, do babaçu bagaço não se perde nada. Nada, nada, nada.

Sócrates — Você já tem mais de 60 anos que a senhora quebra coco. Então, eu queria saber se entre as histórias que a senhora escutava. E ao comparar com hoje em dia, a senhora sente muita mudança com a maneira pelas quebradeiras de coco se relacionavam com a terra? Houveram mudanças?

Entrevistado B — Olha, o que eu acho que mudou, sim, você sabe que a tecnologia anda mudando cada vez mais. O que mudou na trajetória da quebra, é assim, porque quando a gente quebrava, quando a gente mudou para cá, nós sempre quebravamos de adjunto. Nós ia juntar hoje, para mim, ia juntar o outro dia para a companheira, ia juntar o outro para a companheira. Quando ia quebrar, nós ia todo mundo. Só que, não tinha. Nós fazia aquele, trabalhava e tinha aquele. Quando partiu para a projeto, você sabe, tem pessoas que acham que a luta da gente, a gente está ganhando em cima dele, mas não. Eu, pelo menos, você pode andar no meu barraco, é um barraco, não é casa. É grandão para todo mundo, mas é um barraco. Eu nunca fiz uma casa como a gente deve ter uma casa. Porque a gente luta aqui para melhorar a qualidade de vida de todo mundo. Porque para isso foi o nosso potencial. Nós criarmos a reserva, nós trabalhamos na reserva, para nós criar para nós ter a melhor qualidade de vida. Porque primeiro, a Amazônia, o extrativismo em pé. Nós sobreviver do extrativismo, não é que a gente não trabalhasse na roça, mas tem os limite. Então, ainda está devagar.

Sócrates — E a senhora mencionou agora há pouco o adjunto. Ele ainda existe, como está aqui, na região?

Entrevistado B — Ele ainda existe. E ainda existe, assim, as vezes as mulher vamos juntar? Vocês vão juntar hoje? Vou juntar para ti. Aí a gente vai, aí quando vai quebrar, a gente vai quebrar mesmo trocando. O que é para ela, ela quebra quando. E ainda existe isso aqui ainda. É um princípio de coletividade, sociativismo. Porque muitas pessoas, não

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

sabe o que é o coletivo, não sabe o que é o sociativismo. Mas eu, pelo menos, as vezes em casa, o homem fica aqui. Mas eu só assim, eu nasci assim, me criei assim, estou vivendo assim, eu não sei guardar ninguém, eu não sei ter raiva de ninguém, eu não sei as pessoas chegar lá em casa e dizer fulano tu tem isso, eu não tenho.

Sócrates — Pelas leituras realizadas isso vem de um modo de viver.

Entrevistado B — De viver, modo de viver.

Sócrates — Entre as décadas dos anos 40, 50, 60, a quebra do coco, estava relacionada com a subsistência. Conforme o tempo foi passando, hoje em dia por exemplo, o Programa do Bolsa Família é um programa de transferência de renda que veio para ajudar muitas e muitas famílias, relativizando a quebra do coco como um complemento ou então que, por exemplo, o associativismo aparecesse como ajuda. E conforme o tempo foi passando as dinâmicas mudaram. Atualmente a senhora enxerga que a atividade da quebra do coco está mais ligada a uma complementação da renda, subsistência, ou existe uma variação.

Entrevistado B — Olha. Eu acho que, assim de subsistência, porque quando as companheiras vão, a gente já vai trabalhar naquilo, ela já vai pensando naquilo que ela vai ganhar para poder. Então, eu vou fazer isso aqui, eu vou comprar aquele ali, né? Eu vou quebrar esse coco, eu vou tirar esse óleo ou um sabão, uma coisa, um mesocarpo. Eu vou fazer e vou vender e vou comprar esse aqui. Então, eu acho que tem finalidade.

Sócrates — Eu havia lido acerca de uma resistência que antigamente tinha muita questão de que as mulheres trabalhavam, e aí os homens ficavam com dinheiro, e com esse dinheiro da quebra, nem sempre se fazia o que deveria ser feito, né?

Entrevistado B — É o mesmo que aconteceu comigo. Só que depois, reverteu.

Sócrates — Também li sobre uma prática, e eu não sei como é aqui ou se ela ainda funciona para cá por ser uma reserva. Que antigamente, se fazia a coleta do coco e vendia para o patrão, que era quem arrendava a terra. Aqui, nessa circularidade ainda existe isso ou então, a venda já mudou o canal?

Entrevistado B — Mudou, assim porque quando eu quebro o meu coco, eu tiro o meu óleo e o meu azeite. Então, todas as companhias que eu fazia, vendia. Agora, eu, como eu já estou dessa idade, eu não estou aguentando mais quebrar a companhia que quebra e me vende. Aí, eu compro, eu tiro o meu azeite, ela não tira, e eu vou te vender,
porque eu compro. Mas, não tem comprador fixo aqui, para intermediar. Cada quem quebra o seu coco, tira o seu óleo, tira o seu azeite e vende para quem quiser.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

Sócrates — Em 2013, teve a chegada da Suzano, a empresa de papel e celulose, e depois de dois anos, o MATOPIBA nasceu. E esses dois organismos, são considerar por certos acadêmicos e apontados no Mapbiomas, por acelerar o desmatamento em toda a região. No ponto de vista, como a senhora já tem uma longa data de experiência, se dos anos 70 para o 90, vamos considerar um período. Dos anos de 90 para os 2000, um período. E de 2010 para a frente, esse período mais recente mudou, conforme o tempo a prática da quebra e, se, o desmatamento influenciou nessa prática.

Entrevistado B — Para nós teve muito, assim que a gente começou, teve muito desmatamento, que até hoje ainda tem. Para nós, aqui como reserva, eu achei que mudou muito. Tinha muito, muito, muito desmatação. Mas depois que a gente foi trabalhando, a questão do meio ambiente, foi mudando. E hoje, está aí, por onde você passou, você viu, está diferente. Do ano passado para cá, não teve incêndio dentro da reserva. Não teve. E esse ano também não teve. Não é que a gente não trabalha com a nossa rocinha, nós temos a nossa rocinha, mas todo mundo está pegando, que vai chegar lá, todo mundo vai ter um cantinho, para a gente poder aradar, ter um adubo, ter uma coisa para a gente poder trabalhar. Porque, aqui a gente não só vive do babaçu, tem atividades paralelas. Hoje nós não temos mais incêndio. Nosso território está intacto.

Sócrates — Sobre a questão de ter criação de gado, aqui na reserva, e também sobre a presença da questão da carvoaria, né? A senhora enxerga que ela é uma prática consolidada ou pode atrapalhar o desenvolvimento do babaçu, qual que é o seu ponto de vista dessa problemática.

Entrevistado B — Com respeito à criação de gado, quando a gente criou isso aqui, começou a normalizar, a gente teve um encontro lá no Pé de galinha, com o CNS, bateu o martelo. Mas o que que a gente decidiu? A gente tinha que ter porque os moradores precisavam de um leite para tomar, os filhos também que nasceram precisavam de um leite. E precisavam também de um rapaz que nem acontece, a pessoa mesmo que cria mato com gado, a gente sabe como é que ele está, sabe que ele sabe fazer mata, a gente compra e come. Então, eu defendi que a gente tivesse a semente da gente de gado, porque de qualquer maneira é um bem estar. É um leite, uma carne, e tudo certo, porque nós não vamos ficar aqui ou só a massa do corpo. Então a gente tem que ter. Eu defendi, sim. A criação de gado não estrapolada como virou.

Sócrates — E o carvão, aparece aí também como um grande influente, pois a própria logística de se fazer o carvão da carvoaria, é comprovada fazer mal para a pessoa que faz, ainda mais que antigamente tinha muita criança que fazia.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

Entrevistado B — Eu também acho assim, mas como ele fala, principalmente Icmbio fala, que não tem outro meio, eles decidiram autorizar eles queimar esse carvão, que também é um meio de sobrevivência. Eu lá no local que a gente tem, a gente nunca... queima assim, eu queimo a casca. Mas para queimar mesmo o babaçu, sim, tem aqueles que não servem, mas o novo meio mesmo não. E eu acho que… eu tornei, quando eu tinha uns 9 aos 15, mas ficou na reserva, mas eu ganhei o outro lá. Todo mundo tem, tá rindo. Dá para trabalhar para sobrevivência, porque o coco é saco. E tem muito e aqui tem muito coco. Mas o novo aproveitava. Se aqui não dá, vamos trazer a companheira de fora.

Sócrates — Antigamente uma das grandes resistências que as quebradeiras detinham era com o Estado brasileiro. E hoje em dia, para além do Estado, existem as grandes corporações transnacionais e os players do mercado financeiro, que representam a esfera privada, e passaram a ocupar essas terras, tornando o processo de reivindicação mais complexo e delicado. E para vocês, que estão aqui dentro, aparece como uma resistência ainda mais dificultosa?

Entrevistado B — Mais difícil, porque não temos só essa é nossa aqui. Nós temos o Extremo Norte, Mata Grande, eu acho que lá para o Frechal tem também pra lá o Penalva, que até hoje está aí. Essa daqui, a gente hoje está aqui porque a gente luta, tem a gente que está lá cobrando. A gente está lá cobrando, lutando. Para que hoje a gente está nesse ponto que está, que ainda falta 30, 40% ainda para poder terminar. Que é a luta da gente. A gente toda a vida reinvidica isso, que a gente tenha ela de fato e de direito. Concretizada. Mas, temos um governo. Mas, é que nem a gente diz. Nós estamo dentro de casa. Temos os filho. Mas gente tem a hora que o filho precisa cobrar ele, ei meu pai. Não é? Se não, não acontece.

Sócrates — Eu queria saber se a senhora é ligada ao MIQCB, se sim atualmente se sente bem representada e articulada dentro do movimento.

Entrevistado B — Deixa eu te falar. Chegou aonde eu queria no MIQCB. Quando no primeiro projeto do MIQCB a gente foi ali para Imperatriz, nós ficamos três semanas lá no EASA. Fazendo o primeiro projeto do MIQCB. Depois do projeto foi na época de organizar. A menina só não me levou. A Suzano chama, o recurso que estava disponível poderia ser aplicado ao Ciriaco. Para isso teve uma audiência pública na Cidelândia. Os representantes do MIQCB não recomendavam aceitar. Mas se nós não tinha nada. Não é que a gente não soubesse o que era. O pensamento da gente é questão do ambiente. Trabalhar aqui dentro como reserva. Aí, depois disso o MIQCB largou a gente por conta da Suzano. Porque foi a Suzana que arrumou o recurso para a gente poder trabalhar aqui

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

até hoje. Aí a Suzana tem dado um passo importante, né? Fornecer essa estrutura, o corpo técnico. E não é fácil uma quebradeira de povo. Leiga. Está no meio de uns doutores da Suzano para nós discutir, não é fácil. Nós estamos conseguindo. Não é tudo suficiente. Mas, entrar aqui para dizer que isso aqui é meu, não. Até porque nós não concordamos. Agora, apoio e ajuda qualquer pessoa que quiser nos ajudar nós estamos aqui para receber. A nossa sociedade, considera a trajetória de vida de outras trabalhadoras e conhecidas que você tem. Você tem observado uma evolução nas famílias como que você consegue perceber que a quebra do corpo está complementando a renda fazendo mais financeiro está ajudando as famílias. E eu acho o valor do babaçu ainda pouco. A gente tem que valorizar mais porque a gente trabalha muito alto. É muito pesado então para nós, eu acredito que tem que ter mais valor.

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

ANEXOS

ANEXO I – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE

UNILA
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu [redacted] Dalva, [redacted]
inscrito(a) no CPF sob o nº [redacted] residente e domiciliado(a) à [redacted], declaro que estou sendo convidado(a) a participar da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso A luta das quebradeiras de coco na Mata dos Cocais frente à onda neo-extrativista do Matopiba., coordenada por Sócrates Furlan, inscrito(a) no CPF sob o nº 608092433-18 e no RG nº (informar), telefone (informar), e-mail (informar).

Tenho ciência de que o objetivo da pesquisa é para fins acadêmicos e de que minha participação nela depende exclusivamente de minha livre vontade, da qual será conservado o anonimato.

Declaro, ter conhecimento de que a pesquisa será feita no(a) [redacted] e que nela serei submetido aos seguintes procedimentos: entrevista.

Confirmo meu consentimento em participar da pesquisa.

Imperatriz - MA, 17 de maio de 2025.

[redacted]
Assinatura do Entrevistado

Sócrates Furlan
Sócrates Furlan

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26

ANEXO II – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE

UNILA
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____,
inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, declaro que estou sendo convidado(a) a participar da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso Entre resistir e persistir: a luta das quebradeiras de coco no Meio do Mato do Corvo frente a onda neo-extrativista coordenada por Sócrates Furlan, inscrito(a) no CPF sob o nº 608092433-18 e no RG nº (informar), telefone (informar), e-mail (informar).

Tenho ciência de que o objetivo da pesquisa é para fins acadêmicos e de que minha participação nela depende exclusivamente de minha livre vontade, da qual será conservado o anonimato.

Declaro, ter conhecimento de que a pesquisa será feita no(a) _____ e que nela serei submetido aos seguintes procedimentos: entrevista.

Confirmo meu consentimento em participar da pesquisa.

Cidelândia - MA, 17 de maio de 2025.

_____
Assinatura do Entrevistado

Sócrates Furlan
_____
Sócrates Furlan

Versão Final Homologada
08/08/2025 22:26